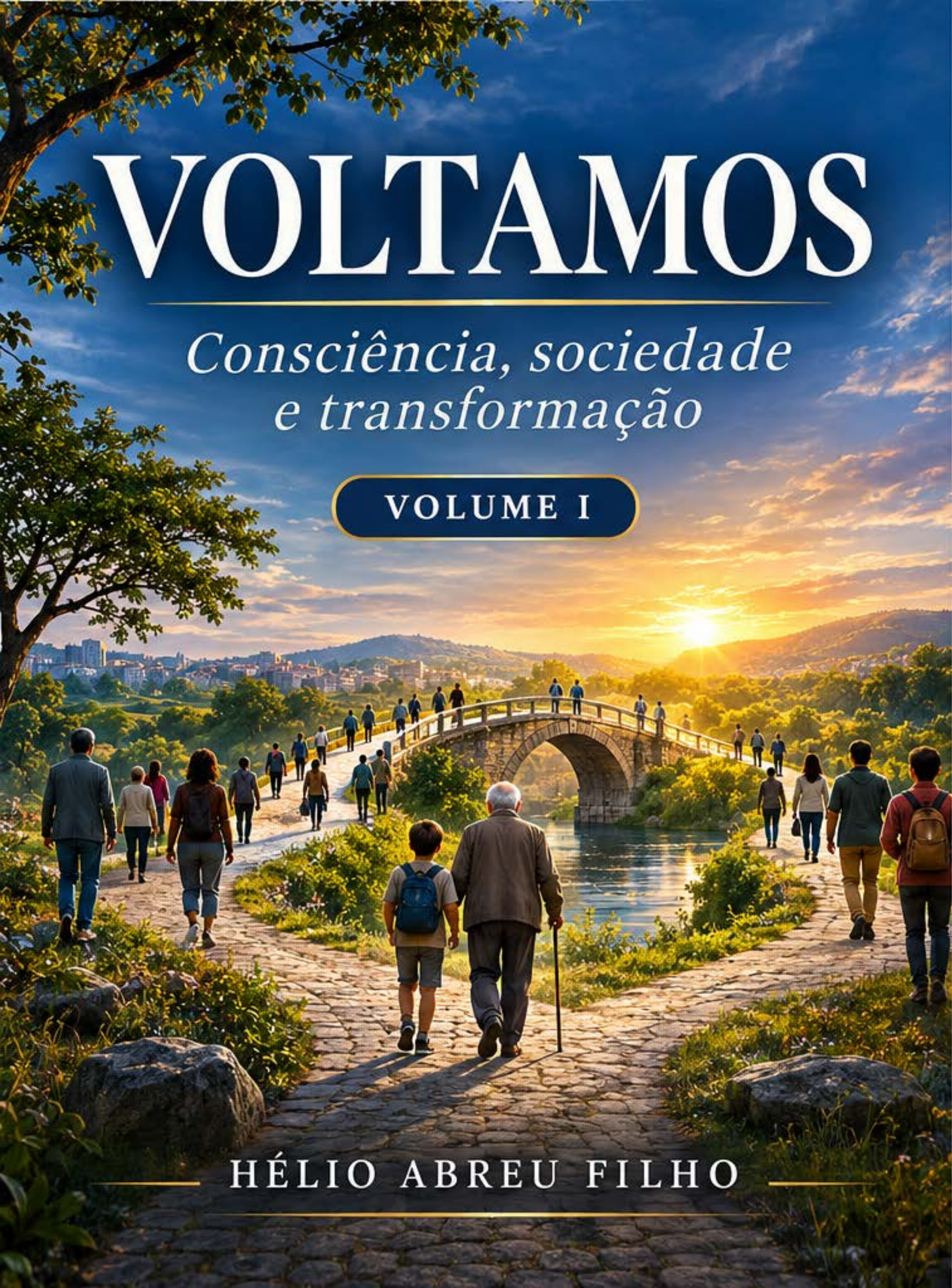
VOLTAMOS

Consciência, sociedade e transformação

VOLUME I



HÉLIO ABREU FILHO

VOLTAMOS

Como a consciência humana se forma, participa da construção da sociedade, responde por suas escolhas e encontra condições para transformar-se

Hélio Abreu Filho

Florianópolis, novembro de 2026

APRESENTAÇÃO

A experiência humana não se explica apenas pelos acontecimentos que a cercam. Cada pessoa chega à vida social numa família, encontra uma língua, uma tradição e uma comunidade, recebe oportunidades e limitações, estabelece laços e aprende a reconhecer o que considera verdadeiro, desejável ou justo. Ao longo desse percurso, sua consciência participa de decisões que ultrapassam a vida privada e atingem pessoas que jamais concordaram com suas ideias. A questão que une este livro nasce dessa condição compartilhada: como a consciência humana se forma, participa da construção de uma sociedade, responde pelas consequências de suas escolhas e encontra condições para transformar-se?

A investigação teve início com a experiência brasileira de identidades políticas profundamente divididas. A imagem de duas grandes egrégoras foi útil para reconhecer a força do pertencimento, mas logo se mostrou insuficiente para explicar a diversidade de vidas existentes dentro de cada agrupamento. Milhões de eleitores não possuem a mesma história, a mesma disposição moral nem a mesma liberdade concreta. Uma maioria pode decidir os rumos institucionais de um país sem que isso a transforme num sujeito único, capaz de

pedir perdão ou conceder reconciliação em nome de todos.

A procura de antecedentes conduziu-nos ao século XIX. Construímos, para avaliar esse período, a ***TÁBUA DOS SABERES*** e um dossiê de 47 personalidades nascidas entre 1800 e 1970 revelam a convivência histórica de religiões, espiritualismos, críticas da religião, socialismos, filosofias da liberdade, teorias da educação e interpretações científicas do homem. Em torno de **KARDEC**, mas não subordinados a ele, diferentes autores formularam respostas que alcançariam gerações posteriores. Não reduziremos essa história a um confronto entre homens bons e adversários do bem. A compreensão espírita das missões e das influências espirituais fornece um horizonte de interpretação; a história documentada exige seus próprios critérios de prova.

Chegamos, porém, a outro limite das explicações apenas intelectuais. Nem todas as crianças encontram uma família protetora, uma escola capaz de permanecer aberta ou um bairro no qual a lei se exerça de maneira regular. Em territórios submetidos à violência armada, ao comércio ilícito de drogas e à imposição de poderes criminosos, aprender pode significar primeiro sobreviver. Não basta invocar o exemplo excepcional de Jesus em uma família de trabalho para deduzir o destino

de crianças expostas a coerções contemporâneas. Precisamos considerar oportunidades reais, proteção, medo, escolhas, responsabilidade e condições de retorno.

A governança educacional acrescenta uma pergunta necessária: que condições devem ser asseguradas para que a formação da consciência não seja confundida com a submissão a uma voz dominante? Para examiná-la, retomo também a imagem filosófica das três viagens: reconhecer a própria incompletude, considerar o outro e responder pelo conhecimento recebido. Não transfiro um ritual iniciático à escola, nem proponho uma teoria universal de desenvolvimento. Utilizo a viagem como recurso pedagógico para interrogar o que indivíduos e instituições aprendem com suas experiências, com seus conflitos e com as consequências de suas escolhas.

Este livro ainda é uma investigação em amadurecimento. Conserva os textos e os quadros já construídos, agora dispostos segundo um caminho que começa pelas decisões coletivas, examina os ambientes de formação, recupera a história dos pensadores e termina diante das leis morais e dos encontros concretos entre pessoas. Sua unidade não depende de todas as partes dizerem a mesma coisa. Depende de cada uma esclarecer um aspecto da liberdade humana, sem usurpar o lugar das demais.

A história dos homens e mulheres que estudamos não começa em 1800. Aquele recorte foi escolhido para examinar, com documentação biográfica, a contemporaneidade de **KARDEC** e seus desdobramentos. Mas entre os apóstolos e o século XIX houve séculos de experiências de consciência, devoção, criação intelectual, cuidado aos pobres, confrontos entre poderes e resistências religiosas. Algumas trajetórias se tornaram célebres; muitas foram interrompidas; outras sobreviveram em comunidades, manuscritos, escolas e práticas de serviço. A ampliação histórica aqui incorporada recupera esses antecedentes sem retirar uma linha da ***TÁBUA DOS SABERES*** e das 47 biografias já organizadas.

A hipótese de retornos espirituais sucessivos, admitida pela interpretação reencarnacionista, deve permanecer distinta daquilo que as fontes históricas realmente mostram. Não possuímos elementos que nos permitam afirmar se as pessoas de diferentes séculos pertenciam a uma equipe espiritual comum, nem podemos relacionar, por identidade pessoal, os trabalhadores de antes de **KARDEC** aos que nasceram depois. Podemos, contudo, reconhecer continuidades de problemas, valores e ações; interrogar a convergência de seus frutos; e examinar o significado doutrinário de suas possíveis missões. Essa é a passagem que permite ampliar ***VOLTAMOS*** sem transformá-lo numa cronologia espiritual inventada.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO — UMA PERGUNTA, QUATRO ESCALAS

O PLURAL DE *"VOLTAMOS"* E OS LIMITES DA COMPARAÇÃO

A pergunta orientadora não funciona como conclusão: organiza quatro escalas de análise, preservando a autonomia das fontes e evitando atribuir às coletividades o caráter moral de cada indivíduo.

PARTE I — Pertencimento coletivo, escolhas e consequências

• A experiência histórica brasileira: 2003–2026
• Formação das egrégoras A e B; poder e consequências
• Persistência, passagens e revoadas de pertencimento

PARTE II — A formação da consciência em família, escola, cultura e território

• Governança educacional e pluralismo
• As três viagens: autoconhecimento, convivência e serviço
• Instituições, hegemonia cultural e autonomia
• Crime organizado, drogas e controle territorial da vida cotidiana

PARTE III — A geração dos saberes: 1800–1970, caráter e missão

• Cinco condicionantes de formação do caráter
• A ***TÁBUA DOS SABERES*** e seus contrapontos
• Dossiê integral de 47 trajetórias biográficas
• Antecedentes históricos de 300 a 1700: trajetórias singulares, comunidades e perseguições coletivas

• Interlocuções com os nomes históricos que figuram nas comunicações da codificação

• Continuadores e realizadores: da divulgação à educação, às instituições e ao serviço

• Missão, inspiração e limites de inferência espiritual

PARTE IV — As leis morais e as condições do retorno

• A parábola com o pai ausente e a liberdade de cada pessoa
• Justiça, caridade, perdão, reparação e reinclusão
• Missão dos espíritas e responsabilidade no século XXI

VOLUME II — ANEXOS E FUNDAMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

O plural de *VOLTAMOS* e os limites da comparação

Neste livro, "***VOLTAMOS***" abriga sentidos que não podem ser sobrepostos. Uma pessoa pode retornar ao convívio depois de uma ruptura; uma ideia pode reaparecer transformada em diferentes tradições; uma coletividade pode mudar seus vínculos e instituições; e, na compreensão espírita, os Espíritos podem retornar à vida corporal. As quatro experiências não se comprovam umas pelas outras. O elo entre elas é a consciência diante da liberdade, da responsabilidade e das oportunidades de aprimoramento.

Também não existe uma correspondência necessária entre as grandes egrégoras religiosas dos séculos passados, os colaboradores da codificação e as opções partidárias do Brasil contemporâneo. As primeiras constituem campos de investigação histórica ou espiritual; as últimas descrevem alianças políticas delimitadas por tempo, lugar e escolhas humanas. Nossa preocupação é compreender como esses diversos ambientes favorecem ou limitam a capacidade de reconhecer o próximo.

INTRODUÇÃO — UMA PERGUNTA, QUATRO ESCALAS

A primeira parte acompanha as egrégoras políticas como realidades de pertencimento e influência coletiva, sem convertê-las em pessoas dotadas de uma consciência moral comum. O Brasil de 2003 a 2026 fornece acontecimentos e percepções que permitem examinar decisões, promessas, instituições, resultados e revisões de convicção. O interesse do recorte não está em antecipar vencedores morais, mas em compreender como o vínculo político pode permanecer estável, enfraquecer, migrar ou se recompor diante da experiência vivida. A metáfora das revoadas acrescenta cenários de mobilidade e de aproximação entre pessoas que não necessariamente passam a votar do mesmo modo. Esse estudo só poderá atingir conclusões causais quando se distinguirem os dados documentados, as interpretações do autor e as hipóteses ainda abertas.

A segunda parte volta-se aos lugares em que a consciência encontra suas primeiras condições de formação. Família, escola, convivência comunitária, cultura, religião, governo da educação e meios de comunicação coexistem com desigualdades e pressões institucionais. O exame da hegemonia cultural oferece linguagem para compreender a formação do

consentimento, mas não transforma toda divergência pedagógica em prova de conspiração. A pesquisa sobre violência organizada, drogas e domínio territorial é necessária porque, em certos ambientes, o acesso à educação, a circulação de pessoas e até a expressão da vontade podem ser condicionados pela coerção. A conveniência desse foco é distinguir a influência legítima da imposição, a socialização ordinária da violência e os limites efetivos da liberdade, preservando os direitos de estudantes, famílias, professores e moradores.

A terceira parte preserva integralmente a investigação histórica que deu origem à ***TÁBUA DOS SABERES***. O período indicado, de 1800 a 1970, delimita o universo cronológico do levantamento, não um suposto instante único de encarnação ou de missão de todas as personalidades. As 47 trajetórias são confrontadas segundo família, comunidade, educação, cultura e as obras que deixaram. A hipótese espírita de vidas anteriores e compromissos espirituais permanece presente, mas não se converte em biografia demonstrada de ninguém. O longo confronto entre a obra de **KARDEC**, os espiritualistas, os socialistas, a doutrina social católica e os diversos filósofos será mantido, inclusive em suas controvérsias. A conveniência desse foco é recuperar quem foram materialmente essas

pessoas e quais horizontes intelectuais legaram ao século XXI, sem atribuir a suas diferenças um julgamento antecipado sobre o valor espiritual de cada uma.

A quarta parte alcança o ponto em que a experiência coletiva se torna relação pessoal. Na releitura do filho pródigo, o pai foi retirado deliberadamente: não existe uma figura humana capaz de decidir por milhões de pessoas como perdoar, reparar, acolher e reintegrar. Uma pessoa pode perdoar sem recuperar imediatamente a confiança; outra pode prestar auxílio sem dispensar a reparação de um dano. A fundamentação em Jesus, nas leis morais e nos princípios espíritas da liberdade e da responsabilidade permite compreender a caridade como prática que não exclui discernimento, direitos, limites ou devido processo. A conveniência desse encerramento está em não confundir uma mudança de preferência política com a regeneração da consciência: transformar-se, aqui, deve tornar-se reconhecível nas escolhas e nos frutos da convivência.

A ordem escolhida não é uma sequência de causas inevitáveis. O cidadão não é o resultado mecânico da escola; o pensador não é a soma de sua família; a egrégora não contém integralmente a moral de seus integrantes; e a missão espiritual não suprime o livre-arbítrio. Os anexos apresentam as variáveis e a

procedência dos quadros para que essas distinções possam ser examinadas e criticadas. As fontes históricas demonstram fatos situados; as teorias sociais ajudam a formular relações; as obras doutrinárias apresentam uma concepção espiritual da existência; as inferências do autor devem continuar assumidas como inferências.

Uma travessia pedagógica entre as quatro partes

A governança, neste estudo, não representa um poder de dirigir consciências. Designa o conjunto de responsabilidades, limites, meios de participação, transparência e procedimentos de revisão que permite às instituições cumprir suas finalidades sem confundir autoridade legítima com imposição de crenças. A educação é o lugar mais visível dessa preocupação, mas ela reaparece nas decisões políticas, nas relações comunitárias e nas condições do retorno moral.

O itinerário das três viagens oferece uma pergunta que acompanha as quatro partes: primeiro, somos capazes de reconhecer os limites de nosso conhecimento? Depois, conseguimos admitir a existência de interesses e direitos que não se confundem com os nossos? Por fim, o que fazemos com a inteligência, a liberdade e os recursos que adquirimos? Essas perguntas descrevem tarefas formativas possíveis, não etapas fixas de maturidade ou medidas do valor de uma pessoa.

Objetivo pedagógico transversal. Investigar como práticas de autoconhecimento, discernimento na convivência e responsabilidade pelo uso do conhecimento podem ser favorecidas ou frustradas pela governança das instituições. Seu resultado será

apreciado por critérios de liberdade, escuta, proteção de direitos, transparência, capacidade de revisão e consequências observáveis, sem presumir que uma estrutura administrativa, por si, produza virtude.

PARTE I — PERTENCIMENTO COLETIVO, ESCOLHAS E CONSEQUÊNCIAS

A consciência que se reconhece num grupo

Nota para exame jurídico e institucional: A divulgação dos resultados agregados dos boletins de urna é instrumento de transparência eleitoral e não revela o voto individual. Em territórios submetidos a coerção, porém, é pertinente investigar se dados agregados por seção podem servir à intimidação de comunidades. A possibilidade não prova que essa prática ocorra em todo local, nem autoriza imputar cumplicidade à Justiça Eleitoral. Cabe examinar, com documentação, mecanismos complementares de proteção do eleitor.

Uma egrégora política pode abrigar convicções firmes, alianças circunstanciais, rejeições recíprocas e expectativas que não se cumprem. Sua força não está na uniformidade de cada integrante, mas na capacidade de produzir símbolos de pertencimento, critérios de confiança e justificativas compartilhadas. Para examinar seu efeito, é preciso observar os fatos que aproximam as pessoas do grupo, os acontecimentos que permitem sua permanência e as experiências capazes de provocar revisão.

O vínculo coletivo não apaga a individualidade. O cidadão pode apoiar uma proposta econômica e rejeitar uma prática de governo; pode manter a tradição familiar, mudar o voto ou afastar-se de toda identificação partidária. A responsabilidade pelas próprias palavras e

ações permanece pessoal, mesmo quando suas consequências políticas atingem a todos.

Apresentação — a pergunta contida no título

VOLTAMOS nasce de uma inquietação moral situada no presente brasileiro. A sociedade atravessa ciclos eleitorais, alternâncias e retornos ao poder, crises econômicas, disputas institucionais e mudanças no modo como os cidadãos reconhecem uns aos outros. Nesse percurso, duas configurações coletivas de pertencimento político, aqui denominadas egrégoras A e B, convivem no mesmo território, mas muitas vezes interpretam acontecimentos semelhantes como se pertencessem a países distintos.

A imagem escolhida para compreender esse processo é a do filho pródigo, porém sob uma hipótese diversa daquela narrada no Evangelho. O filho da parábola retorna depois de reconhecer sua condição. O filho de nossa investigação poderá desejar a volta quando os efeitos de determinadas escolhas atingirem sua vida cotidiana, sem necessariamente admitir o que precisaria modificar. A palavra "***VOLTAMOS***" poderá então expressar tanto uma disposição de reconstrução quanto uma tentativa de recuperar condições perdidas sem o correspondente aprendizado.

O cenário que segue não parte da premissa de que todos os integrantes de uma orientação política possuam os mesmos comportamentos. Nosso foco recai sobre mecanismos de pertencimento, sobre decisões políticas verificáveis e sobre a responsabilidade pessoal e coletiva diante de seus efeitos. A avaliação ética das condutas será feita mediante critérios comuns; isso não exige atribuir responsabilidades idênticas a grupos que eventualmente tenham tomado decisões diferentes.

1. Uma lembrança que altera o ponto de partida

Eu também estive entre os que acreditaram

Votei em Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições que o conduziram aos seus dois primeiros mandatos presidenciais. Eu estava entre aqueles brasileiros que viam, na chegada de um trabalhador à Presidência da República, uma oportunidade histórica de aproximação entre o governo e a experiência das pessoas comuns. Não era a adesão ao comunismo que orientava aquele voto. Era, sobretudo, a expectativa de ver representado, no centro das decisões nacionais, alguém que conhecera o trabalho e as dificuldades de quem vive dele.

Havia, em meu imaginário político, uma lembrança da Polônia e de Lech Wałęsa, eletricista do estaleiro de

Gdańsk, líder do movimento Solidariedade e, depois, presidente daquele país. Não confundo as trajetórias, os projetos ou os contextos históricos de Lula e Wałęsa. O que os aproximava em minha percepção de então era a imagem humana e política de alguém vindo do chão de fábrica: um de nós poderia governar.

Essa experiência pessoal impede que eu descreva os eleitores de ontem como pessoas alheias às esperanças que eu próprio compartilhei. Também me obriga a diferenciar a sinceridade de uma escolha inicial da responsabilidade de reavaliá-la à luz de acontecimentos posteriores. Uma convicção política pode modificar-se sem que a pessoa precise negar a honestidade de sua expectativa anterior. O aprendizado não começa pela humilhação de quem acreditou, mas pelo exercício de examinar aquilo em que acreditou.

Minha interpretação atual do percurso brasileiro não apaga aquela participação. Pelo contrário, torna mais exigente a pergunta que sustenta este livro: como pessoas e coletividades, inclusive aquelas de que já participamos, reagem quando as experiências históricas lhes pedem revisão de juízo, mudança de conduta e reconhecimento de responsabilidades?

A analogia histórica que me acompanhou tem um limite importante: Wałęsa liderou uma oposição democrática ao regime comunista polonês; o apoio que concedi a

Lula dizia respeito à representação social do trabalhador brasileiro. A aproximação é, portanto, simbólica e autobiográfica, não uma equiparação de programas ou ideologias.

2. O cenário histórico brasileiro: 2003 a 2026

A análise não pode começar no instante da comemoração eleitoral. As condições materiais de uma sociedade resultam de decisões acumuladas, circunstâncias internacionais, conflitos entre instituições e ações de governos diversos. A história deverá ser examinada sem pressupor condições iguais de governabilidade nem admitir que toda dificuldade de determinado governo decorreu exclusivamente de seus adversários.

Reprodução reduzida do quadro integral (ampliável no PDF; consultar o Volume II).

Período	Condições e acontecimentos	Pergunta de investigação
2003–2010 | Lula	Primeiro e segundo mandatos; políticas sociais e econômicas, alianças e investimentos.	Que compromissos foram anunciados, que resultados foram produzidos e que problemas se revelaram?
2011–2016 | Dilma	Continuidade partidária até o afastamento definitivo em 2016; desaceleração econômica e crise política.	Que processos decorreram de decisões próprias, de estruturas herdadas e de conjunturas externas?
2016–2018 | Temer	Reorganização de alianças e alterações nas políticas econômica e administrativa.	O que foi mantido e o que mudou na organização do Estado?
2019–2022 | Bolsonaro	Mudança de orientação do Executivo; pandemia de COVID-19; conflitos institucionais e implementação parcial ou integral de políticas.	Como distinguir emergência sanitária, controle constitucional, ação oposicionista e decisões do próprio governo?
2023–2026 | Lula	Retorno à Presidência e continuidade de novas prioridades e coalizões governamentais.	Como evoluíram os indicadores fiscais, os serviços e as instituições?
Outubro de 2026	Reeleição presidencial oficialmente proclamada e recomposição das expectativas de apoiadores e opositores.	Como as coletividades reagem à vitória, à derrota e à continuidade do poder?
A partir de 2027	Horizonte prospectivo, não fato ocorrido.	Quais condições favoreceriam revisão de escolhas, resistência ou amadurecimento?

Quadro I.1 — Panorama histórico do Brasil, 2003–2026. Ver Anexo I.

O segundo turno presidencial de 25 de outubro de 2026 terminou, segundo a apuração divulgada pelo Tribunal Superior Eleitoral, com 51,79% dos votos válidos para Luiz Inácio Lula da Silva e 48,21% para Flávio Bolsonaro. Esse resultado oficial é a referência factual para identificar vencedor e opositor. A existência de controvérsias políticas não autoriza, por si só, afirmar fraude eleitoral demonstrada.

No governo Bolsonaro, a pandemia foi uma condição extraordinária cuja presença deve ser registrada na comparação entre mandatos. Também ocorreu, em abril de 2020, a suspensão judicial da nomeação de Alexandre Ramagem para a direção-geral da Polícia Federal. A decisão foi específica: o presidente posteriormente nomeou outro dirigente. O episódio merece exame da fundamentação judicial, das competências constitucionais e das diferentes interpretações, sem ser transformado em prova de impossibilidade geral de governar.

A comparação histórica deverá reunir dívida pública, gastos e investimentos, emprego e renda, infraestrutura, segurança jurídica, integridade administrativa e qualidade dos serviços. Nenhum indicador isolado será suficiente para concluir que um governo produziu prosperidade, decadência ou captura institucional.

3. Duas egrégoras, uma vida nacional compartilhada

A egrégora A designa, neste modelo, a configuração de pessoas que apoiaram o projeto político vencedor e encontram na continuidade do governo uma confirmação de suas expectativas. A egrégora B reúne aqueles que se opuseram a esse projeto e permanecem submetidos às decisões políticas já em ocorrência, cujos efeitos podem contrariar suas convicções e determinados interesses.

Essas denominações são instrumentos de observação, não classes morais. Empresários, empregados, autônomos, beneficiários de políticas sociais, religiosos e pessoas sem religião podem integrar qualquer uma das duas configurações. A trajetória do próprio autor, que votou em Lula em 2002 e 2006 e posteriormente reviu sua posição, demonstra que pertencimentos políticos são históricos e podem transformar-se.

Também devemos acompanhar as redes de interesses econômicos e institucionais que atravessam os dois agrupamentos. O alinhamento ideológico de um eleitor não coincide necessariamente com o interesse econômico de quem financia, contrata ou disputa posições junto ao poder público. Investigar essas

relações poderá evitar que a polarização esconda continuidades estruturais.

4. Matriz I — identificação e relações entre as egrégoras

A primeira matriz registra tendências e expectativas que deverão ser testadas; não estabelece características fixas de todos os integrantes dos grupos. Sua função é permitir comparações por dimensões substantivas, sem presumir superioridade ética de qualquer egrégora.

Reprodução reduzida do quadro integral (ampliável no PDF; consultar o Volume II).

Dimensão	Egrégora A: hipótese descritiva	Egrégora B: hipótese descritiva
Identidade política	Apoio ao projeto vencedor e à continuidade governamental.	Oposição ao projeto vencedor e defesa de alternativas políticas.
Experiência eleitoral	Celebração e expectativa de confirmação de escolhas.	Inconformismo, fiscalização e preocupação com a continuidade.
Confiança institucional	Maior confiança em decisões vistas como favoráveis ao governo.	Maior criticidade diante de decisões vistas como desfavoráveis à oposição.
Papel do Estado	Maior abertura, em parte do grupo, à intervenção e à proteção social.	Maior ênfase, em parte do grupo, na autonomia privada e nos limites ao Estado.
Economia e produção	Expectativa de resultados por políticas públicas, crédito, renda e emprego.	Expectativa de resultados por investimento, previsibilidade e empreendedorismo.
Trabalho e subsistência	Combinação variável de renda do trabalho, atividade econômica e proteção social.	Combinação variável de renda do trabalho, atividade econômica e proteção social.
Família e educação	Pluralidade de valores familiares e concepções de educação.	Pluralidade de valores, com ênfase tradicional em parte do grupo.
Propriedade	Aceitação da propriedade e de mecanismos de regulação e função social.	Maior destaque à proteção patrimonial e à previsibilidade das regras.
Expressão e imprensa	Debates sobre desinformação, direitos e limites da manifestação.	Debates sobre censura, garantias e limites da intervenção estatal.
Justiça e processo	Deve exigir devido processo legal também em relação aos adversários.	Deve exigir devido processo legal também em relação aos aliados.
Religião e espiritualidade	Religiosos, agnósticos e não religiosos, em diferentes combinações.	Religiosos, agnósticos e não religiosos, em diferentes combinações.
Relação com o divergente	Risco de desqualificar alertas da oposição sem examiná-los.	Risco de desqualificar resultados favoráveis sem examiná-los.
Responsabilidade	Acompanhar criticamente quem recebeu apoio político.	Fiscalizar, propor alternativas e reconhecer evidências contrárias.

Quadro I.2 — Identificação e caracterização das egrégoras A e B. Ver Anexo I.

As quatro relações fundamentais

Reprodução reduzida do quadro integral (ampliável no PDF; consultar o Volume II).

Relação	Mecanismo possível	Questão a examinar
A → A	Circulação de expectativas, reforço do pertencimento e legitimidade percebida.	A coesão fortalece a crítica interna ou reduz sua disposição?
A → B	Políticas e decisões governamentais com efeitos sobre apoiadores e opositores.	Quais efeitos são verificáveis e quais dependem de interpretação?
B → B	Mobilização, denúncias, fiscalização e circulação de alertas.	O controle social amplia a precisão ou intensifica temores?
B → A	Crítica pública, ação parlamentar e mecanismos de controle.	Que correções, resistências ou escaladas de conflito se produzem?

Quadro I.3 — Quatro relações fundamentais entre as egrégoras.

Ver Anexo I.

5. Matriz II — exercício do poder e consequências materiais

Esta matriz observará ações, instituições e resultados. Ela distinguirá decisão política, alocação orçamentária, execução administrativa, entrega de infraestrutura e benefício social. A conclusão acerca de responsabilidade depende dessa cadeia, que pode ser interrompida por muitas causas distintas.

Reprodução reduzida do quadro integral (ampliável no PDF; consultar o Volume II).

Variável	Questão de investigação	Evidência requerida
Continuidade política	Como a duração do exercício governamental influencia redes e órgãos?	Mandatos, nomeações, alianças e regras de governança.
Governabilidade	Quais limites e apoios afetaram cada governo?	Projetos, vetos, decisões judiciais e circunstâncias extraordinárias.
Integridade pública	Quais irregularidades foram comprovadas, por quem e quando?	Auditorias, contratos, decisões definitivas e registros de controle.
Dívida e finanças	O que explica as mudanças no endividamento e no custo da dívida?	Séries comparáveis, juros, receitas, despesas e PIB.
Investimentos	Quanto se investiu e o que efetivamente funcionou?	Orçamentos, execução, obras entregues e manutenção.
Efetividade social	Os resultados alcançaram quem deveria recebê-los?	Cobertura e qualidade de água, saneamento, saúde, educação e renda.
Economia familiar	Como preços, crédito, trabalho e renda chegaram às casas?	Séries oficiais, pesquisas domiciliares e custos de vida.
Liberdades e garantias	Como foram observados os limites do poder e o devido processo?	Atos, fundamentos das decisões, recursos e consequências.

Quadro I.4 — Poder, decisões e consequências materiais. Ver Anexo I.

O aumento da dívida não é sinônimo de desvio de recursos; uma obra atrasada não comprova corrupção; uma nomeação judicialmente questionada não demonstra, por si, captura institucional. Inversamente, a simples existência de previsão orçamentária ou a

conclusão física de uma obra não asseguram que seu benefício social tenha sido entregue. Nosso método deverá evitar tanto a acusação automática quanto a absolvição por conveniência.

6. Matriz III — orgulho, consciência e possibilidade de retorno

A terceira matriz examina o percurso moral possível do indivíduo e da coletividade diante da experiência. O sofrimento material pode gerar contestação, solidariedade, acomodação, aprendizado ou novas formas de defesa das crenças anteriores. Não existe relação necessária entre privação e amadurecimento.

Reprodução reduzida do quadro integral (ampliável no PDF; consultar o Volume II).

Variável	Manifestação observável ou relatada	Pergunta moral
Pertencimento	Identidade afetiva e simbólica com uma comunidade política.	O vínculo permite discordância interna?
Celebração	Satisfação e confiança após a vitória eleitoral.	Quando a alegria legítima se converte em superioridade?
Confirmação	Seleção de informações favoráveis às próprias crenças.	O indivíduo acolhe evidências desfavoráveis?
Orgulho	Resistência a reconhecer equívocos por receio de humilhação.	O que dificulta a revisão de juízo?
Experiência adversa	Restrição material, dívida, perda de renda ou perspectiva.	A dificuldade decorre de quais causas demonstráveis?
Responsabilidade	Reconhecimento da participação em decisões e resultados.	Distingue-se intenção, poder e consequência?
Desejo de retorno	Busca de condições de vida anteriormente experimentadas.	Pretende reconstruir ou apenas recuperar vantagens?
Aprendizado moral	Revisão de atitudes, critérios e comportamentos.	A experiência modificou escolhas futuras e a relação com os outros?

Quadro I.5 — Orgulho, consciência e possibilidade de retorno. Ver Anexo I.

A expressão “indolência” exige reserva conceitual. A dificuldade de superar endividamento, desemprego ou pobreza não prova acomodação moral. A análise deverá separar restrições objetivas à ação de uma eventual recusa deliberada de assumir responsabilidades. Caso contrário, correríamos o risco de atribuir culpa ao sofrimento.

7. Integração das matrizes: do pertencimento à transformação

As três matrizes se complementam sem se confundirem. A primeira investiga como se estabelecem identidades e influências coletivas; a segunda, o que governos e instituições realizaram e quais efeitos podem ser demonstrados; a terceira, a reação moral de pessoas e grupos diante dos acontecimentos. Não será correto inferir uma característica moral diretamente de uma estatística econômica, nem deduzir a situação econômica do país apenas dos discursos das egrégoras.

Reprodução reduzida do quadro integral (ampliável no PDF; consultar o Volume II).

Matriz	Objeto principal	Contribuição para a obra
I — Egrégoras A e B	Pertencimento, convicções, discursos e influências recíprocas.	Identificar padrões sem transformar grupos em essências morais.
II — Poder e consequências	Decisões, capacidade de execução, restrições e resultados.	Distinguir fatos, causas prováveis e responsabilidades efetivas.
III — Consciência e retorno	Orgulho, resistência, reconhecimento, revisão e transformação.	Examinar em que condições a experiência produz aprendizado.

Quadro I.6 — Integração das três matrizes. Ver Anexo I.

Objeto do encadeamento. Representar o percurso possível entre pertencimento, escolha, ação institucional, resultados e revisão de convicções.

A relação inicial poderá ser expressa como uma hipótese de trabalho:

pertencimento → escolhas → exercício do poder → consequências → percepção → reconhecimento ou resistência → transformação ou permanência.

Essa formulação não é linear nem obrigatória. As etapas podem influenciar-se reciprocamente, sofrer interferências externas ou simplesmente não ocorrer.

Leitura e limites. A direção das setas organiza perguntas, não quantifica impactos; fatores externos, reversões e interrupções precisam ser examinados.

A dimensão das matrizes não será definida por preferência formal. Trabalhamos com treze dimensões na primeira, oito na segunda e oito na terceira porque são, por enquanto, as relações que conseguimos identificar. Se o estudo demonstrar a necessidade de seis, nove ou mais variáveis, a estrutura deverá adaptar-se. Não criaremos relações artificiais para preencher células.

8. O retorno e a ausência do pai

Na parábola evangélica, o filho pródigo reconhece a própria condição antes de voltar. O pai o recebe, mas o

acolhimento não transforma em virtude a dissipação anterior dos recursos. Na metáfora social de ***VOLTAMOS***, a ausência do pai não significa ausência de Deus: expressa a falta de uma autoridade humana comum capaz de reconciliar automaticamente grupos que deixaram de reconhecer as referências morais uns dos outros.

O orgulho pode fazer com que o indivíduo queira recuperar a segurança material sem abandonar o modo como julga seus antigos adversários. A necessidade de retorno, entretanto, não deve ser confundida com uma confissão obrigatória. Alguém pode reconhecer que uma política fracassou e continuar defendendo valores legítimos que motivaram seu voto; pode também descobrir que uma crítica anterior era excessiva. O aprendizado consiste em submeter a convicção à experiência e a conduta à responsabilidade.

A lembrança do autor, que apoiou Lula em seus dois primeiros mandatos por uma expectativa de representação do trabalhador, oferece uma chave decisiva. A egrégora de hoje não determina para sempre a egrégora de ontem. Ninguém deve ser reduzido a seu voto, nem privado do direito de mudar de posição. Isso não dissolve a responsabilidade de quem exerce o poder nem a necessidade de examinar escolhas repetidas à luz de fatos conhecidos.

O título permanece, assim, como interrogação: ***VOLTAMOS*** porque compreendemos ou porque necessitamos? A sociedade é capaz de acolher a revisão sincera sem exigir humilhação? E pode exigir responsabilidade sem transformar a divergência em condenação moral de comunidades inteiras?

9. Critérios que preservarão a investigação

Nos capítulos seguintes, as acusações de corrupção, interferência institucional ou desvio de finalidade deverão ser tratadas com base em atos identificáveis, provas e decisões, respeitando a distinção entre denúncia, investigação, condenação e decisão anulada. As interpretações partidárias não poderão substituir documentos. O mesmo rigor se aplicará aos indicadores de dívida, investimentos, emprego, renda, abastecimento e desenvolvimento produtivo.

Na dimensão filosófica, egrégora designará uma configuração coletiva de ideias, emoções, valores e padrões de interação, capaz de influenciar seus participantes. A interpretação espírita sobre influências espirituais por afinidade será apresentada em plano distinto, sem afirmar que uma energia coletiva tenha sido cientificamente comprovada. Quanto à moral, recorreremos à tradição cristã e espírita como

referenciais interpretativos, sem atribuir a Allan **KARDEC** conceitos que não constam de suas obras.

O exame de consciência, relacionado à questão 919 de *O Livro dos Espíritos*, oferece uma referência para o eixo moral do retorno. Não utilizaremos esse princípio para julgar coletivamente pessoas pelo voto, mas para examinar a disposição humana de reconhecer fatos, reconsiderar atitudes e reparar consequências quando couber.

Síntese de fechamento do caderno

VOLTAMOS não será a história de uma vitória transformada automaticamente em culpa, nem de uma derrota convertida em superioridade moral. Será a investigação de um fenômeno mais difícil: o modo como identidades políticas, experiências históricas e interesses materiais se entrelaçam, e o que acontece quando a realidade exige uma revisão daquilo que celebramos ou condenamos.

Os princípios e valores pelos quais cada pessoa julga a vida pública não possuem, necessariamente, o mesmo peso para todas as consciências. Questões como o aborto, as configurações familiares, a responsabilização de adolescentes por atos graves, a violência sexual e o aumento da população em situação de rua alcançam o foro íntimo e põem em tensão concepções de vida,

justiça, proteção e responsabilidade. Essa pedra de toque pessoal não substitui o exame de fatos e evidências: convida cada indivíduo a reconhecer os critérios que aplica, inclusive quando avalia as decisões daqueles com quem se identifica. A evolução da população em situação de rua, em particular, demanda a consulta a séries comparáveis, consideradas as mudanças nos instrumentos de registro e na cobertura dos levantamentos.

O autor não observa esse processo de fora. Esteve entre os que depositaram esperanças na chegada de um trabalhador à Presidência e hoje submete aquela expectativa à reflexão. Essa circunstância não obriga todos a seguir o mesmo caminho; obriga a obra a reconhecer que o ser humano muda, que o pertencimento não é definitivo e que a consciência moral não se esgota numa filiação partidária.

Se o filho pródigo deseja retornar de cabeça erguida, a pergunta decisiva não será se ainda conserva o direito de fazê-lo. Esse direito permanece. A pergunta será se a cabeça erguida expressa dignidade e aprendizado ou apenas a resistência do orgulho em reconhecer o que a experiência revelou.

Referencial teórico e critérios documentais da Parte I

O eixo histórico desta parte apoia-se em registros institucionais e séries públicas que permitem separar acontecimentos de interpretações: resultados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral, indicadores fiscais do Banco Central, levantamentos socioeconômicos do IBGE e documentos da administração pública. A finalidade desses registros não é selecionar antecipadamente uma egrégora virtuosa e outra inadequada, mas reconstruir períodos, decisões, restrições de governabilidade, responsabilidades e efeitos demonstráveis. Séries de dívida pública, renda e ocupação devem ser comparadas com atenção à metodologia, aos períodos e a fatores externos, especialmente a pandemia. A coincidência temporal entre governo e resultado não basta para estabelecer causalidade.

A interpretação dos pertencimentos coletivos encontra apoio na sociologia e na psicologia social. Alexis de Tocqueville, em *Da democracia na América* (1835 e 1840), oferece reflexão sobre hábitos de associação, maiorias e liberdade; Henri Tajfel e John Turner, na teoria da identidade social, ajudam a compreender a produção das fronteiras entre “nós” e “eles”; e os estudos contemporâneos de polarização de grupos

oferecem hipóteses sobre a intensificação de crenças em ambientes socialmente homogêneos. Nenhum desses referenciais permite inferir o caráter íntimo ou o comportamento de um eleitor apenas a partir de sua preferência partidária.

A circulação de informações também depende das condições reais de vida. Quem deixa sua casa de madrugada e retorna à noite, após o trabalho e os deslocamentos, pode não dispor de tempo para conferir documentos ou comparar versões. Isso não diminui sua capacidade de discernimento: a experiência diária com alimentação, transporte, trabalho, saúde e segurança constitui fonte relevante de conhecimento social. O desafio está em relacionar o que se vive às causas possíveis, aos limites das evidências e às alternativas existentes. A responsabilidade da escolha precisa ser examinada juntamente com as oportunidades de informação e reflexão que a sociedade efetivamente proporciona.

A palavra egrégora, empregada nesta obra, requer delimitação própria. No plano sociológico, designa de maneira analógica a configuração de disposições, narrativas, afetos e expectativas compartilhadas em coletividades. No plano espírita e filosófico, admite-se a hipótese de afinidades e influências espirituais, sem tratá-las como um campo físico ou uma energia

mensurável pela metodologia utilizada neste livro. Os níveis histórico, psicossocial e doutrinário devem permanecer distintos, embora possam suscitar perguntas recíprocas.

O princípio moral de verificação é a coerência entre escolhas, atos e consequências, e não a identificação eleitoral. A referência ao conhecimento de si, em *O Livro dos Espíritos*, questão 919, introduz um horizonte interpretativo para o aprendizado coletivo, sem transformar um resultado de eleição em sentença sobre a consciência de milhões de cidadãos.

***Referências de sustentação**: BRASIL, TSE, comunicado de 26 out. 2026, sobre o segundo turno; BANCO CENTRAL DO BRASIL, Estatísticas Fiscais; IBGE, PNAD Contínua; TOCQUEVILLE, Alexis de. Da democracia na América (1835; 1840); TAJFEL, Henri; TURNER, John C. Formulação da teoria da identidade social (1979); **KARDEC**, Allan. O Livro dos Espíritos, questão 919.*

Fontes de verificação histórica consultadas

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Presidente do TSE anuncia reeleição de Lula e faz balanço do 2º turno das Eleições 2026. 26 out. 2026. https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Outubro/presidente-do-tse-anuncia-reeleicao-de-lula-e-faz-balanco-do-2o-turno-das-eleicoes-2026

BRASIL. Arquivo Nacional. Luiz Inácio Lula da Silva. Centro de Referência de Acervos Presidenciais. https://presidentes.an.gov.br/index.php/centro-de-referencia-de-acervos-presidenciais/assuntos/biografias/204-luiz-inacio-lula-da-silva

THE NOBEL PRIZE. Lech Wałęsa – Facts. Nobel Peace Prize 1983. https://www.nobelprize.org/prizes/peace/1983/walesa/facts/

BRASIL. Ministério da Saúde. Nota Técnica nº 16/2020-CGSB/DESF/SAPS/MS. https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2020/nota-tecnica-no-16-2020.pdf/view

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ministro Alexandre de Moraes suspende nomeação de Alexandre Ramagem para o comando da PF. 29 abr. 2020. https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=442298

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ministro extingue mandado de segurança em que suspendeu nomeação de Alexandre Ramagem. 8 maio 2020. https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=443007

KARDEC, Allan. *O livro dos espíritos*. Questão 919 (referência doutrinária mencionada sem transcrição literal).

Persistências e revoadas: quatro possibilidades sem previsão antecipada

A imagem das revoadas de pardais permite examinar a mobilidade dos vínculos sem supor que todos os que mudam de posição sejam superficiais ou oportunistas. Há convicções duradouras, preferências provisórias, rejeições intensas e relações sociais que tornam uma mudança particularmente custosa. A comparação com antigas alternâncias de governo deve ser tratada como percepção histórica a investigar, pois identidades políticas persistentes não surgiram apenas depois do ano 2000.

Num primeiro cenário, prevalece a persistência: o vínculo com determinada liderança ou grupo resiste aos resultados adversos. Num segundo, a avaliação de resultados materiais e institucionais conduz a revisões graduais. Num terceiro, uma ruptura de confiança, associada à existência de alternativas críveis, abre espaço para mudanças mais rápidas. No quarto, não ocorre necessariamente migração eleitoral: pessoas permanecem em posições distintas, mas recuperam relações de respeito e cooperação. Este último cenário é especialmente relevante para o objeto moral da obra.

Uma revoada também pode assumir a forma do afastamento da vida pública, do voto em uma terceira

alternativa ou de participação comunitária não partidária. Não seria correto reduzir toda passagem aos trajetos A→B ou B→A. Para investigar previsões, precisaríamos acompanhar as mesmas pessoas ao longo do tempo, suas condições de vida, vínculos, percepções e decisões. Sem esse acompanhamento, dispomos de cenários, não de probabilidades comprovadas.

A migração de opinião política durante uma existência não equivale às emigrações e imigrações de Espíritos descritas por **KARDEC** em *A Gênese*, capítulo XI. Uma pertence ao campo da sociologia e da política; a outra integra a explicação doutrinária da população espiritual. O livro aproxima essas perspectivas apenas como hipótese filosófica sobre a relação entre consciência e história, não como identidade de mecanismo.

Reflexão de passagem — Parte I

As escolhas coletivas revelam a força dos vínculos, mas não autorizam reduzir a pessoa à egrégora que, em determinado momento, acolheu. A lembrança de uma esperança eleitoral anteriormente compartilhada torna mais exigente, e não menos legítimo, o exame crítico dos resultados. Uma sociedade democrática precisa reconhecer o direito de rever convicções sem transformar toda mudança em fraqueza e toda permanência em virtude.

Entre os cidadãos existem também trajetórias de pertencimento móvel, de adesão circunstancial ou de ausência de identificação partidária. Não sabemos, sem pesquisa específica, qual proporção constitui esse grupo, tampouco podemos explicar seus deslocamentos por uma única motivação. O materialismo filosófico pergunta pela primazia das condições materiais; o pragmatismo investiga as consequências práticas das ideias. Essas perspectivas não são sinônimas nem duas etiquetas aplicáveis automaticamente ao eleitor que muda de voto. A pergunta moral continua mais exigente: que conhecimento orienta sua escolha, quais resultados considera relevantes e que responsabilidades reconhece depois dela?

O primeiro movimento das viagens encontra aqui uma aplicação concreta. Rever uma preferência política não exige apagar as razões sinceras que a motivaram. Exige admitir que nossas convicções possam ser incompletas, examinar documentos com critérios constantes e aceitar correções quando os resultados contrariem expectativas. A humildade intelectual não constitui filiação partidária nem atestado de superioridade moral; é uma disposição que também deve ser exigida de quem pesquisa, administra e julga.

PARTE II — A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA EM FAMÍLIA, ESCOLA, CULTURA E TERRITÓRIO

Onde a educação encontra seus limites reais

A família e a escola oferecem referências de pertencimento, linguagem e responsabilidade, mas sua influência se exerce em ambientes desiguais. A existência de normas legais não significa que todas as crianças tenham efetiva liberdade de circulação, acesso a serviços, estabilidade da moradia ou proteção perante a violência. O caráter não é fabricado por um currículo isolado; amadurece, quando amadurece, na interação entre vínculos, oportunidades, acontecimentos e escolhas.

É necessário diferenciar a adesão ideológica, que pode resultar de convicção livremente examinada, do consentimento produzido pelo medo ou pela ausência de alternativas. Quando uma comunidade enfrenta um poder armado que regula horários, circulação, comércio ou a resolução de conflitos, o exercício da vontade sofre uma limitação que não se compara à simples influência de uma tradição cultural. A coerção não elimina toda

responsabilidade, mas modifica materialmente as condições em que a decisão é tomada.

Apresentação

O problema que motiva este caderno é a possibilidade de que uma sociedade se modifique gradualmente não apenas por leis, eleições ou decisões econômicas, mas também pelos padrões de pensamento que transmite às crianças e aos jovens. A escola participa da formação da consciência, e por isso toda política educacional merece exame quanto à sua legitimidade, ao pluralismo de ideias, à participação das famílias e às consequências para a autonomia moral dos estudantes.

A pergunta do autor é exigente: qual princípio de governança permitiria instalar progressivamente um modelo de sociedade que, sob o argumento de promover determinados bens, terminasse por enfraquecer liberdades, responsabilidade e vínculos comunitários? A própria formulação contém uma hipótese crítica, não um diagnóstico demonstrado do Brasil contemporâneo. Nosso compromisso consiste em torná-la investigável: identificar mecanismos, documentos, agentes, limites jurídicos, evidências contrárias e resultados observáveis.

Esta pesquisa não presume que temas relativos a gênero, diversidade ou direitos humanos sejam, por natureza, instrumentos de destruição social. Também não presume

que a educação religiosa ou familiar seja imune à imposição de crenças. O critério aplicável a qualquer proposta é o mesmo: formação de pessoas capazes de conhecer, discordar, escolher e responder pelos próprios atos, preservados a dignidade de todos e os direitos da infância.

1. Objeto, objetivo e limites de investigação

Objeto: mecanismos pelos quais diretrizes educacionais, práticas pedagógicas, influências ideológicas e relações entre Estado, escola, família e comunidade podem ampliar ou restringir o pluralismo e a autonomia da consciência.

Objetivo geral. Examinar as condições de governança que asseguram educação comum sem uniformização ideológica, proteção contra discriminação sem supressão da liberdade de consciência e participação familiar sem poder arbitrário de censura, considerando os efeitos sobre o discernimento, a responsabilidade moral e a convivência em sociedades politicamente divididas.

Objetivos específicos. Identificar a distribuição constitucional de competências na educação; delimitar a extensão das decisões recentes do STF; distinguir educação para direitos de imposição de convicções; mapear canais de participação familiar e comunitária; descrever mecanismos de conformismo e leniência; verificar como ideias de origem nacional ou estrangeira

chegam às práticas escolares; diferenciar princípios espíritas de teses filosóficas e ideológicas; e formular indicadores que permitam avaliar efeitos sem antecipar resultados.

Limite indispensável. Este caderno não reconstitui disputas eleitorais, balanços macroeconômicos ou a responsabilidade patrimonial de grupos sociais. Examina apenas a formação cultural e educacional das disposições coletivas. A integração com outras análises poderá ocorrer em etapa própria, mediante decisão editorial do autor.

2. O princípio de governança: formação, hegemonia e controle democrático

Uma via possível de transformação cultural gradual consiste na formação de consensos por meio de instituições que organizam a experiência cotidiana: família, escola, associações, comunidades religiosas, imprensa e plataformas digitais. Antonio Gramsci denominou hegemonia a liderança intelectual e moral exercida no interior da sociedade, que não depende apenas da coerção estatal. Essa categoria ajuda a compreender a circulação e a sedimentação de ideias, mas, por si só, não demonstra a existência de um plano clandestino, nem vincula automaticamente uma política escolar concreta ao comunismo. [1]

Para a investigação, convém distinguir três mecanismos. A formação legítima apresenta conhecimentos, princípios de convivência, perspectivas diferentes e razões abertas à crítica. A persuasão ideológica tenta conquistar adesões a uma visão de mundo, o que é lícito no debate público, mas requer cautela especial na relação assimétrica entre adultos e crianças. A doutrinação ocorre quando uma interpretação é imposta como indiscutível, alternativas são ocultadas, dissensos são punidos ou a lealdade ao grupo substitui o exame dos argumentos. O enquadramento não depende do rótulo partidário: doutrinação pode ter orientação estatal, religiosa, nacionalista, mercadológica ou partidária.

O risco institucional mais relevante não é a existência de parâmetros nacionais, necessária à igualdade de oportunidades, mas a perda de controles recíprocos. Quando decisões curriculares não são transparentes, escolas deixam de ouvir as famílias, docentes temem discordar e avaliações confundem conhecimento com adesão política, a educação pode afastar-se da finalidade de desenvolver pessoas autônomas. Inversamente, a proibição ampla de temas ou de perspectivas também diminui o pluralismo e empobrece a formação crítica.

A governança adequada deve combinar referências nacionais verificáveis, execução federativa cooperativa, autonomia pedagógica responsável, participação

familiar e comunitária, proteção do estudante, publicidade dos materiais relevantes e meios de revisão de abusos. Trata-se de uma arquitetura de limites recíprocos, não de entregar o monopólio da formação moral a um único ator.

3. O que decidiu o STF e o que não decidiu

A discussão ganhou atualidade com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.883, relativa à Lei estadual 12.410/2024 do Maranhão. Em sessão virtual encerrada em 23 de outubro de 2026, o STF declarou a inconstitucionalidade da norma que permitia aos responsáveis vetar a participação de estudantes em atividades sobre identidade de gênero, orientação sexual, diversidade sexual e igualdade de gênero, com exigência de manifestação formal dos pais e sanções às instituições. O processo se apoiou em precedente do Espírito Santo, ADI 7.847, decidido em maio de 2026, sobre lei estadual de teor semelhante. [2–5]

É essencial corrigir uma leitura que circulou nas redes sociais: o STF não criou uma disciplina obrigatória denominada “ideologia de gênero”, tampouco instituiu por decisão judicial um currículo completo e uniforme sobre sexualidade. Declarou inválidos mecanismos legais estaduais de veto ou restrição a determinadas abordagens pedagógicas. Há diferença jurídica entre

afastar uma proibição estadual e impor, a todas as escolas, um conteúdo específico. [3, 5]

Os fundamentos principais são a competência da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (art. 22, XXIV, da Constituição), a existência da Lei de Diretrizes e Bases e a preservação da liberdade de aprender e ensinar, da igualdade e da não discriminação. A Constituição, contudo, também reconhece competências concorrentes em educação e o regime de colaboração federativa; a competência federal sobre diretrizes gerais não extingue a participação dos estados, municípios, escolas e famílias. [4, 6, 7]

No julgamento referente ao Maranhão, ministros registraram ressalvas quanto à adequação das abordagens à idade e ao estágio de desenvolvimento dos estudantes. Isso não deve ser confundido com uma autorização geral para veto familiar, mas demonstra que os critérios pedagógicos e a proteção da infância fazem parte do debate jurídico. Como o inteiro teor consolidado do acórdão deve ser consultado para definir a extensão vinculante de cada ressalva, este caderno não as apresenta como uma norma operacional já detalhada. [3, 5]

Reprodução reduzida do quadro integral (ampliável no PDF; consultar o Volume II).

Enunciado a verificar	Situação jurídica/documental	Consequência para este estudo
“A União pode estabelecer diretrizes nacionais.”	Sim: CF, art. 22, XXIV, combinada com a LDB; atuação federativa e suplementar subsiste.	Estudar limites das normas gerais e espaços de autonomia local.
“Estados e municípios não têm qualquer papel.”	Não. CF, arts. 24, 30 e 211, e LDB distribuem responsabilidades.	Separar padrões comuns de implementação e gestão participativa.
“O STF obrigou uma disciplina de ideologia de gênero.”	Não é o conteúdo das decisões identificadas.	Não atribuir obrigação curricular que não foi criada.
“Os pais foram excluídos da educação dos filhos.”	Não. Permanecem a corresponsabilidade constitucional e a participação prevista na LDB.	Examinar informação, conselhos, diálogo e proteção dos estudantes.
“O direito de veto previsto naquelas leis permaneceu válido.”	Não, quanto às normas julgadas inconstitucionais.	Distinguir participação legítima de veto legal invalidado.

Quadro II.1 — Enunciados jurídicos e documentais a verificar. Ver Anexo II.

4. Família, escola e Federação: a tensão constitucional real

O art. 205 da Constituição trata a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, a ser promovida com a colaboração da sociedade. O art. 206 tutela a liberdade de aprender e ensinar, o pluralismo pedagógico e a gestão democrática; o art. 210 determina formação básica comum com respeito aos valores culturais nacionais e regionais; e o art. 211 prevê colaboração entre os entes federados. O art. 227 protege crianças e adolescentes contra negligência, discriminação, violência e opressão. Nenhum desses comandos pode ser escolhido isoladamente para anular os demais. [6]

A LDB explicita a articulação entre a escola e as famílias, a comunicação sobre a proposta pedagógica e a participação das comunidades escolar e local em conselhos. O direito de participar, de conhecer materiais, de formular críticas e de exigir adequação etária não se confunde com um direito irrestrito de retirar outros estudantes do acesso a conteúdos legítimos ou de impor silêncio a toda a comunidade escolar. [7]

Por outro lado, a autonomia escolar também não equivale a autorização para hostilizar convicções religiosas, ridicularizar famílias ou promover filiação partidária como objetivo pedagógico. A criança não é propriedade do Estado, da escola nem dos pais: é sujeito de direitos em desenvolvimento, cercado de deveres compartilhados de proteção. O debate ético exige reconhecer a consciência em formação e a proporcionalidade das intervenções.

A liberdade religiosa e de consciência protege a transmissão familiar de crenças e a escolha de caminhos espirituais, dentro dos limites legais da proteção infantil e dos direitos de terceiros. O pluralismo constitucional também protege estudantes de famílias sem religião ou de tradições diferentes. Uma política educacional sólida não exige que todos abandonem suas raízes; exige que aprendam a conviver sem discriminar, mesmo quando persistem divergências morais legítimas.

5. Vertentes ideológicas: influência comprovável, não presunção

O estudo deve investigar as ideias que atravessam currículos, formações docentes e debates públicos sem confundir toda preocupação com igualdade ou diversidade com um projeto comunista. As tradições marxistas e socialistas incluem formulações muito diversas; o liberalismo, o conservadorismo, a social-democracia e as correntes religiosas também propõem concepções distintas sobre liberdade, autoridade, justiça e educação. A influência de uma dessas correntes numa proposta pedagógica exige rastrear textos, autores, documentos oficiais, processos decisórios e práticas efetivas.

Em Gramsci, a formação de uma visão de mundo por instituições da sociedade civil constitui um problema filosófico real e verificável historicamente. Mas dizer que determinada decisão do STF resulta de uma estratégia comunista requer uma cadeia de prova própria, que não decorre nem da terminologia empregada, nem da circunstância de a União possuir competência para legislar sobre educação. [1]

Reprodução reduzida do quadro integral (ampliável no PDF; consultar o Volume II).

Vertente ou orientação	Preocupação característica (em termos gerais)	Risco educacional a examinar
Marxista / comunista	Relações de classe, trabalho, desigualdade, transformação social.	Converter uma teoria social em verdade obrigatória, sem crítica ou alternativas.
Social-democrata / igualitária	Direitos sociais, inclusão, redução de desigualdades, pluralismo democrático.	Confundir proteção de direitos com adesão a um projeto partidário.
Liberal	Liberdade individual, escolhas, direitos, limites ao Estado.	Subestimar condicionantes sociais ou excluir experiências coletivas.
Conservadora / comunitária	Continuidade cultural, família, tradições, prudência nas mudanças.	Transformar valores particulares em imposições que silenciam outras famílias.
Religiosa / espiritual	Sentido moral, virtudes, transcendência e formação do caráter.	Confundir adesão religiosa com prova de virtude ou impor crença no ensino comum.
Técnico-científica	Evidências, métodos, conteúdos verificáveis e abertura à revisão.	Apresentar consensos provisórios como infalíveis ou ignorar dimensões éticas.

Quadro II.2 — Orientações ideológicas e riscos educacionais. Ver Anexo II.

6. Fundamentos filosóficos e sustentação espírita

Nietzsche ajuda a problematizar a moral de conformidade, o ressentimento e a diferença entre força e submissão, sem que se possa reduzi-lo a uma defesa genérica da crueldade ou atribuir-lhe posições que o texto não sustenta. O estudo de Alexandre Marques Cabral sobre O Jesus de Nietzsche ressalta a ambiguidade da leitura nietzschiana de Jesus: a singularidade e a ausência de ressentimento convivem com a classificação de décadence, dentro de pressupostos filosóficos próprios. [8]

A figura do príncipe Míchkin, em O Idiota, de Dostoiévski, permite examinar literariamente o

desconforto que uma bondade pouco competitiva provoca em ambientes marcados pelo cálculo social. A obra literária é fonte de questões humanas, não evidência empírica de mecanismos institucionais contemporâneos. As reflexões de Bonhoeffer sobre conformismo e autoridade podem auxiliar a discutir o abandono do julgamento próprio, desde que confirmadas em sua obra original e não apenas em vídeos de interpretação.

Na doutrina espírita, a questão 383 de *O Livro dos Espíritos* afirma que a infância é período de receptividade às impressões educativas, reforçando a responsabilidade de quem educa. A questão 625 apresenta Jesus como modelo moral, e a questão 919 valoriza o conhecimento de si mesmo. No capítulo XV, item 8, de *O Evangelho segundo o Espiritismo*, **KARDEC** sustenta a liberdade de consciência em oposição ao exclusivismo religioso. Esses princípios orientam uma leitura ética da educação, mas não determinam por si só uma técnica curricular ou a constitucionalidade de determinada lei. [9, 10]

A hipótese espiritual de influências coletivas por afinidade de pensamentos pode integrar a reflexão filosófico-doutrinária sobre egrégoras. Ela não deve ser confundida com uma variável científica já medida. Nosso exame principal se apoia em condutas e

instituições observáveis: o que se ensina, como se ensina, como se permite discordar, quais direitos são protegidos e como se responsabilizam abusos.

7. Matriz de governança educacional — socialização e responsabilidade

A matriz abaixo contém treze variáveis provisórias. Sua dimensão não é uma meta numérica: deverá diminuir ou crescer conforme a análise identifique relações pertinentes e evidências disponíveis. Nenhuma célula recebe nota moral antecipada. Os vínculos são hipóteses testáveis, não conclusões causais.

Reprodução reduzida do quadro integral (ampliável no PDF; consultar o Volume II).

Variável	Relação que será investigada	Evidências necessárias
V1. Diretrizes nacionais	Uniformização de parâmetros mínimos e limites do currículo.	Constituição, LDB, BNCC, normas e decisões.
V2. Autonomia federativa	Capacidade suplementar e execução local coerente com a lei.	Leis estaduais/municipais, projetos e atas.
V3. Transparência pedagógica	Acesso a planos, materiais, objetivos e critérios de avaliação.	PPP, planos de aula, comunicações às famílias.
V4. Participação familiar	Consulta, diálogo e influência legítima sem censura de terceiros.	Conselhos escolares, reuniões, canais de recurso.
V5. Proteção do educando	Adequação etária, dignidade, segurança e não discriminação.	Protocolos, denúncias, avaliação pedagógica.
V6. Liberdade docente	Ensino responsável e aberto ao questionamento.	Formação, orientações, evidências de punição por dissenso.
V7. Pluralismo intelectual	Apresentação de perspectivas e critérios de crítica.	Materiais, diversidade bibliográfica, atividades.
V8. Influência ideológica externa	Rastreamento de fontes, redes, contratos e modelos importados.	Documentos, acordos e fluxos de financiamento.
V9. Conformismo coletivo	Reprodução de crenças sem exame e rejeição do contraditório.	Pesquisas, entrevistas, práticas observáveis.
V10. Leniência institucional	Aceitação seletiva de desvios praticados por aliados.	Processos, resposta a denúncias e padrão de sanções.
V11. Liberdade de consciência	Possibilidade de convicção religiosa, secular e divergente.	Regras e experiências de estudantes e famílias.
V12. Responsabilização	Garantias, contraditório, proporcionalidade e reparação.	Normas disciplinares, recursos, decisões fundamentadas.
V13. Autonomia moral	Discernimento, escuta, revisão de crenças e agência.	Avaliações qualitativas e indicadores longitudinais.

Quadro II.3 — Matriz de governança educacional: socialização e responsabilidade. Ver Anexo II.

8. Hipóteses dimensionais e possíveis trajetórias

H1 — Concentração sem controle. Quanto menor a transparência e a participação na governança curricular, maior poderá ser a vulnerabilidade a imposições de qualquer orientação ideológica. A comprovação exige casos concretos, e não somente críticas a conteúdos.

H2 — Cooperação federativa. Diretrizes comuns combinadas com participação local, autonomia responsável e fiscalização tendem a oferecer melhores condições para o pluralismo do que tanto a imposição absoluta do centro quanto o veto genérico de temas por autoridades locais.

H3 — Transparência e confiança. Quanto mais inteligíveis forem objetivos, materiais e critérios de abordagem, mais condições terão as famílias de participar e avaliar, independentemente de sua concordância com cada conteúdo.

H4 — Proteção e divergência. É possível ensinar respeito e proibir discriminação sem exigir que estudantes e famílias adotem uma identidade política, filosófica ou religiosa específica; essa compatibilidade depende do método pedagógico e das garantias do ambiente escolar.

H5 — Pertencimento e conformismo. O desejo de permanecer aceito num grupo pode inibir perguntas e revisão de crenças. Para distingui-lo da concordância esclarecida, é indispensável observar a possibilidade efetiva de dissenso sem humilhação ou sanção.

H6 — Influências transnacionais. Ideias oriundas de diferentes tradições estrangeiras podem chegar à educação por documentos, convênios, universidades e redes culturais. A influência deve ser demonstrada por trilhas documentais e não presumida a partir de uma palavra isolada.

H7 — Convicção e prática. Identidade religiosa, ideológica ou profissional não garante, por si só, coerência moral. Essa coerência deverá ser examinada pela distância entre valores professados e práticas concretas.

H8 — Garantias jurídicas. O contraditório, a ampla defesa, a motivação das decisões e a revisão de atos são instrumentos importantes para impedir arbitrariedades institucionais; sua aplicação deve respeitar a natureza específica dos procedimentos escolares, administrativos e judiciais.

Objeto do fluxo. Identificar etapas que vão da norma educacional às práticas e experiências dos estudantes, até as consequências possíveis para a autonomia.

Fluxo de pesquisa proposto:

diretriz formal → tradução institucional → prática pedagógica observável → experiência do estudante → desenvolvimento do discernimento → reação a divergências → efeitos sobre autonomia e convivência.

Em cada passagem, verificar fatores externos e possibilidades alternativas; uma sequência temporal, sozinha, não prova causalidade.

Leitura e limites. A sequência constitui protocolo de observação. Não basta registrar etapas consecutivas para concluir que uma produziu a seguinte.

9. Quatro cenários de governança educacional

Reprodução reduzida do quadro integral (ampliável no PDF; consultar o Volume II).

Cenário	Caracterização	Questão crítica
A. Coordenação plural	Parâmetros nacionais, execução local, escuta das famílias, proteção integral e revisão de abusos.	Quem participa e como se demonstram resultados de aprendizagem e convivência?
B. Centralização opaca	Conteúdos definidos sem publicidade suficiente e pouca capacidade de contestação.	Há sanções ao dissenso e documentação de imposição ideológica?
C. Veto local generalizado	Leis ou práticas que impedem a abordagem ampla de temas controversos.	A vedação exclui conhecimento legítimo e direitos dos estudantes?
D. Conflito permanente	Atores transformam a escola em arena de disputa com suspeitas mútuas e pouca confiança.	Quais mecanismos restauram segurança, transparência e colaboração?

Quadro II.4 — Cenários de governança educacional. Ver Anexo II.

Nenhum cenário se confunde automaticamente com a realidade nacional. Escolas e sistemas educacionais

distintos podem apresentar combinações dessas características. Uma agenda empírica precisaria selecionar unidades de análise, recolher documentos, ouvir os agentes envolvidos e examinar resultados sem transformar a pesquisa em julgamento antecipado.

10. Conclusões provisórias: como tratar a controvérsia sem repetições

A pergunta sobre a formação gradual de um modelo social exige deslocar a discussão do ataque a pessoas ou partidos para a qualidade da governança educacional. O princípio de risco é a captura da formação da consciência por uma autoridade que não admite contraditório; o princípio de proteção é a pluralidade responsável, acompanhada de transparência, cooperação federativa, direitos fundamentais e controle social. Nenhum desses resultados pode ser atribuído ao caso brasileiro sem demonstração específica.

As decisões recentes do STF delimitam competências e invalidam determinadas formas de veto a conteúdos escolares. Não autorizam concluir que o Tribunal instituiu uma disciplina obrigatória de “ideologia de gênero”, nem que suprimiu toda participação familiar. A controvérsia legítima remanescente está no modo de elaboração e execução dos currículos: adequação etária, respeito às famílias, liberdade religiosa, pluralismo,

proteção contra discriminação e mecanismos efetivos de fiscalização.

Este caderno propõe um teste de governança aplicável a qualquer orientação política: a prática educacional produz estudantes capazes de formular perguntas, reconhecer direitos, respeitar divergências e justificar decisões, ou exige adesão a respostas previamente fixadas? Esta distinção é mais precisa do que tentar reconhecer, pelo rótulo de um conteúdo, a intenção de destruir ou salvar uma sociedade.

O enfoque espírita poderá sustentar uma ética do respeito, da consciência e do desenvolvimento moral, mas não servirá para substituir a pesquisa, nem para conferir monopólio pedagógico a uma tradição religiosa. A educação é dever compartilhado; o estudante é pessoa em formação; e a convivência democrática requer que o Estado não determine crenças religiosas, nem trate o respeito devido às pessoas como algo opcional.

Encaminhamento metodológico: preservar esta investigação educacional como campo independente; validar documentos e hipóteses; definir relações de influência somente depois de reconhecer as variáveis relevantes. A matriz não determinará quantas relações devemos encontrar.

Referencial teórico, jurídico e educacional da Parte II

A ideia de hegemonia cultural, associada a Antonio Gramsci, constitui instrumento para analisar a formação do consentimento e a difusão de concepções de mundo por instituições civis e educacionais. Ela não comprova que um currículo específico resulte de operação coordenada destinada a destruir valores familiares. Para investigar programas escolares, é necessário examinar norma, material didático, prática pedagógica, formação dos professores, participação familiar e resultados observáveis. Os trabalhos de John Dewey e Paulo Freire, com posições distintas sobre democracia e educação crítica, podem ser confrontados com perspectivas religiosas e familiares sem serem confundidos, por si sós, com métodos de doutrinação.

Hannah Arendt, no ensaio sobre a crise da educação, ilumina a responsabilidade das gerações adultas perante as crianças e o mundo compartilhado. Dietrich Bonhoeffer, em suas reflexões sobre o poder e a perda da independência de julgamento, permite examinar a conformidade sem reduzi-la a incapacidade intelectual. A análise da formação moral deve distinguir o ensino aberto à controvérsia da imposição de crenças sem possibilidade de objeção, seja qual for a orientação

ideológica, partidária, religiosa ou comercial da instituição.

O fundamento jurídico brasileiro combina dever estatal e familiar, direitos do estudante, pluralismo e repartição federativa de competências. A Constituição (arts. 205–211, entre outros) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, reconhecem a liberdade de aprender e ensinar, a participação comunitária e a existência de bases nacionais com complementação regional. Essas disposições devem ser lidas conjuntamente; não se pode afirmar uma soberania pedagógica ilimitada da União nem um direito absoluto de veto individual a quaisquer conteúdos.

As ADIs 7.847/ES e 7.883/MA, julgadas em 2026, invalidaram leis estaduais de veto parental a atividades escolares sobre gênero e diversidade. Na ADI 7.883, o STF apreciou a Lei estadual maranhense nº 12.410/2024, em sessão encerrada em 23 de outubro, conforme notícia oficial de 3 de novembro de 2026; no Espírito Santo, a ADI 7.847 tratou da Lei estadual nº 12.479/2025. O julgamento não equivale à criação judicial de uma disciplina obrigatória chamada “ideologia de gênero”. A distinção entre invalidar proibições e definir a execução pedagógica constitui ponto essencial da análise.

Referências de sustentação: *GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere (textos escritos entre 1929–1935); DEWEY, John. Democracy and Education (1916); FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido (publicação em 1970); ARENDT, Hannah. "A crise na educação", em Entre o passado e o futuro; BONHOEFFER, Dietrich. Resistência e submissão; BRASIL. Constituição de 1988, arts. 22, 24 e 205–211; Lei nº 9.394/1996; STF, Informativo 1216 (ADI 7.847/ES) e notícia de 3 nov. 2026 (ADI 7.883/MA).*

Referências e documentação consultada

[1] STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. Antonio Gramsci. 2023. https://plato.stanford.edu/entries/gramsci/

[2] BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Entidades LGBTI+ acionam STF contra lei que restringe diversidade de gênero nas escolas. 08 out. 2025. https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/entidades-lgbti-acionam-stf-contra-lei-que-restringe-diversidade-de-genero-nas-escolas/

[3] BRASIL. DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO. STF declara inconstitucional lei antigênero nas escolas do Maranhão. 30 out. 2026. https://defensoria.ma.def.br/dpema/portal/noticias/9318/stf-declara-inconstitucional-lei-antigenero-nas-escolas-do-maranhao-apos-atuacao-decisiva-da-defensoria-publica

[4] BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Informativo STF n. 1216. Maio 2026. ADI 7.847/ES. https://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo1216.htm

[5] AOS FATOS. STF não implementou lei que obriga "ideologia de gênero" nas escolas. 03 nov. 2026. https://www.aosfatos.org/noticias/stf-ideologia-genero-escolas/

[6] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Arts. 5º, 22, 24, 30, 205, 206, 210, 211 e 227. Texto na Câmara dos Deputados. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-normaatualizada-pl.html

[7] BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Arts. 1º a 3º e 12 a 15. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-normaatualizada-pl.html

[8] CABRAL, Alexandre Marques. O Jesus de Nietzsche: a ambiguidade de uma polêmica. Revista Trágica: estudos sobre Nietzsche, v. 3, n. 1, p. 1–20, 2010. Artigo integral encaminhado pelo autor da pesquisa.

[9] **KARDEC**, Allan. *O Livro dos Espíritos*. Questões 383, 625 e 919. Consulta: https://www.kardecpedia.com.br/roteiro-de-estudos/2/o-livro-dos-espiritos

[10] **KARDEC**, Allan. *O Evangelho segundo o Espiritismo*. Capítulo XV, item 8. https://www.kardecpedia.com/roteiro-de-estudos/887/o-evangelho-segundooespiritismo/7464/capitulo-xv-fora-da-caridade-nao-ha-salvacao/fora-da-igreja-nao-ha-salvacao-fora-da-verdade-nao-ha-salvacao/8

[11] BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF invalida três leis municipais que vedavam ensino sobre gênero nas escolas. 15 out. 2025. https://noticias.stf.jus.br/?p=156744

[12] BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF invalida lei do ES que permitia a pais vetar filhos em aulas sobre gênero e sexualidade. 15 maio 2026. https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-invalida-lei-do-es-que-permitia-a-pais-vetar-filhos-em-aulas-sobre-genero-e-sexualidade/

[13] UNESCO. Education for just and democratic societies. https://www.unesco.org/en/education-just-democratic-societies

[14] BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF invalida lei do Maranhão que permitia aos pais vetar participação dos filhos em aulas sobre gênero e sexualidade. 3 nov. 2026. Ação Direta de Inconstitucionalidade 7.883/MA; Lei estadual 12.410/2024 (ver nota de divergência documental). https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-invalida-lei-do-maranhao-que-permitia-aos-pais-vetar-participacao-dos-filhos-em-aulas-sobre-genero-e-sexualidade/

Nota de verificação jurídica (5 nov. 2026). A ADI 7.883/MA trata da Lei nº 12.410, de 17 de outubro de 2024, conforme o Diário da Assembleia Legislativa do Maranhão e a Defensoria Pública estadual. A notícia do STF publicada em 3 nov. 2026 menciona, por aparente troca de identificação, a Lei nº 12.479/2025, número pertencente à lei do Espírito Santo examinada na ADI 7.847/ES. Preserva-se a distinção entre os julgamentos e recomenda-se conferir o acórdão consolidado para interpretação de seus fundamentos.

Quando o território educa antes da escola: crime organizado, drogas e domínio das consciências

Falar da formação do caráter no Brasil contemporâneo sem considerar o crime organizado produziria uma explicação incompleta. Em áreas sujeitas ao controle de

facções ou milícias, crianças e adolescentes podem crescer entre ameaças, interrupções de aulas, recrutamento, comércio ilícito, circulação de armas e restrições à mobilidade. São circunstâncias que não se esgotam na distinção entre bons e maus ensinamentos: atingem a própria disponibilidade de proteção, alternativas profissionais e exercício concreto de direitos. A palavra “território”, nesse quadro, indica um espaço vivido, composto por instituições, relações de vizinhança, mercados lícitos e ilícitos e distintos graus de presença do Estado.

O relatório Educação sob Cerco, produzido com participação do UNICEF e de instituições de pesquisa, documentou o impacto da violência armada sobre escolas públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A análise indicou que 51% dos estudantes em dezenove municípios do Grande Rio estavam expostos, em graus diversos, a esse ambiente. O dado não deve ser transposto automaticamente para todo o país, mas demonstra por que o contexto territorial precisa entrar em nossa explicação. Não estamos tratando apenas de formação de opiniões; há condições que comprometem a continuidade da educação e a segurança de estudantes e educadores.

O Atlas da Violência 2026, produzido por Ipea e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, também evidencia a

necessidade de interpretar as violências com atenção a desigualdades e aos limites de registros oficiais. A redução de determinados indicadores nacionais pode coexistir com situações locais gravíssimas; o aumento das mortes violentas por causa indeterminada prejudica a leitura simples de tendências. Uma investigação responsável não atribui a criminalidade a um único governo, a determinada classe social ou a uma tradição religiosa com base apenas em coincidências temporais.

Relatório de missão de apuração do governo britânico, com entrevistas realizadas no Brasil, descreveu a atuação de facções e milícias, o controle social de moradores e as dificuldades de proteção de vítimas em determinadas localidades. Entre os mecanismos relatados estão ameaças, imposição de regras locais, extorsão e resolução coercitiva de conflitos. Tais elementos permitem distinguir uma egrégora cultural ou política de uma organização criminosa: a primeira pode orientar percepções e identidades; a segunda emprega, em certos casos, violência e coerção para dominar pessoas e espaços. Não há razão metodológica para converter automaticamente um fenômeno no outro.

O argumento moral também exige uma correção de perspectiva. A circunstância de Jesus ter vivido numa família de trabalhadores não constitui explicação suficiente para os caminhos de crianças que crescem em

territórios controlados por poderes violentos. O exemplo de Jesus é referência ética para o discernimento e para o serviço, não uma comparação estatística entre infâncias incomparáveis. Um caso singular de realização moral não demonstra que a desigualdade de oportunidades, a ameaça armada ou o aliciamento sejam irrelevantes para a formação do caráter.

Isso não significa retirar do indivíduo toda capacidade de decisão. Significa reconhecer que liberdade e responsabilidade exigem condições de exercício. O adolescente coagido, a família ameaçada, o morador submetido a extorsão, o criminoso que exerce domínio e o agente público encarregado da proteção não ocupam a mesma posição moral ou jurídica. O devido processo legal e o direito de defesa devem alcançar todos, sem confundir vulnerabilidade com absolvição automática nem pobreza com propensão ao crime. Proteção de vítimas, responsabilização proporcional e oportunidades reais de desvinculação precisam ser pensadas conjuntamente.

A questão educacional assume, então, outra densidade. Não basta discutir quem decide o conteúdo das aulas. Importa saber se a escola está aberta, se o professor tem liberdade para ensinar, se a família consegue participar, se o estudante pode chegar sem risco e se existem serviços públicos capazes de enfrentar o aliciamento e

oferecer alternativas. São esses ambientes concretos que ajudam a compreender como princípios humanistas aprendidos na família ou na religião podem ser preservados, enfraquecidos ou interrompidos por experiências posteriores.

No plano filosófico-espírita, podemos perguntar como disposições anteriores, influências espirituais e livre-arbítrio se articulam com tais circunstâncias. Não podemos, porém, identificar a origem espiritual de uma conduta criminosa a partir da localização do sujeito num bairro, de sua posição política ou das crenças de sua família. O princípio evangélico dos frutos pede atenção à ação e às consequências, acompanhado da prudência necessária para conhecer o contexto e os limites de inferência.

Como observar o território sem reduzir a pessoa a ele

Para pesquisas futuras, nossa matriz não precisa aumentar indefinidamente. Bastará examinar os componentes cuja presença realmente faça diferença: proteção familiar, regularidade escolar, ameaça e controle territorial, acesso a renda e atividades lícitas, participação comunitária, confiança nas instituições, experiências de violência, possibilidade de escolha e acesso à justiça. Entre esses componentes, alguns podem

produzir efeitos diretos; outros atuam como proteção, mediação ou obstáculo.

A pergunta orientadora continua sendo a formação da consciência. Acrescentamos apenas que determinadas consciências aprendem a agir em ambientes nos quais o custo de contrariar uma autoridade armada é extraordinariamente elevado. A eventual superação dessas condições exige respostas institucionais e comunitárias, não apenas exortações individuais.

Governança que aprende: as três viagens como caminho pedagógico

A análise da educação mostrou que as normas, os currículos e os atos de autoridade não esgotam o problema da formação humana. A escola pode cumprir formalidades, distribuir materiais e avaliar conteúdos sem oferecer condições suficientes para o exercício da autonomia. Também é possível que famílias, comunidades e instituições religiosas transmitam valores necessários à convivência e, simultaneamente, resistam a perguntas que perturbem suas certezas. Por isso, a governança não deve ser tomada como método de conduzir pessoas a uma convicção previamente escolhida, mas como compromisso público de proteger a possibilidade de aprender, discordar e decidir com responsabilidade.

A imagem das três viagens, desenvolvida em meu estudo sobre a tradição iniciática maçônica, oferece um auxílio pedagógico. Não se trata de traduzir rituais para a educação pública, nem de afirmar que todos os ritos maçônicos atribuam às viagens sentidos idênticos. Interessa a experiência humana de caminhar: deixar uma posição conhecida, encontrar resistências, reconhecer outras pessoas e regressar com a oportunidade de empregar de maneira diferente aquilo que se aprendeu.

Essa interpretação filosófica é autoral e tem seu alcance delimitado.

Primeira viagem — reconhecer o que ainda não sabemos

A primeira viagem não começa com uma declaração de incapacidade, mas com uma disposição de exame. Conhecer os próprios limites significa distinguir fato, interpretação, expectativa e desconhecimento. Quem ocupa uma função de ensino ou de governo necessita dessa mesma atitude: perguntar se as informações recebidas são confiáveis, se as decisões foram suficientemente justificadas e quais elementos poderiam levar à revisão de um procedimento. Uma autoridade que não pode ser questionada ensina, pelo exemplo, que conhecer é repetir; uma autoridade responsável demonstra que aprender inclui corrigir.

A prudência é ainda maior quando examinamos a formação da criança. O direito ao conhecimento não equivale a exigir adesão antecipada a uma visão moral, religiosa, partidária ou filosófica. A proteção do educando, a adequação ao desenvolvimento e a liberdade de aprender precisam conviver com o direito de fazer perguntas e com a possibilidade de verificar o que a escola efetivamente ensina. Não se trata de negar que existam conhecimentos mais ou menos bem

fundamentados; trata-se de não transformar o poder adulto em impedimento ao discernimento.

A primeira viagem alcança também quem pesquisa a sociedade. Atribuir a um estudante, a um eleitor ou a um grupo uma intenção oculta sem documentos seria repetir o erro contra o qual nos precavemos. O reconhecimento de nossos limites não impede a crítica; torna-a mais precisa, pois separa aquilo que se demonstrou daquilo que ainda se pretende investigar. Na perspectiva espírita, o conhecimento de si, valorizado em *O Livro dos Espíritos*, questão 919, oferece uma referência moral para essa disciplina, sem se converter em técnica científica de avaliação de consciências.

Segunda viagem — reconhecer os direitos e as circunstâncias do outro

A convivência introduz uma dificuldade que nenhuma aprendizagem solitária resolve. O estudante aprende ao encontrar pessoas cujas experiências, crenças e condições de vida diferem das suas. A família pode temer que a escola desconsidere seus valores; o professor pode recear que sua liberdade de ensinar seja restringida; o gestor precisa atender obrigações legais; e o estudante, sujeito de direitos, não pode ser tratado como propriedade de qualquer desses atores. Uma governança capaz de ouvi-los deve reconhecer a

diversidade de posições sem afirmar que todas possuem competências jurídicas idênticas.

No trabalho institucional, reconhecer o outro exige procedimentos. Projetos pedagógicos compreensíveis, acesso às informações relevantes, conselhos, canais de escuta, motivação de decisões e meios de recurso são instrumentos pelos quais o pluralismo deixa de ser apenas um princípio abstrato. A participação, entretanto, não autoriza impedir indiscriminadamente o aprendizado de terceiros, assim como a autonomia escolar não dispensa o respeito às famílias, a proteção contra discriminações e a abertura ao contraditório. A questão não é entregar a formação a um ator exclusivo, mas impedir que qualquer ator se torne proprietário da consciência alheia.

A segunda viagem também precisa alcançar os territórios atravessados pela violência. O direito de divergir torna-se frágil quando o estudante não pode chegar à escola, quando a família vive ameaçada ou quando grupos armados impõem regras de circulação. Nessas situações, pedir que todos exerçam a mesma liberdade, sem considerar o custo das escolhas, seria negar o próprio objeto da educação moral. A governança deve aproximar proteção, serviço público, acolhimento comunitário e responsabilização de quem exerce

coerção. O reconhecimento da dignidade não significa indiferença às diferentes responsabilidades.

Terceira viagem — responder pelo conhecimento e pelo poder de agir

A terceira viagem interroga o destino da capacidade adquirida. Saber mais amplia possibilidades de intervenção, mas não determina que alguém as empregue de maneira justa. Uma política educacional não pode ser considerada bem-sucedida somente porque existem normas, cursos e relatórios. Precisamos perguntar se estudantes aprenderam, se podem formular dúvidas, se a convivência se tornou mais respeitosa, se os riscos foram identificados e se os responsáveis possuem meios de reconhecer danos e corrigi-los. O compromisso com resultados não dispensa o exame das condições externas que os influenciam.

Governar é, também, aprender com as decisões tomadas. A trajetória possível pode ser descrita assim: identificar o problema, ouvir os atingidos, justificar a escolha, implementá-la com proteção de direitos, observar as consequências e admitir a revisão. A sucessão dessas operações organiza responsabilidades, mas não constitui prova de causalidade. Uma melhoria observada pode resultar de fatores que não foram controlados; um resultado adverso pode decorrer de limitações materiais

imprevistas. O cuidado metodológico impede confundir intenção, orçamento, execução, benefício e reparação.

A instituição que reconhece falhas não se humilha por corrigi-las. Cumpre sua função ao tornar a decisão verificável, ao respeitar o devido processo quando houver imputação de responsabilidade e ao preservar a possibilidade de aprendizagem dos envolvidos. Isso vale para escola, administração pública, associação comunitária e organização religiosa, ressalvadas as diferenças de suas obrigações legais. A responsabilidade institucional não se mede pelo número de declarações de virtude, mas pela relação entre o que se promete, o que se faz e o que efetivamente alcança as pessoas.

As três viagens e as variáveis de governança

A matriz educacional já apresentada contempla treze variáveis provisórias, entre elas transparência, participação, pluralismo, proteção, liberdade de consciência e responsabilização. As viagens não introduzem treze novas exigências nem definem a dimensão obrigatória de outra matriz. Funcionam como perguntas de aprendizagem às variáveis existentes. É a presença efetiva de relações e evidências que deve orientar sua manutenção, exclusão ou ampliação, e não o desejo de preencher um quadro previamente imaginado.

A correspondência é apresentada no Quadro II.6, preservado no Anexo II, como instrumento de interpretação e não como escala de valor moral. Nele, a primeira viagem pergunta pelo reconhecimento dos limites; a segunda, pelo respeito devido ao outro; e a terceira, pela responsabilidade no emprego das capacidades. Uma mesma instituição poderá mostrar avanços e insuficiências nos três movimentos, sem que seja possível atribuir-lhes, a priori, pesos ou uma ordem fixa.

Do aprender individual ao aprendizado das instituições

Ao atravessar as três viagens, não se pretende produzir um indivíduo que concorde com todas as conclusões do educador. Busca-se formar alguém capaz de examinar argumentos, reconhecer direitos e responder pelo que faz. Quando essa compreensão alcança a governança, o mesmo compromisso aparece sob a forma de publicidade dos atos, controle recíproco, escuta e capacidade de retificação. O movimento é circular, não automático: instituições podem favorecer aprendizagens e pessoas esclarecidas podem modificá-las; nenhuma dessas possibilidades está garantida por antecipação.

Essa pedagogia oferece também uma forma de compreender o verbo que dá título ao livro.

VOLTAMOS a uma experiência não apenas quando a repetimos, mas quando a interrogamos com novas perguntas. Retornamos ao que julgávamos conhecer para distinguir melhor informações e interesses; ***VOLTAMOS*** ao encontro com o outro para reconhecer a dignidade que a disputa obscureceu; e retornamos ao campo da ação para decidir se o conhecimento adquirido será colocado a serviço de uma convivência mais justa. O retorno não se comprova por uma declaração de arrependimento, mas pode tornar-se perceptível no cuidado com os efeitos de nossas escolhas.

A leitura filosófica das viagens mantém sua autonomia em relação à tradição maçônica de que partiu, à pedagogia escolar e à perspectiva espírita da reencarnação. São planos diferentes de interpretação. Aproximam-se pela pergunta sobre aprendizagem e responsabilidade, sem que o símbolo iniciático constitua prova de uma trajetória espiritual ou modelo ritual comum a todas as instituições. Essa contenção permite aproveitar a imagem sem reduzir a pluralidade humana a uma fórmula.

Reflexão de passagem — Parte II

A formação da consciência não pode ser atribuída exclusivamente a uma doutrina, a um currículo ou à vontade de uma família. Ela ocorre em circunstâncias

desiguais, nas quais proteção, liberdade, escola, comunidade e instituições interferem na possibilidade efetiva de compreender e escolher. Exigir responsabilidade sem examinar essas condições pode converter a educação moral em abstração.

O conhecimento transmissível importa, mas a autonomia também depende de aprender a confrontar fontes, sustentar dúvidas e discordar sem coerção. A escola que protege a pergunta e a comunidade que ampara o dissenso não garantem, por si, uma conduta moral superior; criam, entretanto, condições mais favoráveis para que o discernimento seja exercido. Esse é o vínculo entre educação, dignidade e vida democrática que merece permanecer em nosso horizonte.

PARTE III — A GERAÇÃO DOS SABERES: 1800–1970, CARÁTER E MISSÃO

A história dos que chegaram e dos conhecimentos que deixaram

O intervalo de 1800 a 1970 delimita nossa cartografia biográfica, reunindo personalidades cujos nascimentos e realizações se distribuíram por gerações diferentes. Não é correto imaginá-las chegando simultaneamente, partilhando uma agenda comum ou ocupando por definição campos espirituais antagônicos. A força do recorte histórico consiste justamente em observar como distintos horizontes de pensamento surgiram sob condições concretas: famílias, escolas, profissões, igrejas, universidades, movimentos sociais, conflitos econômicos e experiências de exclusão.

A proximidade de nascimento de Hippolyte Léon Denizard Rivail, Ludwig Feuerbach e Alexis de Tocqueville convida a reconhecer a diversidade das perguntas que a Europa formularia. Depois deles vieram Marx, Engels, Dostoiévski, Wallace, Nietzsche e outros pensadores, cada qual inserido em redes intelectuais e sociais que nem sempre se comunicavam diretamente. **KARDEC** ofereceu ao século XIX uma interpretação

espiritual e moral da existência; outras correntes investigaram as relações econômicas, a crítica religiosa, a liberdade, a cultura e a natureza. A presença histórica de perspectivas diferentes não pode ser convertida automaticamente em classificação de superiores e inferiores.

A educação de Rivail no ambiente de Pestalozzi, a experiência trabalhadora de Léon Denis, a formação universitária de Marx, as condições sociais de Engels e as trajetórias de religiosos comprometidos com a questão dos pobres mostram que nenhuma origem material determina por si uma concepção de mundo. O estudo precisa conservar as condições de formação precisamente para evitar interpretações retrospectivas que transformem o resultado da vida em destino evidente desde a infância.

As encíclicas sociais do catolicismo, o testemunho de religiosos próximos aos pobres, o desenvolvimento das filosofias socialistas, os estudos sobre cultura e as discussões educacionais do século XX não se deixam ordenar em duas linhagens morais perfeitamente opostas. A obra *Socialismo e Espiritismo*, de Léon Denis, oferece um caso especialmente relevante: sua existência impede uma oposição simplista entre preocupação socialista com justiça social e convicções espiritualistas. Ao distinguir método, pressupostos

antropológicos e objetivos, compreendemos melhor as convergências e as divergências.

Na interpretação espírita, missões podem ser solicitadas antes da encarnação e apenas se tornarem conhecidas com o amadurecimento do indivíduo. *O Livro dos Espíritos*, questões 572 a 577, oferece o suporte doutrinário geral; a questão 576 ressalta que é mais comum o encarnado inicialmente ignorar a própria missão. Ainda assim, não se pode demonstrar pelas biografias que cada pessoa examinada tenha recebido um mandato espiritual definido, ou conhecer que Espíritos a acompanharam. Os testemunhos de **KARDEC** sobre sua própria missão, em *Obras Póstumas*, pertencem a um tipo específico de documentação doutrinária que não pode ser estendido automaticamente a todos.

A doutrina também admite influências espirituais sobre pensamentos e ações, bem como a existência de Espíritos protetores das coletividades. Esse quadro autoriza perguntas filosófico-espíritas sobre sintonias e afinidades; não autoriza deduzir causalidade magnética cientificamente comprovada nem reconhecer “agentes inferiores” pelo partido, profissão, crença ou orientação filosófica. A linha de investigação historicamente verificável é a transmissão de ideias por livros, escolas, famílias, movimentos, organizações e instituições. A

linha doutrinária é a possibilidade de assistência e inspiração, submetida aos limites do conhecimento disponível.

O Evangelho segundo o Espiritismo, capítulo XX, situa os trabalhadores da última hora na continuidade de um esforço moral de longa duração. A comunicação "Missão dos espíritas", atribuída a Erasto e datada de Paris, 1863, foi incorporada à obra publicada inicialmente em 1864. Seu critério de reconhecimento moral não é a fama alcançada nem a posição em debates políticos, mas a caridade efetivamente ensinada e praticada, a abnegação e o desinteresse. Esse critério deve orientar a leitura de cada trajetória sem converter avaliação histórica em sentença sobre o Espírito.

Antes de 1800: os caminhos dispersos da consciência (séculos IV a XVII)

Depois dos primeiros séculos cristãos, a história da vida espiritual não prosseguiu como a marcha uniforme de um único grupo. Entre o século IV e o XVII, comunidades religiosas, centros de estudo, ordens dedicadas ao socorro, instituições políticas e pessoas isoladas responderam de maneiras diversas às grandes questões da vida. Alguns conservaram a fé mediante a oração e o serviço; outros exerceram a inteligência para discutir a relação entre razão e revelação; houve quem

enfrentasse tribunais e proibições, assim como houve instituições religiosas que participaram, elas próprias, da repressão. O período não pode ser descrito como se todo o bem estivesse de um lado e todo o mal, de outro.

O intervalo de 300 a 1700 não é proposto como uma lista de encarnações identificadas. É um antecedente histórico do nosso estudo. A pergunta não consiste em descobrir qual Espírito, supostamente, viveu em cada corpo, mas em identificar onde se manifestaram preocupações que reapareceriam, com novas linguagens, na educação, no cuidado aos vulneráveis, na liberdade de consciência e na exigência de responsabilidade individual.

A continuidade não exige simultaneidade

Agostinho de Hipona (354–430), depois de estudos retóricos e da experiência de diferentes ambientes intelectuais, tornou-se referência fundamental da tradição cristã ocidental. Sua obra, que discute interioridade, vontade, erro e graça, nasceu num contexto muito diferente daquele vivido por Francisco de Assis (c. 1181–1226), cuja memória histórica está ligada à pobreza voluntária, à fraternidade e à renovação de práticas religiosas. Não temos motivo para afirmar que um realizou a mesma missão do outro; temos, isto sim, razões para comparar o modo como ambos colocaram a vida moral no centro de suas preocupações.

No século XIII, Tomás de Aquino procurou articular a filosofia aristotélica e a teologia cristã. Não exerceu a tarefa de Francisco, mas trabalhou outro aspecto da formação humana: a disciplina da razão. Entre os séculos XVI e XVII, Vicente de Paulo (c. 1580–1660) mobilizou associações e instituições de assistência; e João Amós Comênio (1592–1670), marcado por deslocamentos e conflitos religiosos, desenvolveu propostas de educação ampla e acessível. A comparação revela uma pluralidade de caminhos: interioridade, serviço, razão, organização da caridade e pedagogia. Nenhum deles é substituto dos demais.

Quando a diferença foi julgada intolerável

A história de Joana d'Arc (c. 1412–1431) revela a vulnerabilidade de uma consciência jovem submetida a interesses políticos e religiosos em guerra. Capturada, julgada por um tribunal eclesiástico e executada em Rouen, teve sua condenação anulada postumamente em 1456. A documentação histórica sustenta o processo, o sofrimento e a reabilitação; suas vozes e visões pertencem aos testemunhos de sua experiência. Léon Denis, em Jeanne d'Arc médium, publicado em 1910, ofereceu posteriormente uma interpretação espiritualista de sua trajetória. É preciso manter separados o registro judicial, a experiência declarada e a leitura espírita tardia.

Joana não constitui caso único, e seria incorreto imaginar que a repressão atingia apenas indivíduos isolados. Marguerite Porete, autora de uma obra mística, foi executada em Paris em 1310; Jan Hus, reformador religioso, foi condenado e queimado em 1415; Giordano Bruno foi executado em Roma em 1600. Seus pensamentos eram diferentes, assim como os processos e as motivações dos poderes que os perseguiram. O que os aproxima para nossa investigação não é uma identidade doutrinária, mas o conflito entre consciência individual, autoridade instituída e coerção.

As perseguições também foram coletivas. A cruzada contra os cátaros, nos séculos XII e XIII, produziu campanhas militares e mortes numerosas, inclusive entre pessoas que não integravam aquele movimento religioso. O massacre da noite de São Bartolomeu, iniciado em Paris em agosto de 1572 e seguido de violência em outras localidades francesas, atingiu protestantes huguenotes em larga escala. Esses episódios impedem uma representação excessivamente confortável de séculos em que “um aqui e outro acolá” teriam sido penalizados. A história contém martírios individuais, mas também expulsões, guerras confessionais e perseguições de comunidades inteiras.

O estudo desses acontecimentos requer ainda reconhecer o lugar dos poderes políticos, dos interesses territoriais e das disputas dinásticas. Não basta opor uma religião

“boa” a uma religião “má”, nem concluir que todo o perseguido estivesse moralmente correto em todas as suas ações. O fato relevante é que a liberdade de consciência foi repetidamente negada e que a violência institucional pôde transformar divergência de crença em motivo de punição extrema.

Liberdade interior, condições materiais e transmissão dos saberes

O estudo das trajetórias não se esgota na coragem individual. O nascimento, a condição familiar, o acesso à leitura e os recursos de proteção social faziam diferença profunda. A autoridade de um bispo, a posição de um rei, a situação de uma mulher leiga, o estatuto de um religioso exilado e a experiência de um mestre universitário produziam possibilidades desiguais de falar, ensinar e resistir. A história de Comênio, que procurou universalizar o acesso à educação em meio a perdas e deslocamentos, é especialmente importante para ligar esses séculos à nossa investigação das cinco condicionantes do caráter.

Não desejamos substituir a análise histórica por uma explicação segundo a qual todo sofrimento seria prova de missão superior. A dor não comprova santidade, e a ausência de sofrimento tampouco demonstra inferioridade moral. Observaremos o que foi concretamente ensinado, organizado e transmitido, quais

limites se impuseram a essas experiências e quais instituições conservaram ou desfiguraram os princípios que alegavam defender.

A surpreendente interlocução com os nomes da codificação

A releitura dos Prolegômenos de *O Livro dos Espíritos* oferece uma conexão que precisa aparecer com clareza em nossa obra. A comunicação ali apresentada traz, entre outras assinaturas, os nomes de João Evangelista, Agostinho, Vicente de Paulo, Luís IX, Fénelon, Sócrates, Platão, Franklin e Swedenborg, além da designação Espírito de Verdade. O documento espírita reúne, num mesmo ambiente mediúnico do século XIX, referências pessoais a períodos históricos muito diferentes. Não é pouco para a história interna da codificação: seu próprio texto apresenta um trabalho que não se limita a uma geração ou a uma única tradição intelectual.

Entretanto, a presença de um nome como assinatura espiritual não equivale a uma verificação historiográfica da identidade comunicante. Há diferenças entre a pessoa historicamente documentada, o nome sob o qual uma comunicação foi recebida e a natureza espiritual que a tradição atribuiu à mensagem. Quando esses planos se confundem, a pesquisa perde precisão. Quando se distinguem, é possível apreciar a riqueza da proposta

doutrinária sem fingir que a história provou o que pertence ao campo da experiência mediúnica.

O exemplo de Luís IX é particularmente instrutivo. O nome de São Luís figura nos Prolegômenos; o rei francês Luís IX (1214–1270), por sua vez, é personagem de uma época marcada por cruzadas, governo monárquico e repressão à dissidência religiosa. A associação doutrinária com seu nome não autoriza apagar o contexto histórico do monarca, nem fazer do título de santidade uma avaliação moral incontroversa de todos os seus atos. Ao contrário, mostra por que necessitamos da mesma prudência ao analisar nomes venerados, pensadores contestados e autores que a posteridade transformou em símbolos.

No capítulo XX de *O Evangelho segundo o Espiritismo* encontramos uma formulação especialmente próxima da pergunta que inspirou ***VOLTAMOS***. A mensagem “Os últimos serão os primeiros”, assinada Henri Heine e datada de Paris, 1863, relaciona as sucessivas existências à retomada de tarefas e ao aproveitamento do que realizaram os trabalhadores de épocas anteriores. Trata-se de um enunciado doutrinário sobre continuidade espiritual, não de uma lista verificável de identidades reencarnatórias. A mensagem “Missão dos espíritas”, atribuída a Erasto, desloca o reconhecimento dos trabalhadores para a caridade, a abnegação e o desinteresse.

Os ensinamentos de *A Gênese*, capítulo XI, sobre emigrações e imigrações de Espíritos, e do capítulo XVIII, sobre a geração nova, dão lugar à ideia de renovação progressiva das populações. Essas proposições não dizem que acontecimentos contemporâneos possam ser usados como mapas de reencarnações identificáveis, nem que correntes partidárias correspondam a classes espirituais. Permitem, contudo, compreender por que a perspectiva espírita considera a humanidade uma comunidade histórica mais extensa do que a sucessão das gerações visíveis.

De 1800 a 1970: a obra deixa de depender de um único trabalhador

A ***TÁBUA DOS SABERES*** que já construímos permanece integral. Ao seu lado, surge uma camada de leitura: a história daqueles que não apenas difundiram princípios, mas criaram meios duradouros de educação, estudo, assistência e comunicação. Entre o nascimento de **KARDEC** e a geração de Delors, não encontramos uma linha única e ininterrupta de pessoas vinculadas formalmente ao Espiritismo. Encontramos experiências com objetos diferentes, nas quais se pode investigar uma convergência humanista sem decretar, de antemão, a existência de uma equipe espiritual conscientemente organizada.

Anália Franco (1853–1919) é importante porque uniu formação docente, acolhimento de crianças e mulheres, publicações e construção institucional. As correspondências de 1910 preservadas no memorial de Eurípedes Barsanulfo mostram uma relação efetiva de colaboração, e não apenas uma semelhança retrospectiva. Eurípedes (1880–1918), ao fundar o Colégio Allan **KARDEC** em Sacramento, em 1907, levou a educação moral para uma experiência concreta de escola. Cairbar Schutel (1868–1938) criou meios de divulgação e permanência do debate espírita por jornais,

revistas e livros. Nesses casos, o conhecimento torna-se instituição e oportunidade para outros.

Chico Xavier (1910–2002), José Herculano Pires (1914–1979) e Divaldo Franco (1927–2025) representam contribuições distintas, respectivamente relacionadas à produção mediúnica, ao debate filosófico e à divulgação associada a amplas iniciativas socioeducativas. Divaldo não pode ser apresentado isoladamente quando falamos da Mansão do Caminho: a fundação de 1952 e a sustentação da instituição envolveram decisivamente Nilson de Souza Pereira (1924–2013). A autoria atribuída a Joanna de Ângelis pertence ao campo mediúnico e deve ser apresentada como tal, sem convertê-la numa personalidade encarnada entre 1800 e 1970.

Jacques Delors (1925–2023) introduz um contraponto particularmente fértil: seu trabalho na comissão internacional da UNESCO que publicou, em 1996, o relatório Educação: um tesouro a descobrir organizou os quatro pilares do aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser. Não há fundamento para dizer que Delors tenha recebido missão espírita. Há fundamento documental para reconhecer uma convergência de preocupações com a educação integral e com a dimensão moral e cultural da aprendizagem, embora seus referenciais institucionais fossem distintos daqueles da codificação.

O termo “finalizadores” pode ser compreendido, portanto, não como os que encerraram a vinha, mas como realizadores de uma fase na qual as ideias encontraram formas sociais duráveis. Cada experiência teve limitações, contradições e condições próprias. A obra não foi concluída por uma geração: ela passou a depender de escolas, livros, associações, trabalhadores anônimos, políticas públicas, famílias e decisões pessoais. O século XXI recebe esses legados, mas não recebe deles o direito de declarar-se moralmente superior.

Três retornos que se comunicam sem se confundirem

O primeiro retorno é histórico: experiências antigas reaparecem em novos problemas e linguagens, como ocorre quando a educação universal, a caridade organizada e o respeito à consciência voltam a ser exigidos. O segundo é espiritual, no âmbito da doutrina: o Espírito pode retornar à vida corporal para prosseguir seu aprendizado ou retomar compromissos. O terceiro é moral e social: pessoas e comunidades podem rever escolhas, reparar danos e reconstruir laços na existência presente. Nenhum desses retornos demonstra automaticamente os outros, mas todos interrogam a mesma liberdade diante do tempo e dos frutos das ações.

O Brasil de nosso tempo não pode ser lido como a reedição das perseguições medievais. A violência do crime organizado, o domínio de territórios, a instrumentalização religiosa, a degradação da escola e a agressividade política precisam ser examinados em suas causas próprias, com instrumentos da história, do direito e das ciências sociais. Do mesmo modo, os nomes de **KARDEC**, Marx, Gramsci, Delors ou Divaldo não podem servir como atalhos para classificar, espiritualmente, os integrantes de egrégoras eleitorais. A contribuição do século XIX não é autorizar esse

julgamento, mas obrigar-nos a estudar melhor a consciência que escolhe, sofre, aprende e responde.

Com isso, a parte histórica não se torna um desvio do livro. Ela explica por que a humanidade recebeu, em diferentes épocas, instrumentos para perguntar sobre si e para organizar respostas, e por que tais instrumentos podem ser utilizados tanto para a emancipação quanto para a dominação. É nesse sentido que a história dos que chegaram prepara a análise das leis morais: a consciência não é apenas formada pelas circunstâncias, pois é chamada a responder ao que faz com elas.

Três quadros acrescentados ao Anexo III registram os antecedentes de 300 a 1700, a distinção entre personagens históricos e nomes das comunicações mediúnicas e a continuidade das realizações entre 1800 e 1970. Tais quadros não alteram a lista das 47 personalidades de nossa pesquisa biográfica; organizam novas interlocuções documentais.

A pergunta e a prudência necessárias

As pessoas não chegam à vida social como páginas vazias. Recebem cuidados ou privações familiares, encontram vínculos de amizade e trabalho, aprendem em escolas e espaços informais e participam de culturas que lhes oferecem linguagem, símbolos e expectativas. Na compreensão espírita, trazem ainda uma história anterior à existência atual. Nosso problema é investigar, entre esses elementos, quais se tornam mais visíveis na formação de suas orientações de caráter, sem transformar conjecturas sobre a intimidade da consciência em fatos biográficos.

A partir das 47 fichas já reunidas, a coluna denominada “inclinação observável” descreve disposições tornadas públicas por obras, iniciativas e decisões conhecidas. Ela não mede santidade, superioridade espiritual, culpa, virtude pessoal nem aptidão moral segundo partido, religião ou posição perante o transcendente. A coluna “condicionantes salientes” aponta possíveis vias de formação, não causas comprovadas.

1. Cinco condicionantes de formação

Reprodução reduzida do quadro integral (ampliável no PDF; consultar o Volume II).

Eixo	Que fatores observar	O que podemos concluir — e o que não podemos
F — Núcleo familiar	Relações de cuidado; modelos de conduta; situação econômica; trabalho dos responsáveis; perdas, proteção e expectativas.	Identificam oportunidades e pressões da socialização inicial. Não permitem predizer o caráter adulto.
V — Vidas passadas	No referencial espírita: experiências anteriores, inclinações e compromissos espirituais.	Hipótese doutrinária geral. Não há dados independentes que permitam atribuir vivências anteriores a uma das 47 pessoas.
C — Comunidade	Amizades, vizinhança, redes religiosas, oficinas, partidos, universidades, associações, colegas e adversários.	Permite mapear trocas e pertenças documentadas, sem assumir influência uniforme ou determinista.
E — Educação	Escola, professores, leituras, formação profissional, autoeducação e aprendizagem vivida.	Permite estudar acesso ao saber e modelos argumentativos; não autoriza equiparar diploma e caráter.
Cu — Cultura	Língua, religião, práticas sociais, conflitos históricos, ambiente político, padrões de autoridade e valores circulantes.	Situa os repertórios disponíveis a uma geração. Não transforma nacionalidade ou crença em moralidade.

Quadro III.1 — Os cinco condicionantes de formação do caráter. Ver Anexo III.

Duas condições atravessam os cinco eixos, sem alterar a matriz solicitada: (a) o próprio sujeito escolhe, resiste e reelabora influências; (b) o desenvolvimento humano também envolve disposições biológicas e experiências contingentes, não examinadas aqui de forma independente. Assim evitamos o determinismo familiar, social ou espiritual.

2. A orientação de Jesus e a contribuição de KARDEC

Como critério evangélico de discernimento, adotamos a imagem dos frutos, apresentada em Mateus 7:15–20 e retomada em *O Evangelho segundo o Espiritismo*, capítulo XXI, item 2. A prudência do método está em

examinar comportamentos e consequências observáveis antes de atribuir motivações interiores. Os frutos precisam ser examinados em contexto e ao longo do tempo, sem converter uma obra isolada em sentença definitiva sobre a pessoa.

No plano doutrinário, *O Livro dos Espíritos* relaciona a missão educativa dos pais ao desenvolvimento dos filhos (questão 208); descreve a infância como período mais receptivo às impressões formadoras (383); atribui à encarnação objetivos de aperfeiçoamento, expiação ou missão (132); admite influência espiritual sobre pensamentos e atos (459); e apresenta o conhecimento de si como via de progresso moral (919). Esses pontos oferecem uma estrutura filosófica, não uma biografia verificável de encarnações anteriores.

A missão assumida antes da encarnação e o momento da inspiração

Na hipótese espírita adotada pelo autor, a vocação para ensinar ou reformar não nasce necessariamente apenas da escolha feita na vida presente. Pode corresponder a uma missão solicitada ou assumida pelo Espírito antes da encarnação, cujo desenvolvimento encontra, ao longo da existência, circunstâncias favoráveis, pessoas, instrumentos intelectuais e ocasiões de inspiração. Assim, a família, a educação, a comunidade e a cultura não criam obrigatoriamente a missão: podem oferecer as condições materiais e relacionais para seu reconhecimento e exercício.

Essa interpretação encontra sustentação doutrinária geral em *O Livro dos Espíritos*, questões 572 e 573, relativas à missão solicitada pelo Espírito e às tarefas dos encarnados; nas questões 258 e 259, que distinguem a escolha do gênero das provas de seus acontecimentos particulares; e na questão 576, segundo a qual missões importantes podem ser previstas antes do nascimento, embora muitas vezes só se esclareçam ao indivíduo em contato com as circunstâncias. As questões 489 a 498, sobre proteção e aconselhamento espiritual, permitem considerar a inspiração como uma forma de assistência dentro da tradição espírita.

O caso de Allan **KARDEC** possui documentação doutrinária própria: em *Obras Póstumas*, segunda parte, aparecem os registros intitulados “Primeira revelação da minha missão” (30 de abril de 1856) e “Minha missão” (7 de maio de 1856), entre outros. Eles evidenciam como o próprio codificador registrou comunicações interpretadas como orientação sobre sua tarefa. Esse registro pode ser apresentado como testemunho histórico-religioso de sua experiência, sem transformá-lo em prova científica de programação reencarnatória ou estendê-lo automaticamente às demais personalidades da tábua.

A proposição de que espíritos protetores aguardam condições oportunas para inspirar o cumprimento de uma missão constitui, aqui, a interpretação filosófico-doutrinária do autor. Não permite identificar, pelos dados biográficos, quais protetores assistiram cada pensador, nem supor que toda obra pública tenha sido concebida antecipadamente no plano espiritual. A missão compreendida como compromisso anterior não elimina o livre-arbítrio durante a encarnação, a possibilidade de recusa, as mudanças de rumo ou a responsabilidade pelos resultados da ação.

Cautela essencial. A afinidade entre pessoas, inclusive quando interpretada como vínculo espiritual de outras existências, não autoriza identificar “magneticamente” a

história reencarnatória de indivíduos, nem selecionar acompanhantes espirituais superiores ou inferiores pelo conteúdo político ou religioso das obras.

3. Matriz histórica: família, passado, comunidade, educação, cultura e inclinação

Critérios de leitura: "*ND*" = não documentável para uma existência anterior; *F* = família; *C* = comunidade; *E* = educação; *Cu* = cultura. Os códigos finais representam condicionantes com indícios biográficos mais visíveis, não pesos, percentuais ou causas demonstradas. A coluna "inclinação" refere-se à orientação intelectual e prática publicamente identificável, e não a um julgamento íntimo do caráter.

Reprodução reduzida do quadro integral (ampliável no PDF; consultar o Volume II).

Pessoa / ano	Ancho familiar (cf.)	Vidas anteriores (v.)	Comunidade (c.)	Educação (e.)	Cultura (cu.)	Inovação política e ideológica	Pessoa com motivo / ponto
01. Ralph Waldo Emerson (1803)	Filho de pastor unitarista. A morte precoce do pai reorienta Ralph e a mãe para o Movimento Moody fora das denominações	ND*	diálogo com intelectuais transcendentais da Nova Inglaterra	Harvard; atua/é como professor e pastor.	Antiautoritarismo liberal e individualismo moral.	Autonomia da consciência e desconfiança da unidade individual	F, E., Cu (3o2)
02. Allen Kardec (1. L. D. Rivail) (1804)	Família média e magistrado e de ascendência judaica. Casa-se com Amélie Gabrielle Boudet e adota o nome Allan Kardec.	ND*	contatos com círculos espiritualistas parisienses	Formação em instituto de Pestalozzi; em seguida, professor e autor de obras pedagógicas.	Pedagogia europeia; debates sociais do século XIX	Exame racional das crenças e educação moral	E, C, Cu (3o2)
03. Ludwig Feuerbach (1804)	Filho de jurista e professor de filosofia. Nunca cultiva profissionalmente a filosofia	ND*	teologia em Heidelberg e Berlim. Ruptura com Hegel; com Schelling, fundador e crisol em Erlangen	Contato com Arnold Ruge e com a Jovem Alemanha; com Hegel em Berlim, Heidelberg e crisol em Erlangen	Idealismo alemão; crítica moderna da religião	Interrogação racional dos dogmas religiosos	F, E, Cu (3o2)
04. Alexis de Tocqueville (1805)	Família aristocrática pertencente à nobreza de pergaminho. Casamento de capital social e cultural	ND*	experiências democráticas e viagem aos EUA	Educação com preceptores. Forte influência de Blaise Pascal	Democracia, igualdade e individualismo liberais	Pluralismo associativo e liberdade associativa	F, E, I (3o4)
05. John Stuart Mill (1806)	Filho de James Mill, economista e filósofo, sem família. Relação de intelectual doméstica.	ND*	Educado em casa pelo pai, sem contato com profissionais ou outras crianças.	Educação em casa pelo pai, sem contato com profissionais ou outras crianças.	Utilitarismo e liberalismo inglês	Liberdade individual e limites da ação do Estado	F, E, C (3o5)
06. Pierre-Joseph Proudhon (1809)	Família de camponeses e artesãos. Filho de tanoeiro. Casa-se com trabalho no campo	ND*	aprendizagem e tipógrafo	Bolsa no colégio local; estudos autodidatas pela poderosa aprendizagem e trabalho como tipógrafo	Mundo do trabalho gerido; socialismo francês nascente	Mutualismo, autonomia econômica e crítica ao conservadorismo	F, C, Cu (3o6)
07. Charles Darwin (1809)	pai médico-patrono, governador com participação (Whig-Liberal); influência econômica/política	ND*	experiência universitária mal sucedida em Edimburgo	Escola tradicional; universidades de Edimburgo e Cambridge	Ciência natural; viagens e debate sobre evolução	Observação, investigação e mutualismo científico	F, E, C (3o7)
08. Leão XIII (V. G. Pecci) (1810)	Família proprietária e da pequena nobreza. Irmão mais velho do cardeal português	ND*	carreira diplomática e episcopal	Colégio jesuíta em Viterbo, Colégio Romano e Academia de Nobres Eclesiásticos (diplomacia e episcopal)	Catolicismo europeu e questão operária	Justiça nas relações entre capital e trabalho	F, E, Cu (3o8)
09. Søren Kierkegaard (1813)	pai comerciante que acumulou patrimônio, mãe de família numerosa	ND*	vida intelectual sustentada em parte por herança familiar	Universidade de Copenhague (teologia e filosofia); sustentado em parte por herança familiar	Cristianismo dinamarquês e crítica da pós-Hegel/Igreja	Escolha pessoal e responsabilidade perante Deus	F, E, Cu (3o9)
10. Karl Marx (1818)	Filho de advogado de família judaica e família instruída e assimilada; mais tarde emancipou-se no exílio	ND*	rede com Engels	Bolsa no colégio local; estudos universitários pela poderosa aprendizagem e trabalho como jornalista	Industrialização europeia e movimentos socialistas	Transformação econômica das relações de produção	E, C, Cu (3o10)
11. Friedrich Engels (1820)	Filho de industrial, governador com raízes na área e vida empreendedor	ND*	cooperação com Marx	Formação escolar apressada; aprendizagem mercantil; experiência militar e como Manchester.	Indústria inglesa e movimento operário	Crítica da exploração e ação coletiva	F, C, Cu (3o11)
12. Pitter (Sedláček) (1821)	pai médico; família de classe média com contatos com círculos liberais	ND*	círculos liberais e sociais políticos	Colégio católico; Universidade Charles em Praga; Universidade Charles e grupos políticos	Catolicismo rural; tradições e mitos populares	Liberdade interior, consciência e ambiguidade moral	E, Cu (3o12)
13. Alfred Russel Wallace (1823)	Família de recursos modestos e educação básica precoce	ND*	amizade com H. W. Bates	Escola básica; Mechanics' Institute de Leicester	Ciência britânica e sociedade de classe; século XIX	Investigação científica e mutualismo	E, C, Cu (3o13)
14. Lev Tolstói (1828)	Família aristocrática progressista de pequenos proprietários rurais	ND*	círculos liberais e experiência militar	Experiência militar no Cáucaso; Escola Yasnaya Polyana; contrastes liberais e militar	Sociedade russa, guerra e sofrimento dos camponeses	Não violência e apelo moral geral	E, C, Cu (3o14)
15. Beatrix de Mereaux (1831)	Família com participação política, administrativa, em descolamentos	ND*	aulas particulares para ser mulher	Escola politécnica, sem no Rio Grande do Sul; Escola Politécnica do Rio de Janeiro; aulas particulares para ser	Brasil imperial; medicina e sociedade urbana	Medicina voltada ao cuidado e à saúde pública	E, C, Cu (3o15)
16. William Crookes (1832)	Filho de artesãos que construiu negócio próspero; ampla família	ND*	laboratórios de químicos e redes de artesãos e artesãos	Escola de Química de Royal College of Chemistry; laboratório de química; redes científicas	Ciência experimental vitoriana	Experimento laboratorial e investigação de fenômenos incomuns	F, E, C (3o16)
17. Camille Flammarion (1842)	Família de recursos, pai comerciante que quis para Paris e trabalho privado	ND*	vizinhanças, astrônomos	Agência de gravação, Observatório de Paris; vizinhanças	Astronomia popular e divulgação científica	Divulgação do cosmos e crítica da transcendência	E, Cu (3o17)
18. Friedrich Nietzsche (1844)	Família de pastor luterano; a morte precoce do pai e a educação manual e intelectual da família	ND*	interlocução com Wagner e depois	Universidade de Bonn e Leipzig, Philologi	Filologia alemã e crítica cultural europeia	Autosuperação e crítica genealógica da moralidade	F, E, Cu (3o18)
19. Léon Denis (1846)	Família operária de origem camponesa; a mãe lavadeira manual e [illegible] e [illegible] com família	ND*	círculos espíritas em Tours	Primário e formação autodidata; [illegible] espiritualista e [illegible]	Trabalho assalariado e espiritismo francês	Solidariedade associativa e educação e progresso moral	F, C, Cu (3o19)
20. Sigmund Freud (1856)	Família judaica de comerciantes de lã, depois de vinho e [illegible] e comércio difundidas	ND*	círculos médicos e científicos	Escola em Viena e Medicina na Universidade de Viena; círculos médicos e científicos	Medicina vienense e sociedade burguesa europeia	Psicanálise e [illegible] medicinais e [illegible]	E, C, Cu (3o20)
21. Gabriel Delanne (1857)	Família de [illegible] comerciantes, [illegible] comuns de Lyon	ND*	contato precoce com reuniões de estudo e investigação	Formação técnico-científica e [illegible] e contato precoce com reuniões de estudo e investigação	Movimento espírita francês pós-Kardec	Exame experimental de [illegible] espíritas	F, E (3o21)
22. Émile Durkheim (1858)	Família judaica com numerosos [illegible] e [illegible] e [illegible]	ND*	universidades de Bordeaux e Sorbonne	Ecole Normale Supérieure e estudos universitários de [illegible]	Sociologia francesa e escola republicana	Coesão social, normas e responsabilidade coletiva	E, Cu (3o22)
23. Jean Jaurès (1859)	[illegible] de pequena burguesia [illegible] e [illegible], sem fortuna particular	ND*	universidade, [illegible] e movimento operário	Ecole Normale Supérieure e [illegible] em [illegible] e movimento operário	República Francesa, socialismo e democracia	Justiça trabalhista, gradualismo e [illegible]	E, C, Cu (3o23)
24. John Dewey (1859)	pai comerciante, mãe de família; [illegible]	ND*	universidades de Michigan, Chicago e Columbia	Escola pública, [illegible] de Vermont e doutorado em filosofia na Universidade de Michigan, Chicago e Columbia	Progressismo norte-americano e escola democrática	Investigação por [illegible] e educação democrática	F, E, C (3o24)
25. Max Weber (1864)	pai político e jurista, mãe de família huguenote; atividade e comércio de vinho	ND*	universidades acadêmicos	Universidades de Heidelberg e Berlim, [illegible] e [illegible]	Modernidade alemã e ética profissional	Responsabilidade política e ética da convicção	F, E, Cu (3o25)
26. Carlos Schulel (1868)	[illegible] comercial; [illegible] de [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	ND*	imigrante espírita em Recife	[illegible] e [illegible] e [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	Interior brasileiro e religiosos espíritas	Assistência, [illegible] e [illegible]	E, C, Cu (3o26)
27. Mahatma Gandhi (1869)	pai ocupante [illegible] de político regional; família com [illegible] [illegible]	ND*	experiências [illegible] na África do Sul	Estudos em Gujarat e [illegible] em Londres; [illegible] experiências [illegible] na África do Sul	Comerciantes [illegible] e religiosidade indiana	Não violência, [illegible] e resistência civil	F, E, Cu (3o27)
28. Vladimir Lênin (1870)	Filho de professor de escolas públicas; [illegible] na [illegible]	ND*	estudos [illegible] [illegible] [illegible]	Gymnasium [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	Autocracia russa e [illegible]	Organização [illegible] e [illegible]	F, C, Cu (3o28)
29. Rosa Luxemburgo (1871)	Filha de [illegible] [illegible] e [illegible]	ND*	pequena [illegible] e [illegible]	Gymnasium [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	Movimento operário europeu e marxismo crítico	Democracia socialista e crítica [illegible]	E, Cu (3o29)
30. Carl Gustav Jung (1875)	Filho de pastor protestante; [illegible] [illegible] [illegible]	ND*	universidade inicial com Freud	Escola pública, [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	Protestantismo suíço e psicologia europeia	Interpretação [illegible] e desenvolvimento [illegible]	F, E, C (3o30)
31. João XXIII (A. Roncalli) (1881)	Família numerosa de [illegible] [illegible] [illegible]	ND*	carreira pastoral e diplomática	Escola local, [illegible] em Bergamo e estudos em Roma com bolsa	Catolicismo italiano [illegible] [illegible]	Diálogo, paz e [illegible] pastoral	F, E, C (3o31)
32. Antonio Gramsci (1891)	pai servidor público e família que [illegible] [illegible] [illegible]	ND*	[illegible] e [illegible] [illegible] [illegible]	Gymnasium superiores em Turim; bolsa e [illegible] [illegible] [illegible]	Movimento operário italiano e [illegible] política marxista	Educação política e [illegible]	F, E, Cu (3o32)
33. Max Zadow (1892)	Família camponesa relativamente próspera, pai exige [illegible] [illegible]	ND*	movimentos revolucionários	Gymnasium [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	Movimento operário e revolução e anarquismo	Mobilização [illegible] e centralidade [illegible] [illegible]	F, E, Cu (3o33)
34. Dorothy Day (1897)	pai jornalista, [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	ND*	conversão ao catolicismo	Bolsa à Universidade [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	Catolicismo social e [illegible] nos EUA	Hospitalidade [illegible] e [illegible] [illegible]	C, Cu, E (3o34)
35. Paulo VI (G. Montini) (1897)	pai político influente, [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	ND*	carreira diplomática [illegible]	Gymnasium [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	Catolicismo social e modernização do pós-guerra	Desenvolvimento integral e [illegible] [illegible]	F, E, C (3o35)
36. Herbert Marcuse (1898)	pai comerciante próspero, família com [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	ND*	Heidegger, depois [illegible] de Pesquisa Social	Gymnasium [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	Escola de Frankfurt e [illegible] [illegible] [illegible]	Crítica de necessidades [illegible] e formas [illegible]	E, C, Cu (3o36)
37. F. A. Hayek (1899)	pai médico e [illegible] família de [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	ND*	escola austríaca	Gymnasium vienenses, serviço militar e [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	Liberalismo austríaco e debates sobre socialismo	Autonomia econômica e limites da planejamento central	F, E, C (3o37)
38. Theodor W. Adorno (1903)	pai comerciante de [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	ND*	redes com Krakauer, [illegible] e Escola de Frankfurt	Universidade de Frankfurt, [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	Cultura musical [illegible] e crítica social	Crítica da indústria [illegible] [illegible]	F, E, C (3o38)
39. Dietrich Bonhoeffer (1906)	pai professor de psiquiatria, família [illegible] [illegible] [illegible]	ND*	movimento pastoral e resistência estendeu as [illegible]	Teologia em Tübingen, Roma e Berlim; [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	Protestantismo alemão e resistência ao nazismo	Responsabilidade concreta diante da [illegible] [illegible]	F, E, C (3o39)
40. Hannah Arendt (1906)	Família judaica [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	ND*	experiência do exílio nativa	Universidade de Marburgo e estudos com Heidegger e Jaspers; [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	Experiência judaica e exílio	Pluralidade política e espaço de [illegible] [illegible] [illegible]	F, E, C (3o40)
41. Dom Hélder Câmara (1909)	pai jornalista, mãe professora, [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	ND*	redes pastorais [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	Seminário de Fortaleza e Universidade [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	Catolicismo [illegible] e [illegible] [illegible] [illegible]	Defesa dos pobres e [illegible] humana	F, C, E (3o41)
42. Chico Xavier (1910)	[illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	ND*	formação religiosa autodidata em grupos espíritas	Escola pública [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	Vida [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	Serviço caritativo e divulgação mediúnica	F, E, Cu (3o42)
43. José Herculano Pires (1914)	pai farmacêutico, mãe [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	ND*	jornalismo e [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	jornalismo [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	jornalismo brasileiro e [illegible] espírita	Rigor intelectual e [illegible] [illegible]	F, E, C (3o43)
44. Paulo Freire (1921)	Família de classe média [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	ND*	redes educacionais e [illegible]	Colégio [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	Desigualdade [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	Diálogo educativo e [illegible] [illegible] [illegible]	F, E, C (3o44)
45. Michel Foucault (1926)	Família burguesa, pai [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	ND*	[illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	Lycées; Ecole Normale Supérieure; [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	Movimentos franceses [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	Vigilância sobre [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	F, E, Cu (3o45)
46. Gustavo Gutiérrez (1928)	Família de classe média [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	ND*	estudos de teologia e [illegible] [illegible] em Lovaina e Lyon	Medicina e filosofia [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	Catolicismo [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	Opção pelos pobres e [illegible] [illegible] [illegible]	E, C, Cu (3o46)
47. Leonardo Boff (1938)	Família descendente de imigrantes [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	ND*	Seminários em PR e SP; Filosofia em [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	Seminários em PR e SP; Filosofia em [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]	Catolicismo brasileiro, ecologia e teologia social	Justiça socioambientais e [illegible] [illegible]	F, E, Cu (3o47)

Quadro III.2 — As 47 trajetórias e suas inclinações observáveis.
Ver Anexo III.

* “ND” não significa negar vidas passadas; apenas afirma que a pesquisa biográfica não permite reconstruí-las. Os dados materiais resumem o caderno de 47 perfis anterior. As expressões “fatores com indícios” são inferências do pesquisador, não resultados de medição causal.

A *TÁBUA DOS SABERES* (1800–1970): a geração de KARDEC e seus desdobramentos

As biografias individuais se tornam mais compreensíveis quando vistas no tempo histórico. A ***TÁBUA DOS SABERES*** reúne pessoas nascidas entre 1800 e 1970 e coteja os focos de suas contribuições nos campos do espiritualismo, das religiões, das ciências, da educação, da crítica social e das teorias do poder. Seu eixo não é distinguir previamente os bons dos maus, mas mostrar que sociedades sujeitas à industrialização, à pobreza, às transformações científicas e à secularização receberam respostas diferentes sobre a natureza humana e sobre os caminhos do progresso.

A coincidência de gerações é particularmente expressiva: Allan **KARDEC** e Ludwig Feuerbach nasceram em 1804; Karl Marx, em 1818; Friedrich Engels, em 1820; Fiódor Dostoiévski, em 1821; e Léon Denis, em 1846. A cronologia das publicações revela outras relações: a crítica antropológica da religião de Feuerbach, em 1841; o Manifesto Comunista, em 1848; *O Livro dos Espíritos*, em 1857; A origem das espécies, em 1859; e *O Evangelho segundo o Espiritismo*,

publicado em 1864 e editado novamente em 1865. Essa aproximação histórica é documentável; uma coordenação espiritual entre todos os autores seria interpretação religiosa, não fato histórico demonstrado.

A análise biográfica que já apresentamos em nosso quadro de 47 pessoas considera família, comunidade, instrução, cultura e atividades públicas, com um campo reservado à hipótese reencarnatória sem atribuições inventadas. A ***TÁBUA DOS SABERES*** fornece outro instrumento: quem foi contemporâneo de quem, em quais debates ingressou e qual pergunta fundamental procurou responder. Por isso, a relação completa de pensadores, as datas paralelas e o quadro de contrapontos entre tradições foram reunidos no Anexo III, como Quadros IV.4 a IV.8. Não substituem a matriz biográfica: oferecem sua sustentação histórica e comparativa.

Há um ponto que não se deve perder nessa comparação: *Socialismo e Espiritismo*, de Léon Denis, reúne uma reflexão pós-kardequiana sobre a questão social. Sua argumentação permite distinguir o compromisso com a solidariedade e a crítica à exploração dos meios coercitivos ou violentos adotados por algumas tradições revolucionárias. A obra não autoriza reduzir todo pensamento socialista à mesma doutrina, nem converter a posição pessoal de Denis em enunciado de **KARDEC**.

Reservamos, por isso, este tema como interlocução filosófica específica, sem deslocar para a Parte III a análise de políticas e governos que pertence a outros cadernos.

Com a Tábua, a pergunta “de onde vêm os missionários?” adquire duas respostas de naturezas diferentes. Historicamente, vêm de famílias, cidades, escolas, ofícios e comunidades reais, em condições econômicas desiguais. Doutrinariamente, o Espiritismo admite compromissos anteriores à encarnação e o seu reconhecimento gradativo, conforme a Parte IV. Nenhuma das respostas elimina a outra, mas uma não comprova os detalhes da outra. Nesta parte observamos os itinerários e os frutos publicamente documentáveis; na Parte IV tratamos dos critérios morais e da noção doutrinária de missão.

4. O que as correspondências permitem pensar

A educação pode multiplicar caminhos, mas não determina as respostas

Rivail, formado num ambiente pedagógico europeu, desenvolveu um projeto educacional e depois sistematizou uma interpretação espiritual da existência; Marx, igualmente beneficiado por formação humanista, elaborou uma crítica materialista da organização

econômica; Nietzsche, criado numa família luterana, tornou-se crítico da moral cristã. O contraste enfraquece explicações que reduzem crenças adultas à escolarização ou ao lar. A educação proporcionou instrumentos, mas o uso desses instrumentos se diferenciou.

A pobreza ou o patrimônio não decidem o valor moral

Léon Denis, a partir de uma vida de trabalho e formação autodidata, dedicou-se à espiritualidade e à solidariedade social. Engels, cuja família era industrialmente próspera, tornou-se crítico de relações de trabalho. João XXIII, oriundo de família rural modesta, desenvolveu uma trajetória institucional católica. Não é sustentável derivar uma orientação moral unívoca da renda familiar, nem supor que sucesso material equivalha a virtude.

O caráter só aparece parcialmente na obra e na ação

Em Bonhoeffer, a experiência eclesial e o conflito com o totalitarismo tornam visíveis escolhas públicas de responsabilidade. Em Arendt, a perseguição e o exílio integram o contexto de sua reflexão sobre o julgamento político. Em Chico Xavier, a prática de auxílio, segundo sua documentação biográfica, compõe a dimensão

pública de sua atuação. Ainda assim, esses registros jamais esgotam a interioridade de quem agiu.

As afinidades sociais são verificáveis; as espirituais permanecem como hipótese

Podemos observar aproximações entre professores, discípulos, partidos, associações e famílias, e examinar como determinadas ideias circularam. Não podemos deduzir, por esse mesmo procedimento, que pessoas afins em pensamento foram parceiras em encarnações anteriores. A hipótese espiritual pode orientar uma reflexão confessional, mas não substitui prova histórica nem autoriza uma classificação moral de seus integrantes.

5. Protocolo para subjetivar sem julgar antecipadamente

Reprodução reduzida do quadro integral (ampliável no PDF; consultar o Volume II).

Passo	Procedimento	Regra de controle
1. Identificar	Descrever família, recursos, fatos de escolarização, comunidade e cultura, sempre com fonte identificável.	Distinguir documentação de síntese e evitar lacunas preenchidas pela imaginação.
2. Reconstruir	Localizar atos, escritos e decisões que expressem continuidade ou mudança de orientação.	Evitar confundir a recepção posterior de uma obra com intenção do autor.
3. Hipotetizar	Propor quais condicionantes parecem mais visíveis na escolha de problemas e métodos.	Registrar como hipótese interpretativa; aceitar fatores concorrentes e desconhecidos.
4. Confrontar	Testar a hipótese com fatos contrários e momentos de mudança biográfica.	Não atribuir valor moral por grupo ideológico, nacionalidade ou crença.
5. Examinar os frutos	Avaliar, em circunstâncias concretas, coerência entre princípios declarados, meios utilizados e efeitos demonstrados.	Distinguir resultado de intenção, pessoa de obra, conduta pública de condição espiritual.

Quadro III.3 — Protocolo de análise das trajetórias. Ver Anexo III.

6. Hipóteses para aprofundamento, sem predeterminar resultados

H1 — A experiência familiar pode intensificar certas preocupações do adulto, mas seu efeito depende de educação, vínculos posteriores e escolhas pessoais. **H2** — Ambientes educativos semelhantes podem produzir projetos filosóficos opostos. **H3** — A participação em redes de trabalho, religião e política pode oferecer linguagem e oportunidades para a consolidação de disposições já existentes, sem criar afinidade uniforme. **H4** — A cultura constitui repertório de possibilidades e conflitos, e não programação moral. **H5** — Na hipótese espírita, tendências anteriores à encarnação podem influenciar escolhas, porém não podem ser individualizadas com a documentação biográfica disponível. **H6** — A verificação do caráter publicamente manifestado exige exame longitudinal de práticas, contradições e consequências, e não classificação pela origem ou adesão doutrinária.

Conclusão provisória

O levantamento permite sustentar que o caráter humano não se deixa reduzir a uma variável. Família, comunidade, educação e cultura fornecem condições e estímulos identificáveis; a história de vidas passadas pertence, neste estudo, à interpretação doutrinária, sem

indicadores biográficos individualizáveis. A orientação de Jesus impede que transformemos origem, patrimônio, escolarização, religião ou pensamento político em veredicto sobre a consciência. Observemos os frutos, reconheçamos as condições de produção desses frutos e conservemos aberta a pergunta sobre a liberdade com que cada pessoa acolheu, resistiu ou transformou o que recebeu.

Com essa distinção, nossa matriz não reduz a história dos pensadores ao que decidiram ensinar depois de adultos: admite, como hipótese espírita, a existência de propósitos anteriormente assumidos e sua manifestação progressiva pela vida, sem atribuir biografias espirituais que não possuímos. Os indicadores materiais permanecem úteis para compreender a oportunidade concreta de atuação; não se convertem em causa única da missão nem em medida de sua origem transcendente.

Esta parte conserva um instrumento individual de leitura, com os 47 perfis e o caráter provisório de suas interpretações. Sua interlocução com os demais campos de investigação depende de exame posterior, evitando juízos antecipados.

Referencial histórico-biográfico, filosófico e espírita da Parte III

A ***TÁBUA DOS SABERES*** e a matriz das 47 trajetórias procuram reconstruir circunstâncias materiais de formação: origem familiar, recursos disponíveis, escolas, cultura, comunidade, relações intelectuais e experiência profissional. Nenhum desses elementos determina isoladamente o caráter de uma pessoa. A vida pública, os escritos e os atos documentados permitem examinar orientações e escolhas, mas não estabelecer com segurança o valor moral integral de uma consciência. Uma genealogia intelectual responsável também evita converter simultaneidade de nascimento ou de publicação em prova de convergência, confronto providencial ou intervenção espiritual específica.

O contraponto filosófico inclui pensadores de horizontes muito diferentes: Feuerbach e Marx na crítica da religião e das relações materiais; Kierkegaard e Dostoiévski nas perguntas sobre fé, liberdade e sofrimento; Nietzsche na crítica dos valores; Tocqueville nas tensões da democracia; Darwin e Wallace na história das ciências naturais; e educadores e representantes de tradições religiosas que responderam, cada qual de modo próprio, à industrialização e às mudanças sociais. As identidades não devem ser reduzidas à oposição simplista entre “cristãos virtuosos” e “materialistas de moral inferior”,

pois pensamento, conduta e efeito histórico precisam de análises distintas.

A perspectiva espírita acrescenta a possibilidade de preparação pré-encarnatória e de missões cujo sentido se revela gradualmente. *O Livro dos Espíritos*, questões 132, 383, 572–577 e 919, e *O Evangelho segundo o Espiritismo*, capítulo XX, orientam a reflexão, mas não oferecem uma lista de biografias espirituais comprovadas para as personalidades estudadas. A categoria “vidas passadas” permanece na matriz como hipótese doutrinária não individualizada. A menção aos Espíritos protetores, questões 489–493, designa uma possibilidade da doutrina, nunca uma atribuição documentada da tutela de indivíduos específicos por entidades superiores ou inferiores.

A obra *Socialismo e Espiritismo*, de Léon Denis, desenvolvida em artigos de 1924, funciona como passagem relevante entre espiritualidade e justiça social. Denis associa solidariedade, educação moral e crítica à violência revolucionária, mas não reduz toda a tradição socialista a um único programa. A posição de Denis é pós-kardequiana e deve ser reconhecida como tal. Este referencial oferece um modo de relacionar, sem fundir, as condições históricas das biografias, o conteúdo das obras e a hipótese filosófico-doutrinária da missão.

*Referências de sustentação: **KARDEC**, Allan. O Livro dos Espíritos, questões 132, 383, 489–493, 572–577 e 919; O Evangelho segundo o Espiritismo, capítulo XX; Obras Póstumas, segunda parte; DENIS, Léon. Socialismo e Espiritismo (1924); as fontes biográficas individualizadas e os quadros cronológicos preservados no Anexo III.*

Referências e rastreabilidade

Fontes de base: “Duas egrégoras e uma fronteira que não é binária — Tábua de origens materiais, formação intelectual e focos de atuação”, Hélio Abreu Filho, caderno de pesquisa de 4 nov. 2026. Os códigos [S01]–[S47] nas linhas remetem às referências biográficas abaixo. A seleção foi herdada do levantamento anterior; as hipóteses desta edição são novas e explicitamente não comprovadas.

[S01] Emerson Memorial Association / Harvard Square Library. https://rwema.org/bio-ralph-waldo-emerson

[S02] Federação Espírita de Mato Grosso do Sul, biografia de Rivail. https://fems.org.br/r/hippolyte-leon-denizard-rivail-allan-**KARDEC**-1804-1869/2833/

[S03] Stanford Encyclopedia of Philosophy, Feuerbach. https://plato.stanford.edu/archives/spr2006/entries/ludwig-feuerbach/

[S04] Cambridge UP, cronologia de Tocqueville. https://www.cambridge.org/core/books/abs/tocqueville-on-america-after-1840/chronology/0AD24F8B3EAADF2BD850013E4616D10C

[S05] Stanford Encyclopedia of Philosophy, John Stuart Mill. https://plato.stanford.edu/entries/mill/

[S06] Larousse, Pierre-Joseph Proudhon. https://www.larousse.fr/encyclopedie/personnage/Pierre_Joseph_Proudhon/139696

[S07] Christ’s College Cambridge, Darwin’s Childhood. https://darwin200.christs.cam.ac.uk/childhood

[S08] Treccani, enciclopédia dos papas, Leone XIII. https://www.treccani.it/enciclopedia/leone-xiii_%28Enciclopedia-dei-Papi%29/

[S09] Stanford Encyclopedia of Philosophy, Søren Kierkegaard. https://plato.stanford.edu/entries/kierkegaard/

[S10] Karl Marx House Museum, biografia. https://www.fes.de/en/museum-karl-marx-haus/education/short-biography-of-karl-marx

[S11] American Journal of Public Health, Engels: Businessman and Revolutionary. https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC1447947/

[S12] Encyclopedia.com, Fyodor Dostoyevsky. https://www.encyclopedia.com/history/encyclopedias-almanacs-transcripts-and-maps/dostoyevsky-fyodor-mikhailovich

[S13] Natural History Museum, Alfred Russel Wallace. https://www.nhm.ac.uk/discover/who-was-alfred-russel-wallace.html

[S14] Museu de Tolstói, biografia. https://www.tolstoy.ru/life/biography/

[S15] Câmara Municipal do Rio de Janeiro, biografia de Bezerra de Menezes. https://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro0711.nsf/18c1dd68f96be3e7832566ec0018d833/c317364be95aa5de032576b3006f2fe3?OpenDocument=&Start=1.1.1.12

[S16] Oxford Dictionary of National Biography, William Crookes. https://academic.oup.com/oxford-dictionary-of-national-biography/reference/63486/reference-article-abstract/579939047

[S17] Science Museum Group, Camille Flammarion. https://collection.sciencemuseumgroup.org.uk/people/ap28050/flammarion-camille

[S18] Stanford Encyclopedia of Philosophy, Nietzsche: Life and Works. https://plato.stanford.edu/entries/nietzsche-life-works/

[S19] Centro Espírita Trabalhadores de Jesus, Léon Denis. https://www.cetj.org.br/leon-denis/

[S20] Freud Museum London, Who was Sigmund Freud?. https://www.freud.org.uk/schools/resources/who-was-sigmund-freud/

[S21] União Espírita Mineira, Gabriel Delanne. https://uemmg.org.br/biografias/gabriel-delanne/

[S22] USP, Enciclopédia de Antropologia, Durkheim. https://ea.fflch.usp.br/autor/emile-durkheim

[S23] Bibliothèque nationale de France, Jean Jaurès. https://gallica.bnf.fr/accueil/fr/html/jean-jaures-une-figure-emblematique-de-la-republique-et-du-socialisme?mode=desktop

[S24] Stanford Encyclopedia of Philosophy, John Dewey. https://plato.stanford.edu/entries/dewey/

[S25] Stanford Encyclopedia of Philosophy, Max Weber. https://plato.stanford.edu/entries/weber/

[S26] Fundação Espírita Irmão Glacus, Cairbar Schutel. https://feig.org.br/2020/10/25/caibar-de-souza-schutel/

[S27] Bombay High Court Virtual Museum, Gandhi. https://bombayhighcourt.nic.in/vmuseum/applications/M.%20K.%20Gandhi/mkgandhi.html

[S28] Museu Lênin, biografia. https://lenin.shm.ru/en/main-page/biography/

[S29] Rosa-Luxemburg-Stiftung, Life of Rosa Luxemburg. https://www.rosalux.de/en/foundation/historical-centre-for-democratic-socialism-1/rosa-luxemburg/the-life-of-rosa-luxemburg

[S30] Sociedade Psicológica de Basileia, Jung: biografia. https://www.psychologische-gesellschaft-basel.ch/bibliothek/c.-g.-jung/biographie/

[S31] Vaticano, biografia de João XXIII. https://www.vatican.va/content/john-xxiii/en/biography/documents/hf_j-xxiii_bio_16071997_biography.html

[S32] Stanford Encyclopedia of Philosophy, Gramsci. https://plato.stanford.edu/entries/gramsci/

[S33] Columbia University, Mao: The Early Years. https://afe.easia.columbia.edu/special/china_1900_mao_early.htm

[S34] American National Biography, Dorothy Day. https://academic.oup.com/american-national-biography/reference/63042/reference-article-abstract/570341840

[S35] Vaticano, biografia de Paulo VI. https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/biografia/documents/hf_p-vi_spe_20190722_biografia.html

[S36] American National Biography, Herbert Marcuse. https://academic.oup.com/american-national-biography/reference/63042/reference-article-abstract/570473731

[S37] Oxford Dictionary of National Biography, F. A. Hayek. https://academic.oup.com/oxford-dictionary-of-national-biography/reference/63486/reference-article-abstract/580631146

[S38] Stanford Encyclopedia of Philosophy, Theodor Adorno. https://plato.stanford.edu/entries/adorno/

[S39] Deutsches Historisches Museum, Dietrich Bonhoeffer. https://www.dhm.de/lemo/biografie/dietrich-bonhoeffer

[S40] Universidade de Marburg, Hannah Arendt. https://www.uni-marburg.de/de/universitaet/administration/verwaltung/stabsstellen/frauen/aktiv/hannah-arendt

[S41] Fundação Dom Hélder Câmara, Sua História. https://domheldercamara.org.br/sua-historia/

[S42] Prefeitura de Pedro Leopoldo, Chico Xavier. https://pl.mg.gov.br/turismo/personalidades/

[S43] Fundação Herculano Pires, biografia. https://www.fundacaoherculanopires.org.br/quem-somos/herculano-pires/biografia

[S44] Instituto Paulo Freire, biografia. https://www.paulofreire.org/biografia

[S45] Collège de France, Michel Foucault. https://www.college-de-france.fr/en/chair/michel-foucault-history-of-systems-of-thought-statutory-chair/biography

[S46] Instituto Bartolomé de Las Casas, Gustavo Gutiérrez. https://bcasas.org.pe/gustavo-gutierrez/

[S47] Leonardo Boff, biografia oficial. https://leonardoboff.org/biografia/

KARDEC, Allan. *O Livro dos Espíritos*, questões 132, 208, 383, 459 e 919. https://search.nepebrasil.org/livro-dos-espiritos/

KARDEC, Allan. *O livro dos espíritos*. Parte segunda, questões 258–259, 489–498, 572–573 e 576. Consulta temática: https://kardecpedia.com/roteiro-de-estudos/2/o-livro-dos-espiritos.

KARDEC, Allan. *Obras póstumas*. Segunda parte: “Primeira revelação da minha missão” (30 abr. 1856) e “Minha missão” (7 maio 1856). Consulta temática: https://bibliadocaminho.com/ocaminho/TKp/Op/OpP2C04.htm.

KARDEC, Allan. *O Evangelho segundo o Espiritismo*, cap. XXI, item 2 (Mateus 7:15–20). https://kardecpedia.com/roteiro-de-estudos/887/o-evangelho-segundooespiritismo/2575/capitulo-xxi-havera-falsos-cristos-e-falsos-profetas/conhece-se-a-arvore-pelo-fruto/2

WEIDMANN, R. e colaboradores. Explicating narrow and broad conceptualizations of environmental influences on personality. Journal of Personality (2024). https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jopy.12886

DOSSIÊ HISTÓRICO — A *TÁBUA DOS SABERES* (1800–1970)

Espiritualidade, questão social, materialismo, educação e poder

Hélio Abreu Filho • Documento de pesquisa histórica e filosófica • 4 de novembro de 2026

Objeto e critério de leitura

Examinar pessoas nascidas de 1800 a 1970 cujas ideias contribuíram para concepções concorrentes de consciência, transcendência, organização social, trabalho, propriedade, educação, liberdade e autoridade. A comparação acompanha a simultaneidade dos movimentos, sem supor que a proximidade cronológica demonstre uma missão espiritual conjunta ou uma conspiração histórica.

A expressão “saberes da espiritualidade maior” será empregada como interpretação interna da tradição espírita: refere-se aos ensinamentos atribuídos por **KARDEC** aos Espíritos superiores. Na pesquisa histórica, esses ensinamentos constituem fontes doutrinárias identificáveis; sua origem extrafísica não é premissa cientificamente demonstrada. Em sentido inverso, a sofisticação intelectual de uma doutrina

materialista ou religiosa não prova virtude nem deficiência moral de seus autores ou seguidores.

Os anos entre parênteses nas tabelas são anos de nascimento. As datas das obras e dos eventos são distintas. Foram escolhidos representantes de posições divergentes, sem pretensão de exaustividade e sem classificar pessoas como moralmente superiores ou inferiores.

I. A geração de KARDEC: contemporaneidade e bifurcação de perguntas

O recorte de 1804 é intelectualmente sugestivo: **KARDEC** e Feuerbach nasceram no mesmo ano; Marx nasceu quatorze anos depois. Contudo, o confronto decisivo é entre propostas publicadas: a crítica antropológica da religião (1841), o Manifesto Comunista (1848) e *O Livro dos Espíritos* (1857). Essas respostas surgem em uma Europa marcada por industrialização, desigualdades, secularização e conflitos sociais. A simultaneidade não autoriza reduzir a história a dois campos morais pré-definidos.

II. Expansão espiritualista, ciência social e crítica da moral

III. O século XX: poder, cultura, pobreza e consciência

A presença de Gramsci e Paulo Freire na tábua permite estudar educação e hegemonia, mas não demonstra que seus escritos constituam, por si, um programa único de doutrinação. Para atribuir efeito causal a uma política escolar são necessários atos, currículos, práticas e resultados concretamente examináveis. É igualmente inadequado deduzir a ocorrência de violência juvenil apenas de uma corrente filosófica.

IV. Datas em paralelo: quando as ideias ganharam forma pública

V. *Socialismo e Espiritismo*: um lugar indispensável

A obra *Socialismo e Espiritismo*, de Léon Denis (1846–1927), não deve figurar como nota lateral. Seu original Socialisme et Spiritisme surgiu como série de textos publicada na Revue Spirite em 1924. A edição brasileira contemporânea pode reunir esses escritos em livro. É fonte pós-kardequiana: não deve ser apresentada como formulação literal de Allan **KARDEC**.

Denis distingue a aspiração de superar a exploração e a desigualdade dos métodos políticos que transformam a luta social em ódio. Sua argumentação aceita uma ideia ampla de socialismo orientada à solidariedade, mas se opõe ao socialismo materialista violento. Desse modo, a obra contraria a tese simplificadora de que todo socialismo é inconciliável com o Espiritismo, tanto quanto contraria a ideia de que a doutrina espírita legitime qualquer experiência estatal que se declare socialista.

O texto de Denis deverá ser submetido a quatro perguntas: (a) que definição de socialismo utiliza? (b) que soluções econômicas e educacionais sustenta? (c) onde introduz a reencarnação e o livre-arbítrio como fundamentos? (d) em quais passagens se afasta da revolução coercitiva? As respostas deverão ser fundamentadas no original e não no rótulo político atribuído ao autor.

VI. Contraponto de saberes e critérios de avaliação

VII. Hipóteses abertas e cautelas

H1 — Simultaneidade histórica: movimentos espiritualistas, religiosos, socialistas, científicos e liberais responderam a problemas comuns do século XIX; não há prova de uma oposição dirigida pelo plano espiritual.

H2 — Formação do pertencimento: escolas, organizações religiosas, partidos, jornais, famílias e redes de sociabilidade difundem valores, mas sua influência varia e pode ser contestada pelos indivíduos.

H3 — Dissociação moral: a adesão a princípios elevados não garante coerência na conduta. A mesma regra de exame deve aplicar-se aos diversos grupos, sem pressupor igualdade de comportamentos ou consequências.

H4 — Compromisso social: a doutrina espírita, o catolicismo social e algumas tradições socialistas compartilham preocupações com a pobreza, mas diferem sobre fundamentos, métodos, liberdade, propriedade e transcendência.

H5 — Governança e erosão institucional: estruturas de poder podem favorecer conformismo e tolerância a abusos; afirmar que qualquer corrente específica criou criminalidade ou "destruiu" valores requer evidência histórica e causal adicional.

A investigação precisa preservar três níveis distintos: primeiro, nascimento e publicação documentados; segundo, interpretações textuais dos autores; terceiro, hipóteses sobre influência social e propósito espiritual. Misturá-los seria transformar a tábua em julgamento prévio.

VIII. Síntese interpretativa

Entre os anos em que **KARDEC** elaborava a codificação espírita, a Europa também assistia ao desenvolvimento de críticas radicais da religião, projetos socialistas, novas propostas científicas e debates sobre a liberdade política. A experiência cristã não esteve ausente dessas transformações: a doutrina social católica e, depois, as iniciativas religiosas junto aos pobres ofereceram respostas próprias à exploração, à desigualdade e aos conflitos sociais.

A tábua não separa homens moralmente superiores de intelectuais moralmente condenáveis. Revela divergências acerca da natureza humana, da origem dos valores, dos meios legítimos de promover justiça e da relação entre liberdade e autoridade. O contraste intelectualmente produtivo não é espiritualidade contra inteligência, mas diferentes concepções do que significa tornar-se humano e de como evitar que a transformação social anule a própria dignidade que pretende proteger.

É legítimo, na interpretação espírita, considerar que o século XIX representou um tempo de renovação dos ensinamentos sobre a imortalidade e a responsabilidade. Não é rigoroso, porém, converter o nascimento simultâneo de pensadores em demonstração histórica de um projeto superior contra outro materialista. Para a análise social, o que podemos cotejar são textos,

políticas, práticas e efeitos; para a reflexão filosófico-doutrinária, podemos discutir as hipóteses de sentido que esses fatos suscitam.

Referências de verificação e leitura

ALLAN **KARDEC**. *O Livro dos Espíritos*. 1857. Questões 806, 811, 813 e 930. Consulta: https://kardecpedia.com.br

ALLAN **KARDEC**. *O Evangelho segundo o Espiritismo*. 1864. Consulta: https://kardecpedia.com.br

DENIS, Léon. Socialisme et Spiritisme. Revue Spirite, 1924. Versão em português: https://www.marxists.org/portugues/denis/1924/espiritismo/index.htm

DENIS, Léon. *Socialismo e Espiritismo*. Editora do Conhecimento, 2ª ed., 2021. ISBN 9786557270547. https://edconhecimento.com.br/livros/socialismo-e-espiritismo/

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. 1848. Texto original e contexto: https://www.marxists.org/admin/books/manifesto/Manifesto.pdf

VATICANO. LEÃO XIII. Rerum Novarum. 15 maio 1891. https://www.vatican.va/content/leo-xiii/en/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html

VATICANO. JOÃO XXIII. Mater et Magistra. 15 maio 1961. https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html

VATICANO. PAULO VI. Populorum Progressio. 26 mar. 1967. https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html

VATICANO. CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ. Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação. 6 ago. 1984. https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19840806_theology-liberation_po.html

STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. Karl Marx (rev. 2025). https://plato.stanford.edu/entries/marx/

STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. Antonio Gramsci (2023). https://plato.stanford.edu/entries/gramsci/

STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. Friedrich Nietzsche (rev. 2026). https://plato.stanford.edu/entries/nietzsche/

STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. Hannah Arendt (rev. 2024). https://plato.stanford.edu/entries/arendt/

BITTENCOURT, Renato Nunes. Nietzsche e a idiotia divina de Jesus. Kriterion, 2011. DOI: 10.1590/S0100-512X2011000100006.

CABRAL, Alexandre Marques. O Jesus de Nietzsche: a ambiguidade de uma polêmica. Revista Trágica, v. 3, n. 1, 2010, p. 1–20. DOI: 10.59488/tragica.v3i1.25711.

DOSSIÊ BIOGRÁFICO — 47 TRAJETÓRIAS DE ORIGEM, FORMAÇÃO E FOCO

A documentação biográfica a seguir conserva individualmente os perfis anteriormente reunidos, incluindo condições familiares, comunidade, escolaridade e relações intelectuais. As quatro categorias empregadas no caderno biográfico são recursos descritivos, não juízos sobre mérito espiritual. As tabelas de classificação, cronologia e relações permanecem no Anexo III.

Tábua de origens materiais, formação intelectual e focos de atuação • pessoas nascidas entre 1800 e 1970

Hélio Abreu Filho | Versão de pesquisa, independente das matrizes já elaboradas

Objeto e delimitação

Examinar 47 personalidades da tábua histórica anterior segundo sua origem familiar e material, condições de educação, redes de convivência e principal foco intelectual, religioso ou político. A intenção é compreender como diferentes experiências produziram respostas à pergunta sobre o ser humano, a transcendência, a liberdade e a vida coletiva. As circunstâncias biográficas não demonstram a existência de uma missão espiritual predefinida.

Precisão terminológica. Gnosticismo não significa "morreu, acabou": correntes gnósticas históricas afirmam realidades espirituais e salvação transcendente. Para o segundo polo, a expressão correta é "ética e concepções de horizonte imanente ou secular". Nem todo intelectual laico afirma a extinção da consciência na morte; por isso a pesquisa não atribui tal crença sem fonte expressa. [S50]

Precisão ética. As categorias abaixo indicam a orientação predominante da obra, não santidade, perversidade, nível de inteligência, filiação espiritual ou responsabilidade moral de cada pessoa. A classificação é revisável.

Legenda dos campos

Leitura panorâmica: 47 nomes, quatro campos

Distribuição descritiva dos nomes no quadro: T1 = 18, T2 = 4, I = 17, P = 8. Não é medição de força, moralidade, quantidade de adeptos ou influência espiritual.

As origens que modificam o acesso à palavra pública

Comparar biografias revela trajetórias assimétricas: alguns autores receberam preceptores, patrimônio ou proteção familiar; outros estudaram com bolsas, trabalharam ainda crianças ou enfrentaram deslocamento e pobreza. Isso ajuda a explicar o acesso às redes de publicação, sem reduzir as ideias à origem de classe.

A. Tradições Crísticas e espíritas (T1)

Allan KARDEC (H. L. D. Rivail) (1804)

Família, lugar e recursos. Lyon (França); família ligada à magistratura e ao direito; não há neste levantamento prova suficiente para quantificar a renda doméstica.

Escola e redes sociais. Formação no instituto de Pestalozzi, em Yverdon; professor e autor de obras pedagógicas; contatos com círculos espiritualistas parisienses.

Foco intelectual / projeto público. Educação racional, livre-arbítrio, imortalidade da alma e sistematização do Espiritismo.

Fonte biográfica indicativa: [S02].

Leão XIII (V. G. Pecci) (1810)

Família, lugar e recursos. Carpineto Romano (Itália); família proprietária e da pequena nobreza local, ambiente católico privilegiado.

Escola e redes sociais. Colégio jesuíta em Viterbo, Colégio Romano e formação eclesiástica; carreira diplomática e episcopal.

Foco intelectual / projeto público. Doutrina social católica: trabalho, salário justo, propriedade e obrigações dos empregadores e do Estado.

Fonte biográfica indicativa: [S08].

Søren Kierkegaard (1813)

Família, lugar e recursos. Copenhague; pai comerciante que acumulou patrimônio, mas transmitiu formação religiosa severa.

Escola e redes sociais. Universidade de Copenhague (teologia e filosofia); vida intelectual sustentada em parte por herança familiar.

Foco intelectual / projeto público. Escolha pessoal, subjetividade, fé, angústia e responsabilidade diante de Deus.

Fonte biográfica indicativa: [S09].

Fiódor Dostoiévski (1821)

Família, lugar e recursos. Moscou; pai médico do hospital para pobres, mãe de família mercantil; infância em contato com desigualdades sociais.

Escola e redes sociais. Colégios particulares e Escola de Engenharia Militar de São Petersburgo; círculos literários e prisão política.

Foco intelectual / projeto público. Consciência, liberdade, sofrimento, fé cristã e tensão entre bondade e interesse.

Fonte biográfica indicativa: [S12].

Liev Tolstói (1828)

Família, lugar e recursos. Iásnaia Poliana (Rússia); família aristocrática proprietária de terras; perdeu os pais ainda criança.

Escola e redes sociais. Preceptores e Universidade de Kazan (estudos não concluídos); círculos literários e experiência militar.

Foco intelectual / projeto público. Cristianismo ético, crítica à violência e às instituições coercitivas, aperfeiçoamento interior.

Fonte biográfica indicativa: [S14].

Bezerra de Menezes (1831)

Família, lugar e recursos. Riacho do Sangue (Ceará); família com participação política e dificuldades econômicas em deslocamentos.

Escola e redes sociais. Escola pública, latim no Rio Grande do Norte e Medicina no Rio de Janeiro; aulas particulares para se manter.

Foco intelectual / projeto público. Medicina, auxílio aos pobres, divulgação do Espiritismo e organização institucional.

Fonte biográfica indicativa: [S15].

Léon Denis (1846)

Família, lugar e recursos. Foug (França); família operária de recursos escassos; trabalho manual e comercial desde jovem.

Escola e redes sociais. Primário e formação autodidata; representante comercial; círculos espíritas em Tours.

Foco intelectual / projeto público. Progresso espiritual, educação moral, solidariedade e *Socialismo e Espiritismo*.

Fonte biográfica indicativa: [S19].

Gabriel Delanne (1857)

Família, lugar e recursos. Paris; família de modestos comerciantes espíritas, próximos de **KARDEC**.

Escola e redes sociais. Formação técnico-científica e familiar espírita; contato precoce com reuniões de estudo e investigação.

Foco intelectual / projeto público. Defesa de interpretações experimentais do Espiritismo e continuidade da obra kardeciana.

Fonte biográfica indicativa: [S21].

Cairbar Schutel (1868)

Família, lugar e recursos. Rio de Janeiro; família de comerciante; tornou-se órfão ainda criança e viveu sob tutela do avô.

Escola e redes sociais. Colégio Pedro II, estudos interrompidos; formação prática em farmácia; imprensa espírita em Matão.

Foco intelectual / projeto público. Divulgação popular do Espiritismo, assistência e organização local.

Fonte biográfica indicativa: [S26].

João XXIII (A. G. Roncalli) (1881)

Família, lugar e recursos. Sotto il Monte (Itália); família numerosa de meeiros rurais, de recursos modestos.

Escola e redes sociais. Escola local; seminário de Bérgamo e estudos em Roma com bolsa; carreira pastoral e diplomática.

Foco intelectual / projeto público. Diálogo ecumênico, paz, direitos humanos e renovação do catolicismo.

Fonte biográfica indicativa: [S31].

Dorothy Day (1897)

Família, lugar e recursos. Brooklyn, Nova York; pai jornalista, família de renda variável com deslocamentos.

Escola e redes sociais. Bolsa à Universidade de Illinois (não concluída); jornalismo e redes operárias; conversão ao catolicismo.

Foco intelectual / projeto público. Hospitalidade aos pobres, pacifismo, jornal Catholic Worker e ação social religiosa.

Fonte biográfica indicativa: [S34].

Paulo VI (G. B. Montini) (1897)

Família, lugar e recursos. Concesio (Itália); pai advogado e jornalista influente, família economicamente confortável e católica.

Escola e redes sociais. Colégio jesuíta de Brescia; seminário, formação em Roma e Direito; carreira diplomática vaticana.

Foco intelectual / projeto público. Desenvolvimento humano integral, diálogo e doutrina social da Igreja.

Fonte biográfica indicativa: [S35].

Dietrich Bonhoeffer (1906)

Família, lugar e recursos. Breslau (hoje Wrocław); pai professor de psiquiatria, família educada e economicamente estável.

Escola e redes sociais. Teologia em Tübingen, Roma e Berlim; ministério pastoral e resistência eclesial ao nazismo.

Foco intelectual / projeto público. Responsabilidade pessoal, fé vivida e crítica ao conformismo perante o poder totalitário.

Fonte biográfica indicativa: [S39].

Dom Hélder Câmara (1909)

Família, lugar e recursos. Fortaleza (Brasil); pai jornalista, mãe professora; família grande de recursos comuns e marcante vida religiosa.

Escola e redes sociais. Seminário da Prainha e formação clerical; redes pastorais brasileiras e latino-americanas.

Foco intelectual / projeto público. Proteção dos pobres, defesa dos direitos humanos e ação cristã não violenta.

Fonte biográfica indicativa: [S41].

Chico Xavier (1910)

Família, lugar e recursos. Pedro Leopoldo (Brasil); pai operário, mãe lavadeira; infância pobre e perda precoce da mãe.

Escola e redes sociais. Escola pública primária e trabalho em fábrica/comércio; formação religiosa autodidata em grupos espíritas.

Foco intelectual / projeto público. Literatura mediúnica e prática de caridade; atribuições espirituais pertencem à tradição de fé.

Fonte biográfica indicativa: [S42].

José Herculano Pires (1914)

Família, lugar e recursos. Avaré (Brasil); pai farmacêutico, mãe pianista; ambiente familiar letrado, sem renda quantificada.

Escola e redes sociais. Escolas no interior paulista; jornalismo e graduação em Filosofia pela USP.

Foco intelectual / projeto público. Filosofia e educação espíritas, exame crítico do pensamento religioso.

Fonte biográfica indicativa: [S43].

Gustavo Gutiérrez (1928)

Família, lugar e recursos. Lima (Peru); família de classe média; doença na juventude e contato com sofrimento social.

Escola e redes sociais. Medicina e filosofia em Lima; estudos de teologia e filosofia na Europa, em Lovaina e Lyon.

Foco intelectual / projeto público. Teologia da Libertação, opção pelos pobres e transformação social fundada na fé cristã.

Fonte biográfica indicativa: [S46].

Leonardo Boff (1938)

Família, lugar e recursos. Concórdia (Brasil); família descendente de imigrantes italianos, experiência cultural católica local.

Escola e redes sociais. Seminários em PR e SP, filosofia em Curitiba, teologia em Petrópolis, doutorado em Munique.

Foco intelectual / projeto público. Teologia da Libertação, ecologia integral, justiça social e espiritualidade franciscana.

Fonte biográfica indicativa: [S47].

B. Espiritualidades transcendentes distintas (T2)

Ralph Waldo Emerson (1803)

Família, lugar e recursos. Boston (EUA); filho de pastor unitarista. A morte do pai reduziu os recursos familiares; a mãe e a tia Mary Moody foram formadoras decisivas.

Escola e redes sociais. Harvard; atuação como professor e pastor; diálogo com intelectuais transcendentalistas da Nova Inglaterra.

Foco intelectual / projeto público. Autonomia da consciência, relação entre natureza, espírito e confiança em si.

Fonte biográfica indicativa: [S01].

Alfred Russel Wallace (1823)

Família, lugar e recursos. Usk (País de Gales); família de recursos limitados, que exigiu trabalho precoce.

Escola e redes sociais. Escolarização limitada; agrimensura com o irmão, magistério e autoeducação científica; amizade com H. W. Bates.

Foco intelectual / projeto público. Seleção natural e pesquisa biológica; posteriormente, defesa pública do espiritualismo.

Fonte biográfica indicativa: [S13].

Camille Flammarion (1842)

Família, lugar e recursos. Montigny-le-Roi (França); família de recursos modestos; mudança para Paris e trabalho juvenil.

Escola e redes sociais. Aprendiz de gravador, cursos noturnos e trabalho no Observatório de Paris; sociedades astronômicas.

Foco intelectual / projeto público. Astronomia popular e indagação espiritualista sobre sobrevivência e pluralidade dos mundos.

Fonte biográfica indicativa: [S17].

Mahatma Gandhi (1869)

Família, lugar e recursos. Porbandar (Índia); pai ocupava função de administrador político regional; família com prestígio administrativo.

Escola e redes sociais. Estudos em Gujarat e formação jurídica no Inner Temple, Londres; experiências profissionais na África do Sul.

Foco intelectual / projeto público. Não violência, autonomia moral e resistência civil à dominação colonial.

Fonte biográfica indicativa: [S27].

C. Éticas e explicações de horizonte imanente (I)

Ludwig Feuerbach (1804)

Família, lugar e recursos. Landshut (Baviera); filho de jurista eminente, em meio familiar culto e profissionalmente estabelecido.

Escola e redes sociais. Ginásio de Ansbach; teologia em Heidelberg, filosofia com Hegel em Berlim, doutorado e ensino em Erlangen.

Foco intelectual / projeto público. Interpretar Deus e a religião como projeções de atributos humanos; crítica antropológica do cristianismo.

Fonte biográfica indicativa: [S03].

John Stuart Mill (1806)

Família, lugar e recursos. Londres; filho de James Mill, intelectual aliado de Jeremy Bentham; acesso privilegiado à instrução doméstica intensiva.

Escola e redes sociais. Educado em casa pelo pai; experiência profissional na Companhia das Índias Orientais; interlocução intelectual com Harriet Taylor.

Foco intelectual / projeto público. Liberdade de expressão, utilitarismo, emancipação das mulheres e limites do poder social.

Fonte biográfica indicativa: [S05].

Pierre-Joseph Proudhon (1809)

Família, lugar e recursos. Besançon; família de poucos recursos, filho de trabalhador do setor de barris; infância com trabalho no campo.

Escola e redes sociais. Bolsa no colégio local, estudos interrompidos pela pobreza; aprendizagem e trabalho como tipógrafo.

Foco intelectual / projeto público. Mutualismo, crítica à propriedade concentrada, federalismo e rejeição do poder centralizado.

Fonte biográfica indicativa: [S06].

Karl Marx (1818)

Família, lugar e recursos. Trier (Prússia); filho de advogado de origem judaica, família instruída e relativamente estável; mais tarde enfrentou dificuldades no exílio.

Escola e redes sociais. Ginásio humanista; Direito em Bonn, filosofia em Berlim, doutorado pela Universidade de Jena; rede com Engels.

Foco intelectual / projeto público. Crítica da economia capitalista, teoria das classes e transformação das relações de produção.

Fonte biográfica indicativa: [S10].

Friedrich Engels (1820)

Família, lugar e recursos. Barmen (Alemanha); filho de industrial do setor têxtil, com recursos e acesso à vida empresarial.

Escola e redes sociais. Formação escolar comercial e aprendizagem nos negócios; experiência nas fábricas de Manchester; cooperação com Marx.

Foco intelectual / projeto público. Análise do trabalho industrial, materialismo histórico e organização do socialismo revolucionário.

Fonte biográfica indicativa: [S11].

Friedrich Nietzsche (1844)

Família, lugar e recursos. Röcken (Prússia); filho de pastor luterano; a morte precoce do pai alterou a estrutura familiar.

Escola e redes sociais. Colégio Schulpforta; universidades de Bonn e Leipzig, filologia; interlocução com Wagner e depois ruptura.

Foco intelectual / projeto público. Genealogia da moral, crítica do ressentimento, vontade de poder e autossuperação.

Fonte biográfica indicativa: [S18].

Sigmund Freud (1856)

Família, lugar e recursos. Freiberg/Morávia; família judaica de comerciantes de lã; transferiu-se a Viena e conheceu dificuldades financeiras.

Escola e redes sociais. Escola em Viena e Medicina na Universidade de Viena; círculos médicos e científicos.

Foco intelectual / projeto público. Psicanálise, inconsciente, conflitos psíquicos e crítica psicológica da religião.

Fonte biográfica indicativa: [S20].

Émile Durkheim (1858)

Família, lugar e recursos. Épinal (França); família judaica com sucessivas gerações de rabinos, instrução familiar estável.

Escola e redes sociais. École Normale Supérieure e estudos acadêmicos; universidades de Bordeaux e Sorbonne.

Foco intelectual / projeto público. Coesão social, moral como fato social, religião como instituição e educação.

Fonte biográfica indicativa: [S22].

Jean Jaurès (1859)

Família, lugar e recursos. Castres (França); origem na pequena burguesia provincial, sem fortuna aristocrática.

Escola e redes sociais. École Normale Supérieure e agregação em filosofia; universidade, imprensa e movimento operário.

Foco intelectual / projeto público. Socialismo democrático, pacifismo, direitos dos trabalhadores e deliberação parlamentar.

Fonte biográfica indicativa: [S23].

John Dewey (1859)

Família, lugar e recursos. Burlington, Vermont (EUA); pai comerciante, mãe religiosa; ambiente familiar alfabetizado.

Escola e redes sociais. Escola pública, Universidade de Vermont e doutorado na Johns Hopkins; universidades de Michigan, Chicago e Columbia.

Foco intelectual / projeto público. Educação pela experiência, investigação crítica e democracia participativa.

Fonte biográfica indicativa: [S24].

Vladimir Lênin (1870)

Família, lugar e recursos. Simbirsk (Rússia); filho de inspetor/diretor de escolas, família instruída e com posição na burocracia imperial.

Escola e redes sociais. Ginásio local; breve passagem pela Universidade de Kazan, expulso; estudos jurídicos independentes e militância.

Foco intelectual / projeto público. Partido revolucionário de vanguarda, tomada do Estado e projeto comunista soviético.

Fonte biográfica indicativa: [S28].

Rosa Luxemburgo (1871)

Família, lugar e recursos. Zamość (Polônia sob domínio russo); filha de comerciante de madeira em família judaica.

Escola e redes sociais. Ginásio de Varsóvia e Universidade de Zurique; pesquisa econômica e redes socialistas europeias.

Foco intelectual / projeto público. Marxismo, democracia, internacionalismo e crítica a formas de autoritarismo.

Fonte biográfica indicativa: [S29].

Antonio Gramsci (1891)

Família, lugar e recursos. Ales, Sardenha (Itália); pai servidor público e família que enfrentou pobreza após prisão do pai.

Escola e redes sociais. Ensino secundário em Cagliari, bolsa à Universidade de Turim; jornalismo e organização de trabalhadores.

Foco intelectual / projeto público. Hegemonia cultural, educação, intelectuais e formação do consentimento político.

Fonte biográfica indicativa: [S32].

Mao Zedong (1893)

Família, lugar e recursos. Shaoshan, Hunan (China); família camponesa relativamente próspera, pai exigia trabalho na propriedade.

Escola e redes sociais. Escola primária, estudos autodidatas e escola normal em Changsha; movimentos revolucionários.

Foco intelectual / projeto público. Comunismo chinês, mobilização das massas e reorganização coercitiva de instituições e produção.

Fonte biográfica indicativa: [S33].

Herbert Marcuse (1898)

Família, lugar e recursos. Berlim (Alemanha); pai comerciante próspero, família com recursos e acesso a escolas superiores.

Escola e redes sociais. Ginásio e estudos universitários em Friburgo; Heidegger, depois Instituto de Pesquisa Social.

Foco intelectual / projeto público. Crítica do consumo, sociedade industrial, necessidades fabricadas e repressão.

Fonte biográfica indicativa: [S36].

Theodor W. Adorno (1903)

Família, lugar e recursos. Frankfurt (Alemanha); pai comerciante de vinhos abastado, mãe cantora católica; infância culturalmente privilegiada.

Escola e redes sociais. Universidade de Frankfurt, estudos musicais em Viena; redes com Kracauer, Benjamin e Escola de Frankfurt.

Foco intelectual / projeto público. Indústria cultural, autoritarismo, racionalidade instrumental e crítica social.

Fonte biográfica indicativa: [S38].

Michel Foucault (1926)

Família, lugar e recursos. Poitiers (França); família burguesa, pai cirurgião; acesso amplo à escolarização.

Escola e redes sociais. Liceus, École Normale Supérieure, filosofia e psicologia; instituições acadêmicas europeias.

Foco intelectual / projeto público. Relações saber-poder, disciplina, instituições e produção histórica de subjetividades.

Fonte biográfica indicativa: [S45].

D. Pontes e posições que resistem à dicotomia (P)

Alexis de Tocqueville (1805)

Família, lugar e recursos. Paris; família aristocrática francesa que sofreu perseguições durante a Revolução; dispunha de capital social e cultural.

Escola e redes sociais. Educação com preceptor; liceu de Metz e estudos de Direito em Paris; experiências judiciais e viagem aos EUA.

Foco intelectual / projeto público. Democracia, associações civis, proteção das liberdades e risco da tirania da maioria.

Fonte biográfica indicativa: [S04].

Charles Darwin (1809)

Família, lugar e recursos. Shrewsbury (Inglaterra); pai médico próspero, parentesco com industriais Wedgwood; infância economicamente protegida.

Escola e redes sociais. Escola tradicional; universidades de Edimburgo e Cambridge; experiência científica no HMS Beagle.

Foco intelectual / projeto público. Explicar a diversificação biológica por seleção natural; teoria científica, não programa ético-político.

Fonte biográfica indicativa: [S07].

William Crookes (1832)

Família, lugar e recursos. Londres; filho de alfaiate que construiu negócio próspero; ampla família.

Escola e redes sociais. Escola de Weybridge e Royal College of Chemistry; laboratório de Hofmann e redes científicas britânicas.

Foco intelectual / projeto público. Química experimental e pesquisa de alegados fenômenos mediúnicos, estes controversos cientificamente.

Fonte biográfica indicativa: [S16].

Max Weber (1864)

Família, lugar e recursos. Erfurt (Alemanha); pai político e jurista, mãe de família culta; meio abastado e conectado à elite.

Escola e redes sociais. Universidades de Heidelberg e Berlim; Direito, economia, história e sociologia; associações acadêmicas.

Foco intelectual / projeto público. Dominação legítima, ética da responsabilidade, racionalização e relações entre religião e economia.

Fonte biográfica indicativa: [S25].

Carl Gustav Jung (1875)

Família, lugar e recursos. Kesswil (Suíça); filho de pastor protestante; ambiente familiar religioso e intelectual.

Escola e redes sociais. Medicina na Universidade de Basileia; clínica Burghölzli em Zurique; interlocução inicial com Freud.

Foco intelectual / projeto público. Psicologia analítica, símbolos, experiência religiosa e individuação; não equivalem a prova de sobrevivência.

Fonte biográfica indicativa: [S30].

F. A. Hayek (1899)

Família, lugar e recursos. Viena (Áustria); pai médico e botânico, família de tradição acadêmica e meios culturais.

Escola e redes sociais. Ginásios vienenses, serviço militar e Universidade de Viena (Direito e Economia); escola austríaca.

Foco intelectual / projeto público. Conhecimento disperso, liberdade econômica e limites do planejamento central.

Fonte biográfica indicativa: [S37].

Hannah Arendt (1906)

Família, lugar e recursos. Linden/Hannover (Alemanha); família judaica secular, social-democrata, de forte capital cultural.

Escola e redes sociais. Estudos em Marburgo e Heidelberg com Heidegger e Jaspers; experiência do exílio nazista.

Foco intelectual / projeto público. Totalitarismo, julgamento, pluralidade, ação e responsabilidade no espaço público.

Fonte biográfica indicativa: [S40].

Paulo Freire (1921)

Família, lugar e recursos. Recife (Brasil); família de classe média que sofreu empobrecimento após crise de 1929 e morte do pai.

Escola e redes sociais. Colégio 14 de Julho, bolsa no Oswaldo Cruz, Faculdade de Direito do Recife; redes educacionais e populares.

Foco intelectual / projeto público. Alfabetização de adultos, diálogo, consciência crítica e educação vinculada à liberdade.

Fonte biográfica indicativa: [S44].

O que chamaremos — e o que não chamaremos — de “missão”

No plano histórico, “missão” significa projeto publicamente reconhecível: obras publicadas, organizações criadas, decisões documentadas e repercussão social. No plano confessional espírita, missão pode significar compromisso assumido pelo Espírito antes da encarnação, mas não se deduz a partir

da pobreza, da riqueza, do nascimento simultâneo ou da orientação política. A ausência de fontes não autoriza preencher lacunas com intuição.

A hipótese de que **KARDEC** e interlocutores espirituais atuaram em um período de grande reformulação intelectual é legítima como leitura doutrinária; transformá-la em prova de coordenação espiritual entre o nascimento de Marx, Darwin, Nietzsche e outros extrapolaria os registros. Tampouco existe base para afirmar que pensadores não religiosos foram assistidos por Espíritos inferiores.

Discernimento dos “anjos do Senhor” e das influências espirituais

Em *O Livro dos Espíritos*, as questões 459–461 abordam a influência espiritual sobre pensamentos e atos, mas também a dificuldade de distinguir pensamentos próprios de sugestões e a relevância da liberdade. A questão 469 associa a resistência às más influências à prática do bem. Essas passagens fundamentam uma possibilidade interpretativa na tradição espírita, não uma técnica de identificação de quais Espíritos acompanharam cada personagem histórico. [S48–S49]

Limite decisivo. É impossível determinar documentalmente, a partir de dados civis e escolares,

quais “anjos do Senhor” ou Espíritos inferiores acompanharam **KARDEC**, Marx, Gramsci, Gandhi, Nietzsche ou qualquer outro indivíduo. Tampouco é legítimo atribuir obsessão ou assistência superior com base em votos, partidos, ateísmo, classe social ou filiação religiosa.

É possível, no entanto, estudar o conteúdo moral das obras e das ações verificáveis. Sugere-se aplicar a todos, sem exceções, os mesmos parâmetros: liberdade de consciência, respeito à pessoa, disposição à verdade, responsabilidade pelos resultados, método de ação (violento ou não violento), prática da justiça, auxílio ao vulnerável e abertura à autocrítica. Isso avalia ideias e práticas; não pretende julgar o destino espiritual de ninguém.

Matriz prospectiva de relações — sem pontuação artificial

Um contraponto necessário: *Socialismo e Espiritismo*

Léon Denis não cabe numa oposição simplista entre Espiritismo e preocupação social. Seu *Socialismo e Espiritismo* (publicado em textos de 1924) reconhece questões de injustiça e solidariedade, contrapondo-se ao materialismo e à violência como meios de

transformação. O caso de Denis impede que "espiritualista" seja usado como sinônimo de antissocialista, assim como a trajetória de Paulo Freire e da Teologia da Libertação impede que "preocupação com os pobres" seja confundida com negação da transcendência. [S19, S44, S46, S47, S51]

Síntese provisória

As biografias mostram que o século XIX e o XX foram atravessados por caminhos diferentes de elaboração moral e social. Há filhos de famílias nobres defendendo reformas sociais; pessoas de origem modesta organizando filosofias espiritualistas; religiosos engajados na proteção dos pobres; e pensadores seculares preocupados com liberdade e justiça. O contraste relevante não é entre dois conjuntos de almas de proveniência conhecida, mas entre concepções de ser humano e formas historicamente documentadas de agir.

A investigação poderá formular hipóteses sobre afinidades coletivas ou "egrégoras" desde que não confunda história social, adesão filosófica e atribuição mediúnica. O caráter de cada autor exige exame de suas obras e condutas; a identidade e atuação dos Espíritos que eventualmente o inspiraram permanece fora do alcance verificável desta tábua.

Fontes biográficas e doutrinárias consultadas

As referências abaixo fundamentam fatos biográficos gerais. Nas fichas, a indicação [Snn] remete a esta relação. A expressão “recursos limitados”, quando utilizada, descreve condições gerais narradas por fontes; não representa cálculo de renda histórica. Algumas biografias institucionais são confessionais e exigem contraste quando houver versões divergentes.

[S01] Emerson Memorial Association / Harvard Square Library. https://rwema.org/bio-ralph-waldo-emerson

[S02] Federação Espírita de Mato Grosso do Sul, biografia de Rivail. https://fems.org.br/r/hippolyte-leon-denizard-rivail-allan-**KARDEC**-1804-1869/2833/

[S03] Stanford Encyclopedia of Philosophy, Feuerbach. https://plato.stanford.edu/archives/spr2006/entries/ludwig-feuerbach/

[S04] Cambridge UP, cronologia de Tocqueville. https://www.cambridge.org/core/books/abs/tocqueville-on-america-after-1840/chronology/0AD24F8B3EAADF2BD850013E4616D10C

[S05] Stanford Encyclopedia of Philosophy, John Stuart Mill. https://plato.stanford.edu/entries/mill/

[S06] Larousse, Pierre-Joseph Proudhon. https://www.larousse.fr/encyclopedie/personnage/Pierre_Joseph_Proudhon/139696

[S07] Christ’s College Cambridge, Darwin’s Childhood. https://darwin200.christs.cam.ac.uk/childhood

[S08] Treccani, enciclopédia dos papas, Leone XIII. https://www.treccani.it/enciclopedia/leone-xiii_%28Enciclopedia-dei-Papi%29/

[S09] Stanford Encyclopedia of Philosophy, Søren Kierkegaard. https://plato.stanford.edu/entries/kierkegaard/

[S10] Karl Marx House Museum, biografia. https://www.fes.de/en/museum-karl-marx-haus/education/short-biography-of-karl-marx

[S11] American Journal of Public Health, Engels: Businessman and Revolutionary. https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC1447947/

[S12] Encyclopedia.com, Fyodor Dostoyevsky. https://www.encyclopedia.com/history/encyclopedias-almanacs-transcripts-and-maps/dostoyevsky-fyodor-mikhailovich

[S13] Natural History Museum, Alfred Russel Wallace. https://www.nhm.ac.uk/discover/who-was-alfred-russel-wallace.html

[S14] Museu de Tolstói, biografia. https://www.tolstoy.ru/life/biography/

[S15] Câmara Municipal do Rio de Janeiro, biografia de Bezerra de Menezes. https://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro0711.nsf/18c1dd68f96be3e7832566ec0018d833/c317364be95aa5de032576b3006f2fe3?OpenDocument=&Start=1.1.1.12

[S16] Oxford Dictionary of National Biography, William Crookes. https://academic.oup.com/oxford-dictionary-of-national-biography/reference/63486/reference-article-abstract/579939047

[S17] Science Museum Group, Camille Flammarion. https://collection.sciencemuseumgroup.org.uk/people/ap28050/flammarion-camille

[S18] Stanford Encyclopedia of Philosophy, Nietzsche: Life and Works. https://plato.stanford.edu/entries/nietzsche-life-works/

[S19] Centro Espírita Trabalhadores de Jesus, Léon Denis. https://www.cetj.org.br/leon-denis/

[S20] Freud Museum London, Who was Sigmund Freud?. https://www.freud.org.uk/schools/resources/who-was-sigmund-freud/

[S21] União Espírita Mineira, Gabriel Delanne. https://uemmg.org.br/biografias/gabriel-delanne/

[S22] USP, Enciclopédia de Antropologia, Durkheim. https://ea.fflch.usp.br/autor/emile-durkheim

[S23] Bibliothèque nationale de France, Jean Jaurès. https://gallica.bnf.fr/accueil/fr/html/jean-jaures-une-figure-emblematique-de-la-republique-et-du-socialisme?mode=desktop

[S24] Stanford Encyclopedia of Philosophy, John Dewey. https://plato.stanford.edu/entries/dewey/

[S25] Stanford Encyclopedia of Philosophy, Max Weber. https://plato.stanford.edu/entries/weber/

[S26] Fundação Espírita Irmão Glacus, Cairbar Schutel. https://feig.org.br/2020/10/25/caibar-de-souza-schutel/

[S27] Bombay High Court Virtual Museum, Gandhi. https://bombayhighcourt.nic.in/vmuseum/applications/M.%20K.%20Gandhi/mkgandhi.html

[S28] Museu Lênin, biografia. https://lenin.shm.ru/en/main-page/biography/

[S29] Rosa-Luxemburg-Stiftung, Life of Rosa Luxemburg. https://www.rosalux.de/en/foundation/historical-centre-for-democratic-socialism-1/rosa-luxemburg/the-life-of-rosa-luxemburg

[S30] Sociedade Psicológica de Basileia, Jung: biografia. https://www.psychologische-gesellschaft-basel.ch/bibliothek/c.-g.-jung/biographie/

[S31] Vaticano, biografia de João XXIII. https://www.vatican.va/content/john-xxiii/en/biography/documents/hf_j-xxiii_bio_16071997_biography.html

[S32] Stanford Encyclopedia of Philosophy, Gramsci. https://plato.stanford.edu/entries/gramsci/

[S33] Columbia University, Mao: The Early Years. https://afe.easia.columbia.edu/special/china_1900_mao_early.htm

[S34] American National Biography, Dorothy Day. https://academic.oup.com/american-national-biography/reference/63042/reference-article-abstract/570341840

[S35] Vaticano, biografia de Paulo VI. https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/biografia/documents/hf_p-vi_spe_20190722_biografia.html

[S36] American National Biography, Herbert Marcuse. https://academic.oup.com/american-national-biography/reference/63042/reference-article-abstract/570473731

[S37] Oxford Dictionary of National Biography, F. A. Hayek. https://academic.oup.com/oxford-dictionary-of-national-biography/reference/63486/reference-article-abstract/580631146

[S38] Stanford Encyclopedia of Philosophy, Theodor Adorno. https://plato.stanford.edu/entries/adorno/

[S39] Deutsches Historisches Museum, Dietrich Bonhoeffer. https://www.dhm.de/lemo/biografie/dietrich-bonhoeffer

[S40] Universidade de Marburg, Hannah Arendt. https://www.uni-marburg.de/de/universitaet/administration/verwaltung/stabsstellen/frauen/aktiv/hannah-arendt

[S41] Fundação Dom Hélder Câmara, Sua História. https://domheldercamara.org.br/sua-historia/

[S42] Prefeitura de Pedro Leopoldo, Chico Xavier. https://pl.mg.gov.br/turismo/personalidades/

[S43] Fundação Herculano Pires, biografia. https://www.fundacaoherculanopires.org.br/quem-somos/herculano-pires/biografia

[S44] Instituto Paulo Freire, biografia. https://www.paulofreire.org/biografia

[S45] Collège de France, Michel Foucault. https://www.college-de-france.fr/en/chair/michel-foucault-history-of-systems-of-thought-statutory-chair/biography

[S46] Instituto Bartolomé de Las Casas, Gustavo Gutiérrez. https://bcasas.org.pe/gustavo-gutierrez/

[S47] Leonardo Boff, biografia oficial. https://leonardoboff.org/biografia/

[S48] Kardecpedia, *O Livro dos Espíritos*, questões 459–461. https://www.kardecpedia.com/roteiro-de-estudos/2/o-livro-dos-espiritos/67/parte-segunda-do-mundo-espirita-ou-mundo-dos-espiritos

[S49] Kardecpedia, *O Livro dos Espíritos*, questão 469. https://search.nepebrasil.org/livro-dos-espiritos/469

[S50] Encyclopaedia Iranica, Gnosticism. https://www.iranicaonline.org/articles/gnosticism/

[S51] Léon Denis, *Socialismo e Espiritismo*, texto de 1924. https://www.marxists.org/portugues/denis/1924/espiritismo/index.htm

Do legado histórico às circunstâncias do século XXI

Os homens e mulheres desta tábua não se convertem em egrégoras políticas do presente por simples continuidade de nomes. Suas obras circulam, são traduzidas, selecionadas, reinterpretadas, disputadas e muitas vezes simplificadas por instituições posteriores. O elo verificável entre um pensamento do século XIX e uma prática social atual precisa passar por esses veículos concretos de transmissão. Uma identidade política contemporânea pode combinar referências religiosas, críticas econômicas, valores familiares e discursos contraditórios sem corresponder integralmente a qualquer autor clássico.

Também por isso a formação do caráter não pode ser encerrada na infância. Os cinco condicionantes oferecem um mapa inicial; as escolhas, os vínculos e as experiências posteriores continuam a modificá-lo. A hipótese espiritual de uma missão não elimina esse processo. Pelo contrário, em nossa interpretação, o compromisso só ganha forma humana mediante desenvolvimento, discernimento, trabalho e responsabilidade, frequentemente sem que o próprio sujeito perceba a extensão do que realiza.

É nesse ponto que as gerações estudadas encontram as crianças e os jovens de nosso tempo. As primeiras legaram conhecimentos, métodos, instituições e conflitos. Os segundos recebem um mundo no qual a escola, a família, o trabalho, a fé, o Estado e, em certos territórios, o poder criminoso disputam condições reais de influência. Não se trata de uma repetição mecânica do passado; trata-se de compreender que a história intelectual só se torna experiência moral quando encontra pessoas concretas e circunstâncias efetivas.

As trajetórias históricas e o critério das três viagens

As 47 trajetórias estudadas oferecem diversidade suficiente para afastar a ideia de uma escola única do caráter. Alguns receberam formação privilegiada, outros enfrentaram pobreza, rupturas e aprendizagem autodidata; uns permaneceram próximos de suas tradições, outros as interrogaram ou abandonaram. A imagem das viagens pode auxiliar a formular perguntas sobre revisão de convicções, consideração do próximo e uso público do conhecimento. Não fornece, entretanto, um instrumento para pontuar a virtude de pensadores mortos ou estabelecer qual deles cumpriu missão espiritual.

Quando recuperamos a continuidade dos conhecimentos entre gerações, o movimento mais importante não é a busca de uma genealogia espiritual demonstrável, mas a possibilidade de reconhecer frutos históricos: educar, cuidar, produzir ideias, organizar instituições, criticar injustiças e ampliar meios de convivência. A formação de uma consciência não se reduz a seus recursos familiares nem a seus diplomas; o emprego de suas capacidades permanece questão aberta à investigação de atos, contextos e consequências.

Reflexão de passagem — Parte III

A história dos pensadores e trabalhadores reúne divergências intelectuais profundas, mas também a persistência de perguntas humanas acerca do sentido da existência, da justiça e da educação. A ***TÁBUA DOS SABERES*** não descreve uma frente única nem uma progressão inevitável rumo a uma doutrina. Ela revela a circulação, a contestação e a transformação de ideias, enquanto escolas, livros, associações e instituições conservam ou reformulam aquilo que receberam.

Na interpretação espírita, a possibilidade de missões e retornos sucessivos acrescenta outro horizonte à investigação. Esse horizonte não nos autoriza identificar vidas anteriores a partir de simples semelhanças históricas. Os testemunhos mediúnicos

efetivamente documentados merecem ser apresentados com suas atribuições e critérios próprios; as aproximações que formulamos continuam reconhecidas como hipóteses do autor. A continuidade mais acessível ao exame histórico está nas obras e nos frutos que atravessam gerações.

PARTE IV — AS LEIS MORAIS E AS CONDIÇÕES DO RETORNO

O retorno não é um deslocamento eleitoral

Depois de examinar coletividades, escolas, territórios e biografias, o problema volta ao encontro de duas pessoas. Uma pode modificar sua posição política por interesse; outra pode manter a mesma convicção e aprender a conviver de forma mais justa. A transformação moral não se confunde, portanto, com a migração entre egrégoras. Seu critério deve ser buscado na maneira como a pessoa reconhece o outro, repara o dano, exerce o próprio direito e responde pelos frutos de suas escolhas.

A parábola do filho pródigo oferece referência de misericórdia e abertura ao reencontro. Em nossa releitura, a ausência do pai é indispensável: não existe uma pessoa capaz de impor a todos o mesmo perdão, a mesma confiança ou o mesmo restabelecimento de relações. A caridade pode orientar o auxílio, sem dispensar justiça, proteção e responsabilidade. O caso de quem retorna de uma organização criminosa requer ainda distinções jurídicas e de segurança que não estão presentes no simples retorno político ou familiar.

Apresentação — a pergunta que a quarta matriz acrescenta

O primeiro cenário de ***VOLTAMOS*** examinou duas egrégoras politicamente divergentes, as consequências do exercício do poder e a possibilidade de um retorno marcado pelo orgulho. As conversas agora reunidas acrescentam um problema que não se esgota na consciência do filho que regressa: o que aconteceu com aqueles que permaneceram, trabalharam, preservaram seus recursos e continuam responsáveis por sustentar a convivência?

A hipótese literária torna mais exigente a parábola: e se o pai já não estivesse presente para mediar o reencontro? O filho que dissipou sua parte encontraria o irmão que permaneceu e uma comunidade que possui direitos, deveres e limites. O retorno passaria a exigir a negociação de responsabilidades, sem o desaparecimento da fraternidade. É preciso distinguir, porém, a propriedade familiar na ficção do patrimônio público de uma democracia: nenhum grupo eleitoral é dono dos recursos, das instituições ou dos direitos sociais.

O material de origem contém cinco núcleos argumentativos: a ausência do pai e suas consequências; a articulação entre direitos sociais, caridade educativa e

reparação; a reconstrução de relações entre pessoas antes próximas e hoje divididas politicamente; os efeitos de crises econômicas sobre valores, saúde relacional e pertencimento; e a ação ambivalente da comunicação digital, capaz de fortalecer tanto a solidariedade quanto o fechamento grupal. A presente sistematização organiza esses núcleos numa quarta matriz que complementa as três anteriores.

1. Objeto, problema de pesquisa e objetivos

Objeto. As relações entre pertencimento às egrégoras políticas A e B, experiências econômicas adversas, atribuição de responsabilidade, disposição para ajudar, condições de reinserção e possibilidade de transformação moral, em contexto de polarização social.

Problema central. Quando pessoas que celebraram determinada escolha política passam a enfrentar dificuldades e procuram recompor condições anteriores de vida, como se reorganizam as relações com os que divergiram delas, especialmente se estes também suportaram perdas ou preservaram recursos pelo próprio trabalho?

Objetivo geral. Investigar, por meio de uma matriz relacional e de cenários contrastantes, de que modo o acolhimento, o direito à proteção social, a reparação e a autonomia podem coexistir após conflitos políticos e

adversidades econômicas, sem converter a solidariedade em cumplicidade com abusos nem a responsabilização em punição pela escolha eleitoral.

Objetivos específicos

• Identificar quais consequências econômicas e sociais são demonstráveis e quais permanecem como hipóteses prospectivas, distinguindo causalidade de mera simultaneidade.

• Examinar como o pertencimento grupal e o orgulho podem facilitar ou dificultar a revisão de convicções diante de fatos contrários.

• Analisar as respostas relacionais possíveis entre antigos conhecidos: rejeição, acolhimento, negociação de limites, cooperação e ruptura.

• Distinguir deveres juridicamente exigíveis, compromissos éticos de reparação e iniciativas voluntárias de caridade educativa.

• Investigar as condições concretas de ajuda, inclusive a capacidade instalada, o esforço compartilhado e as oportunidades de autonomia.

• Analisar a participação da comunicação digital na ampliação da polarização, na aprendizagem e na organização da solidariedade.

• Integrar a matriz de retorno às matrizes I, II e III, sem pressupor simetria de responsabilidades ou fixar antecipadamente um resultado moral.

2. Hipótese geral e hipóteses dimensionais

Hipótese geral. A adversidade econômica não conduz necessariamente ao arrependimento nem ao aprendizado. Seus efeitos sobre a convivência entre egrégoras dependem, entre outras condições, do vínculo anterior entre as pessoas, da interpretação que fazem das causas da crise, do orgulho de pertencimento, da existência de alternativas materiais, do grau de proteção jurídica e da qualidade das iniciativas de acolhimento e responsabilização.

O núcleo narrativo indicado pelo autor é o retorno sem reconhecimento: a pessoa deseja recuperar segurança e convivência, mas resiste a revisar a identidade política celebrada no passado. Essa figura deve ser examinada como possibilidade moral presente em indivíduos e subgrupos, não como diagnóstico da totalidade dos eleitores de uma candidatura.

Reprodução reduzida do quadro integral (ampliável no PDF; consultar o Volume II).

Hipótese	Relação proposta	Observação possível
H1 — Identidade e orgulho	Quanto mais a identidade partidária se confundir com o valor pessoal, maior poderá ser a resistência à autocrítica.	Declarações sobre erros do próprio grupo; disposição a aplicar o mesmo critério a aliados e opositores.
H2 — Percepção da adversidade	Dificuldades semelhantes podem ser interpretadas de formas opostas conforme as narrativas coletivas.	Renda, emprego, preços, dívida familiar e interpretações registradas em entrevistas ou fontes comparáveis.
H3 — Responsabilidade causal	O reconhecimento de responsabilidades dependerá de evidências, conhecimento disponível e capacidade de participação, não apenas do voto.	Atos, datas, competências, decisões efetivas, provas e alternativas existentes.
H4 — Proximidade relacional	Laços anteriores podem facilitar cooperação, mas também agravar mágoa quando houve humilhação política.	História de convivência, rupturas, pedidos de ajuda, mediação, reconciliação.
H5 — Recursos e ônus	O esforço de alguns para preservar recursos pode gerar tensão quando se considera injusta sua distribuição posterior.	Patrimônio familiar, capacidade de ajuda, despesas comuns, regras e encargos legais.
H6 — Caridade e autonomia	Ajuda acompanhada de oportunidades reais de autonomia pode produzir resultados mais sustentáveis que assistência isolada.	Acesso a trabalho, educação, assistência, acompanhamento voluntário e resultados observáveis.
H7 — Justiça e dignidade	A exigência de reparação pode favorecer a reconstrução da confiança, desde que proporcional e sem humilhação.	Dano comprovado, capacidade de reparação, consentimento em acordos, respeito a direitos.
H8 — Mediação digital	Redes digitais podem tanto cristalizar antagonismos quanto organizar colaboração em crise.	Conteúdos compartilhados, formação de grupos, mobilizações de apoio e correção de informações.
H9 — Aprendizado moral	A mudança efetiva se revelará mais pela continuidade da conduta que por declarações momentâneas.	Revisão de práticas, prestação de contas, cooperação estável e reconhecimento de limites.

Quadro IV.1 — Hipóteses dimensionais e observações possíveis. Ver Anexo IV.

As hipóteses são instrumentos de investigação, não constatações empíricas já realizadas.

3. Sustentação filosófica, doutrinária e jurídica

A parábola e a ausência do pai

Em Lucas 15,11–32, o pai está vivo quando o filho retorna. A narrativa inclui a partilha inicial, a dissipação dos recursos, a experiência de privação, o reconhecimento do erro e a acolhida paterna; inclui

também a resistência do irmão mais velho. A morte anterior do pai, portanto, é uma construção contrafactual do autor, legítima como recurso literário, mas não deve ser apresentada como continuação do texto evangélico.

No cenário contrafactual, a ausência da mediação paterna desloca o conflito para os irmãos e para a comunidade. Não autoriza, porém, concluir automaticamente como se daria a herança no direito judaico antigo: a transmissão e a administração dos bens dependeriam de condições jurídicas não estabelecidas pela narrativa. Também seria indevido tratar o patrimônio público brasileiro como se fosse herança privada administrada exclusivamente pelo “irmão que ficou”.

Nota metodológica da Parte IV — por que o pai não permanece

A ausência do pai nesta releitura não resulta de uma conveniência partidária, nem da intenção de impedir que sua autoridade determinasse a acolhida do filho. É uma decisão metodológica fundada na diferença entre a unidade de uma família narrada no Evangelho e a pluralidade de vínculos existentes numa sociedade. Em Lucas 15,11–32, um pai concreto acolhe o filho no âmbito de sua casa; o mesmo gesto, reproduzido como decisão única para milhões de cidadãos, apagaria as particularidades das relações em que perdão, reparação e reinclusão são vividos.

As egrégoras políticas, designadas na hipótese por A e B, representam configurações coletivas de pertencimento e influência. Os contingentes eleitorais frequentemente mencionados como “milhões de um lado e do outro” não correspondem a sujeitos morais homogêneos, nem funcionam como duas pessoas que possam perdoar-se, reconciliar-se ou decidir conjuntamente a vida privada de seus integrantes. A cultura do grupo pode influenciar atitudes, expectativas e linguagem, mas não substitui a consciência singular nem autoriza inferir a conduta de um indivíduo a partir de seu voto.

Retirado o pai como mediador universal da cena construída, a questão do retorno desloca-se para encontros concretos: irmãos que conservam mágoas distintas, cônjuges que precisam recuperar confiança, amigos que se afastaram, familiares que repartem responsabilidades e equipes que avaliam a possibilidade de recomposição do trabalho. Cada relação tem sua história, seus danos eventualmente demonstráveis, suas capacidades de ajuda e seus limites. Pode haver acolhimento sem reconciliação imediata, perdão íntimo sem retomada da convivência, reparação proporcional sem restituição de confiança, ou reinclusão pactuada quando existirem condições efetivas.

A escolha contrafactual não apaga a figura de Deus, nem retifica a parábola de Jesus: o pai permanece vivo no relato evangélico e sua misericórdia conserva o valor religioso da narrativa. O que desaparece do modelo sociológico é a expectativa de uma autoridade humana capaz de resolver, por todos, o conflito moral. O Estado assegura direitos e aplica normas gerais; não pode ordenar sentimentos, impor reconciliações pessoais ou dispensar a reparação juridicamente devida.

Justiça, caridade e conhecimento de si

Em *O Livro dos Espíritos*, a questão 886 apresenta a caridade como benevolência, indulgência e perdão, e a

explicação subsequente relaciona a caridade à justiça e ao respeito pelos desfavorecidos. A questão 919 propõe o exame da própria consciência; a questão 785 identifica orgulho e egoísmo como obstáculos ao progresso moral. As questões 795 a 797 abordam a transformação das leis humanas e a contribuição da educação para a reforma moral. São referências doutrinárias para as categorias de responsabilidade, reconciliação e aprendizagem, não explicações científicas de filiação partidária.

Em *O Evangelho segundo o Espiritismo*, capítulo XV, itens 5 a 7, **KARDEC** relaciona caridade e humildade ao amor ao próximo e comenta a primazia da caridade sobre o mero pertencimento religioso. Dessa perspectiva, acolher não significa abolir a justiça; exigir responsabilidade tampouco permite humilhar quem necessita de ajuda. A reconciliação exige considerar, ao mesmo tempo, a dignidade de quem retorna e a situação concreta daqueles que permaneceram.

A lei divina, a consciência e o preparo do Espírito

A hipótese de que certos compromissos são assumidos antes da encarnação pertence ao horizonte doutrinário do Espiritismo. Ela não deve ser confundida com a possibilidade de conhecermos retrospectivamente, por documentos biográficos, o conteúdo de uma programação espiritual específica. Para a Parte IV, o

fundamento primeiro não será uma suposta revelação da missão de cada personagem, mas a lei divina que, segundo *O Livro dos Espíritos*, está inscrita na consciência (questão 621). Essa lei não substitui a inteligência, a liberdade nem o trabalho moral: exige que o ser humano aprenda a reconhecer o bem e a aplicá-lo nas relações com os semelhantes (questões 629, 632 e 642).

Jesus constitui o modelo moral indicado em *O Livro dos Espíritos*, questão 625. Esse referencial não nos autoriza a distribuir títulos de santidade ou inferioridade espiritual entre pessoas e correntes de pensamento. Convida-nos a examinar a conduta: as consequências do que se escolhe, a dignidade do outro, a disposição de reparar, o respeito à consciência alheia e a capacidade de praticar o bem mesmo quando isso exige renunciar ao orgulho. Na mesma obra, as questões 843 a 845 atribuem relevância decisiva ao livre-arbítrio, que se desenvolve com as faculdades do indivíduo e não é cancelado pelas inclinações anteriores.

A infância não é simples espera biológica pela revelação de uma tarefa. Na questão 383, a educação aparece como oportunidade de influenciar favoravelmente o Espírito encarnado. Família, comunidade, escola, cultura e experiências da existência constituem circunstâncias em que se exercitam escolhas e se formam disposições.

Na perspectiva reencarnacionista, elas também podem despertar tendências anteriormente adquiridas, mas não permitem identificar, sem prova específica, quais vidas passadas explicariam uma pessoa. A inclinação moral não resulta mecanicamente de uma única origem: amadurece, retrocede ou se renova na experiência concreta.

Missão: compromisso anterior, revelação gradual e liberdade na execução

O esclarecimento do autor encontra apoio textual especialmente forte em *O Livro dos Espíritos*, questão 576: a respeito dos homens investidos de missões importantes, ensina-se que às vezes as conhecem previamente, mas que é mais comum ignorá-las; após o nascimento e conforme as circunstâncias, seus contornos vão se mostrando. Trata-se de referência precisa para a hipótese de que alguém pode começar a cumprir uma tarefa relevante sem perceber de imediato sua extensão. A consciência da missão pode aparecer depois do trabalho começado, não necessariamente antes dele.

As questões 572 e 573 apresentam a missão como tarefa que o Espírito pode solicitar e cuja importância varia conforme suas capacidades; também reconhecem utilidade espiritual no cultivo da terra, no ensino e no governo. Por isso, não reduziremos missão a

notoriedade pública ou a feitos excepcionais. O amadurecimento de uma responsabilidade pode ocorrer mediante trabalho silencioso, perseverança, correção de falhas e serviço aos outros. Chamar esse percurso de "merecimento construído" constitui uma interpretação autoral legítima, desde que merecimento signifique disponibilidade moral e responsabilidade crescente, não prêmio que assegure superioridade pessoal nem condição para receber auxílio divino.

Há, porém, um limite doutrinário que a hipótese não pode ocultar. A questão 577 afirma que nem toda ação útil decorre de missão previamente atribuída: uma pessoa pode colaborar, por inspiração, com uma realização que não fazia parte de sua tarefa inicialmente programada. Portanto, não afirmaremos que todos os pensadores analisados já haviam escolhido, antes de nascer, cada obra ou posição que desenvolveriam. No modelo deste livro, admite-se a possibilidade de compromissos anteriores e de tarefas que surgem na caminhada, sem anular o livre-arbítrio nem converter a história humana em roteiro fechado.

A experiência de **KARDEC** oferece um testemunho doutrinário localizado, não uma regra universal sobre todas as vocações. Em *Obras póstumas*, segunda parte, os registros de 30 de abril e 7 de maio de 1856 apresentam comunicações relativas à sua missão; no

segundo encontro, o diálogo remete às aspirações, às tendências e ao trabalho que ele precisaria realizar. O registro é relevante porque situa a confirmação espiritual num percurso de estudo e preparação já em andamento. Não demonstra que seja possível reconstruir, com idêntica certeza, o plano espiritual de outros autores; tampouco que o reconhecimento da missão anteceda sempre a obra.

Inspiração, proteção e mediunidade: três condições que não se confundem

O Livro dos Espíritos, questões 459 a 461, trata da influência espiritual sobre o pensamento e ressalta a responsabilidade pessoal por acolher ou rejeitar sugestões. As questões 489 a 495 examinam a assistência dos Espíritos protetores. No horizonte espírita, é coerente formular a hipótese de que uma inspiração encontre melhores condições de acolhimento após longo período de preparo intelectual e moral. Entretanto, não temos meios para afirmar, sobre cada personagem histórico, o momento exato em que um Espírito protetor lhe teria comunicado determinada tarefa ou qual entidade teria inspirado uma ideia. A procedência espiritual de uma obra não se infere somente de sua reputação, de seu êxito social ou da afinidade doutrinária com o pesquisador.

A mediunidade exige distinção ainda mais cuidadosa. Em O Livro dos Médiuns, item 159, **KARDEC** a apresenta como faculdade amplamente distribuída, em graus e formas diversas. No item 226, afirma-se expressamente que a faculdade mediúnica, considerada em si, não depende do desenvolvimento moral; seu uso, sim, pode ser melhor ou pior conforme as qualidades de quem a exerce. Logo, possuir mediunidade não é certificado de virtude, e assumir uma missão não exige que seus sinais iniciais sejam fenômenos mediúnicos ostensivos. Inspirar, perceber, servir, decidir e comunicar mediunicamente são operações diferentes.

A imagem evangélica de não lançar pérolas diante de porcos (Mateus 7:6) poderá ser utilizada apenas como advertência sobre prudência, receptividade e oportunidade de ensinar; não é licença para chamar pessoas de indignas ou para negar-lhes o amparo devido. Uma mensagem pode exigir preparação para ser compreendida, assim como um serviço exige aptidão para ser bem realizado. A prontidão não se mede pela posição social, pelo partido, pela crença ou pela pobreza material. Na ética cristã, o discernimento deve caminhar com a humildade, jamais com a humilhação.

A missão encontra sua prova nos frutos e na responsabilidade

O Evangelho segundo o Espiritismo, capítulo XVII, item 4, oferece um critério particularmente exigente: o valor da compreensão espírita se expressa na transformação moral e no esforço para vencer inclinações prejudiciais. As questões 909 e 919 de *O Livro dos Espíritos* colocam, respectivamente, a vontade de reformar-se e o conhecimento de si no centro dessa caminhada. O saber acumulado, as capacidades intelectuais e a posição institucional são meios possíveis de serviço, não demonstrações suficientes de aperfeiçoamento. É no modo como se age perante a liberdade, a justiça e a vulnerabilidade de outros que o compromisso moral ganha consistência.

O conjunto das leis morais oferece a chave de leitura da Parte IV: a lei divina ou natural orienta a consciência (questões 614 a 648); a lei do trabalho vincula aperfeiçoamento e ação útil (674 a 685); a lei de sociedade reconhece a necessidade da convivência (766 e seguintes); a lei de liberdade protege a escolha responsável (825 a 872); a lei de justiça, amor e caridade articula direitos e deveres recíprocos (873 a 892); e a perfeição moral remete ao exercício das virtudes e ao autoconhecimento (893 a 919). Essas referências não são uma escala para classificar a grandeza espiritual de

cidadãos ou de pensadores, mas critérios para examinar como responsabilidades são assumidas em relações concretas.

Nessa perspectiva, o filho que retorna não pode reivindicar perdão como se fosse direito de governar a consciência do ofendido; tampouco o irmão que permaneceu pode transformar a reparação em castigo humilhante. *O Evangelho segundo o Espiritismo*, capítulo X, item 4, adverte contra um perdão exibido como superioridade. O pai permanece vivo na parábola de Jesus; sua ausência em nosso modelo tem outra finalidade: mostrar que a lei moral ilumina a decisão de cada pessoa, mas ninguém pode impor a milhões de indivíduos uma única forma de reconciliar-se. A fraternidade orienta; a liberdade e a responsabilidade individualizam o caminho.

Apoio doutrinário complementar e fronteira da interpretação

Como literatura complementar, *No invisível*, de Léon Denis, oferece reflexão sobre o preparo, a disciplina e a responsabilidade na prática mediúnica. *Missionários da luz*, atribuído ao Espírito André Luiz e psicografado por Francisco Cândido Xavier, apresenta em narrativa mediúnica situações de planejamento reencarnatório, assistência espiritual e esforço de aperfeiçoamento.

Essas obras podem ampliar o campo de reflexão da Parte IV, mas devem ser identificadas como literatura espírita posterior à codificação e não como prova histórica de que cada personalidade estudada recebeu uma missão previamente definida.

A conclusão metodológica é precisa: a missão pode anteceder a consciência de sua existência; o preparo moral pode favorecer a qualidade de sua execução; a influência espiritual é admitida como possibilidade doutrinária; e a liberdade continua responsável pela resposta humana. Não cabe ao pesquisador determinar qual Espírito inspirou um indivíduo, atribuir-lhe méritos invisíveis ou usar uma orientação filosófica como prova de assistência superior ou inferior. Cabe-lhe examinar os frutos acessíveis da conduta, distinguir fato de interpretação e reconhecer aquilo que permanece reservado à consciência e à experiência espiritual de cada ser.

De onde vêm os missionários? Compromisso, educação e revelação gradual

A pergunta sobre a origem dos missionários exige que distingamos a proveniência material, que a história permite investigar, da proveniência espiritual, compreendida à luz da doutrina, mas não verificável por biografias comuns. Família, recursos econômicos,

cidade, educação, cultura e relações sociais esclarecem como uma pessoa encontrou oportunidades e resistências. Na interpretação espírita, esses condicionantes não esgotam a história do Espírito, cuja experiência transcende uma única existência. Nada, entretanto, autoriza deduzir de uma profissão, de uma obra célebre ou de determinada filiação religiosa a identidade de seus mentores espirituais ou os pormenores de uma escolha pré-encarnatória.

Em *O Livro dos Espíritos*, a questão 132 relaciona a encarnação tanto à expiação quanto à missão e ao progresso do Espírito. Nas questões 572 e 573, o cumprimento de tarefas úteis aparece associado à vontade do Espírito e à contribuição que oferece ao progresso humano, inclusive na melhoria das instituições. A questão 575 orienta a reconhecer uma missão pelos trabalhos e pelos progressos a que conduz seus semelhantes; a 576 esclarece que é mais comum seu portador ignorá-la inicialmente, percebendo-a, pouco a pouco, nas circunstâncias da existência. A questão 577, porém, impede transformar toda ação útil em destino previamente fixado: tarefas relevantes também podem ser assumidas no curso da vida e inspiradas por outros Espíritos. (**KARDEC**, *O Livro dos Espíritos*, questões 132 e 572–577.)

A formação do caráter é, assim, parte constitutiva do processo, e não mero acessório de uma missão preexistente. A educação moral, as responsabilidades familiares, o trabalho, a convivência e o exercício do discernimento podem criar condições para que capacidades latentes se tornem serviço. Sob tal perspectiva, a preparação adquirida em outras existências é uma hipótese doutrinária geral; reconhecer a missão de uma personalidade histórica específica continua sendo uma inferência que deve permanecer prudente. A possibilidade de inspiração não afasta a liberdade de escolher, recusar, alterar os meios ou falhar na execução.

Também não se deve confundir assistência espiritual com privilégio ou infalibilidade. *O Livro dos Espíritos*, questões 489–493, descreve a função orientadora dos Espíritos protetores; O Livro dos Médiuns, item 226, distingue a existência da faculdade mediúnica de seu uso moral, que pode ser adequado ou inadequado. A missão não equivale à mediunidade; a mediunidade não comprova elevação moral; a ajuda espiritual não substitui estudo, retidão, responsabilidade e verificação dos resultados. O critério permanece a conduta, não o prestígio atribuído ao trabalhador.

Por essa razão, o século XIX será nosso ponto de referência histórico e doutrinário, enquanto a tábua de

pessoas nascidas entre 1800 e 1970, estudada na Parte III e transcrita em seus quadros no Anexo III, permitirá reconhecer as condições de formação e as obras realizadas. Não faremos dessas pessoas uma assembleia de missionários previamente identificados. Algumas foram codificadores, divulgadores ou trabalhadores espíritas; outras contribuíram com perspectivas científicas, religiosas ou filosóficas diferentes. A tradição doutrinária permite investigar seus serviços sem nos habilitar a decretar a origem espiritual ou a hierarquia moral de cada consciência.

A missão dos espíritas: o chamamento de 1863 e sua expressão editorial em 1864–1865

O ponto de apoio mais preciso encontra-se no capítulo XX de *O Evangelho segundo o Espiritismo*, "Os trabalhadores da última hora". A obra teve primeira edição em 1864 e segunda edição em 1865; portanto, a referência ao Evangelho de 1865 designa uma edição real, mas a publicação original não começou nesse ano. As instruções reunidas no capítulo foram apresentadas com datas anteriores: "Os últimos serão os primeiros", de Constantino (Bordéus, 1863) e Henri Heine (Paris, 1863); "Missão dos espíritas", atribuída a Erasto (Paris, 1863); e "Os obreiros do Senhor", atribuída ao Espírito de Verdade (Paris, 1862). Esses são dados editoriais e atribuições internas da obra, não demonstrações

históricas independentes da procedência extrafísica das mensagens. (**KARDEC**, *O Evangelho segundo o Espiritismo*, cap. XX, itens 2–5.)

A imagem dos trabalhadores convocados em diferentes horas oferece uma primeira orientação metodológica. O ingresso tardio no serviço não equivale à ausência de preparação; o próprio texto, no item 2, distingue disponibilidade sincera de acomodação deliberada. No item 3, a mensagem atribuída a Henri Heine coloca profetas, apóstolos, sábios, filósofos e espíritas em uma história cumulativa de contribuições. Aqui encontramos um fundamento significativo para o nosso recorte histórico: os trabalhadores de determinada época não surgem isolados; beneficiam-se do que receberam e respondem pelo que efetivamente acrescentam, sem que isso transforme todos os precursores em espíritas ou permita conhecer suas vidas anteriores.

A instrução “Missão dos espíritas”, item 4, contém um critério que importa mais do que qualquer autoproclamação de missão: a caridade ensinada e praticada, a consolação dos aflitos, o amor ao próximo, a abnegação e o desinteresse. Não basta anunciar doutrinas ou imaginar-se escolhido. O item 5 acrescenta a necessidade de trabalhar sem rivalidade ou ciúmes que prejudiquem a obra comum. No capítulo XVII, item 3, “O homem de bem”, a qualidade moral é apreciada pelo

cumprimento da justiça, do amor e da caridade e pelo exame da própria consciência. A questão 642 de *O Livro dos Espíritos* reafirma que não praticar o mal não esgota o dever de fazer o bem possível.

Para os trabalhadores espíritas nascidos entre 1800 e 1970 que integram nossa tábua, esse ensinamento oferece uma régua de reflexão, não um certificado biográfico de missão. Allan **KARDEC**, Bezerra de Menezes, Léon Denis, Gabriel Delanne, Cairbar Schutel, Chico Xavier e José Herculano Pires, entre outros, pertencem a contextos sociais, culturais e institucionais distintos e desenvolveram atividades também diferentes. Seus trajetos podem ser examinados pelas obras publicadas, pela assistência prestada, pela educação oferecida e pela responsabilidade assumida, evitando atribuir-lhes o mesmo tipo de tarefa ou o mesmo grau de consciência prévia. Camille Flammarion, Alfred Russel Wallace e William Crookes, por exemplo, exigem caracterização própria, pela natureza de seus vínculos com o espiritualismo e a investigação de fenômenos.

Ler hoje a mensagem de 1863, reunida na edição de 1865, não nos autoriza a dizer que sua importância só começou a existir quando passou a ser conhecida. A formulação mais rigorosa é que a codificação conferiu sentido doutrinário explícito a uma vocação de serviço que pode ter-se manifestado em muitas formas e épocas.

O eventual desconhecimento inicial da missão, de que trata a questão 576, é compatível com a perseverança silenciosa de trabalhadores cuja dimensão histórica se tornou perceptível apenas depois. O estudo de missionários espíritas do século XXI será uma etapa posterior; antes, importa compreender o que o século XIX propôs e o que as gerações seguintes efetivamente realizaram.

Referências desta seção: **KARDEC**, Allan. *O Livro dos Espíritos*, questões 132, 489–493, 572–577 e 642; O Livro dos Médiuns, item 226; *O Evangelho segundo o Espiritismo*, capítulos XVII, item 3, e XX, itens 2–5. As edições de 1864 e 1865 encontram-se identificadas no catálogo histórico da Kardecpedia (https://kardecpedia.com.br/obra/13). Textos dos capítulos: https://www.kardecpedia.com.br/roteiro-de-estudos/887/o-evangelho-segundo-o-espiritismo/2073/capitulo-xx-os-trabalhadores-da-ultima-hora.

Direitos sociais e iniciativa comunitária

A Constituição de 1988 prevê direitos sociais (art. 6º) e assistência social a quem dela necessitar (art. 203), com participação social na formulação e no controle das ações (art. 204). A Lei nº 8.742/1993, Lei Orgânica da Assistência Social, define a assistência como direito do cidadão e dever do Estado. A proteção legal não depende de voto, religião, pedido de desculpas, confissão política ou submissão a uma avaliação moral do beneficiário.

O texto original das conversas sugeriu condicionar apoio a termos de compromisso, metas, trabalho e restituição. Essa proposta precisa ser delimitada: acordos familiares e iniciativas privadas podem oferecer caminhos voluntários de capacitação e reparação, respeitando a legislação e a dignidade; não se pode converter exigências morais em condições arbitrárias para benefícios públicos legalmente devidos ou para socorro emergencial essencial. O Sistema Único de Assistência Social prevê provisões e serviços de proteção, inclusive para vulnerabilidades temporárias.

Distinções indispensáveis

Reprodução reduzida do quadro integral (ampliável no PDF; consultar o Volume II).

Plano	Exigência possível	Limite
Jurídico	Responsabilidade individual demonstrada, devido processo, obrigações legais e critérios de elegibilidade.	Não presumir dano ou culpa por mera preferência eleitoral.
Ético-moral	Autocrítica, compromisso de não repetir erros, cooperação e reparação proporcional.	Não instrumentalizar sofrimento, perdão ou religião como punição.
Solidário-comunitário	Socorro, mediação, formação e oportunidades reais de autonomia.	Não substituir permanentemente direitos públicos por favor privado.
Filosófico-doutrinário	Leitura da experiência à luz de justiça, caridade, humildade e progresso.	Não atribuir a Kardec hipóteses partidárias ou fenômenos não demonstrados.

Quadro IV.2 — Planos de responsabilidade e seus limites. Ver Anexo IV.

4. Vertentes ideológicas e modelos de responsabilidade

As identidades políticas não se distribuem em blocos ideológicos puros. As egrégoras A e B podem conter correntes liberais, conservadoras, social-democratas, socialistas, comunitárias ou religiosas, além de pessoas cuja preferência eleitoral é circunstancial. As vertentes abaixo servem para examinar justificativas e tensões, não para rotular previamente os participantes.

Reprodução reduzida do quadro integral (ampliável no PDF; consultar o Volume II).

Vertente interpretativa	Ênfase típica	Questão para a matriz
Liberal e de livre iniciativa	Autonomia econômica, liberdade de escolha, proteção da propriedade, previsibilidade jurídica.	Como conciliar iniciativa individual e rede de proteção?
Social-democrata / distributiva	Proteção social, igualdade de oportunidades, regulação e redução de vulnerabilidades.	Como avaliar efetividade, autonomia e sustentabilidade?
Conservadora / comunitária	Continuidade de instituições, vínculos familiares, responsabilidade e tradições.	Como impedir que responsabilidade se converta em estigma?
Socialista e correntes coletivistas	Crítica às desigualdades de propriedade e maior papel coletivo na organização econômica.	Quais arranjos concretos preservam direitos e pluralismo?
Ética cristã e leitura espírita	Fraternidade, justiça, caridade, reforma íntima, deveres para com o próximo.	Como acolher sem impunidade e exigir sem humilhar?
Constitucional-democrática	Direitos fundamentais, pluralismo, devido processo, prestação de contas e controle social.	Quais regras comuns protegem todos, independentemente de vitória eleitoral?

Quadro IV.3 — Vertentes ideológicas e modelos de responsabilidade. Ver Anexo IV.

A distinção entre social-democracia, socialismo e comunismo exige conceitos próprios; programas distributivos ou benefícios sociais não bastam, por si, para classificar um governo como comunista.

5. Matriz IV — o retorno, a convivência e a responsabilidade reparadora

A dimensão da matriz decorre das relações encontradas nas conversas, e não de uma meta numérica anterior. Foram identificadas dez variáveis relevantes. Não presumiremos influência em todas as interseções: algumas poderão ser fracas, desconhecidas ou inexistentes e devem permanecer assim registradas.

Reprodução reduzida do quadro integral (ampliável no PDF; consultar o Volume II).

Cód.	Variável	Conteúdo observado	Cuidado metodológico
R1	Patrimônio e capacidade instalada	Recursos preservados, serviços e possibilidades concretas de recomeço.	Não confundir bens privados com recursos públicos.
R2	Adversidade econômica	Endividamento, renda, trabalho, acesso a serviços e vulnerabilidade.	Distinguir causas estruturais e escolhas pessoais.
R3	Vínculo anterior entre grupos	História de amizade, família, vizinhança e cooperação.	Divergência política não apaga vínculos nem direitos.
R4	Orgulho e pertencimento	Defesa da identidade, justificativas, recusa ou abertura à revisão.	Não inferir caráter moral de toda uma coletividade.
R5	Conhecimento e atribuição causal	Capacidade de relacionar fatos, escolhas e consequências.	Reconhecer incertezas e fatores externos.
R6	Reparação e prestação de contas	Reconhecimento de dano comprovado, restituição possível e mudança de conduta.	Responsabilidade proporcional; sem culpa coletiva automática.
R7	Proteção jurídica e social	Direitos, elegibilidade, socorro e serviços de assistência.	Acesso não subordinado a alinhamento ideológico.
R8	Caridade educativa e autonomia	Acolhida, orientação, formação, trabalho e participação voluntária.	Socorro não se condiciona à humilhação.
R9	Comunicação e mediação	Redes sociais, narrativas, diálogo, informações e mobilização.	Verificar fontes e combater desinformação em ambos os grupos.
R10	Reconciliação e convivência	Cooperação, confiança reconstruída, limites e compromissos sustentáveis.	Não exigir unanimidade ou esquecimento de ilícitos.

Quadro IV.4 — Matriz IV: variáveis da convivência e da reparação. Ver Anexo IV.

Objeto das relações. Selecionar, entre as dez variáveis da Matriz IV, vínculos plausíveis para análise de adversidade, conhecimento, mediação e reinserção.

As relações prioritárias para estudo são: R2 → R4 (efeito da adversidade sobre identidade e orgulho); R5 → R6 (conhecimento e reparação); R3 + R9 → R10 (vínculos e mediação); R1 + R7 + R8 → R10 (meios concretos de reinserção). Nenhuma seta comprova causalidade. As relações deverão ser testadas mediante fatos, relatos e, quando possível, indicadores comparáveis. A correlação inversa também deve ser considerada: a hostilidade pode piorar a situação econômica das redes familiares, e a reconciliação pode alterar as interpretações do passado.

Leitura e limites. Os códigos e sinais "→" ou "+" expressam hipóteses, não efeitos calculados. A dimensão e a força de cada relação dependerão das evidências disponíveis.

Cenários relacionais resultantes

Reprodução reduzida do quadro integral (ampliável no PDF; consultar o Volume II).

Cenário	Dinâmica entre as pessoas	Risco ou oportunidade
Afastamento e rejeição	Ruptura de amizades, boicote ao convívio e culpabilização recíproca.	Ampliação do isolamento e perda de apoio comunitário.
Acolhimento sem diálogo	Ajuda material imediata sem reconstrução das relações.	Socorro necessário; pode não resolver conflito ou dependência.
Acolhimento com compromisso voluntário	Mediação, esclarecimento e iniciativas de autonomia ajustadas à capacidade real.	Reconstrução de confiança com preservação da dignidade.
Cooperação por interesses comuns	Projetos de trabalho, assistência e participação cidadã entre divergentes.	Redução de hostilidade sem exigir identidade política.
Imposição e ressentimento	Uma parte transforma a ajuda em demonstração de superioridade ou cobrança partidária.	Humilhação, resistência e nova polarização.
Reforma coletiva	Reconhecimento de problemas verificáveis e negociação de mudanças institucionais.	Aprendizado compartilhado, com dissensos legítimos.

Quadro IV.5 — Cenários de convivência e reinclusão. Ver Anexo IV.

6. Desenvolvimento das hipóteses: três movimentos da experiência

Primeiro movimento — da celebração ao confronto com a realidade

A palavra “vencemos” pode representar alegria democrática legítima. Torna-se objeto moral de ***VOLTAMOS*** quando se associa ao desprezo pelo divergente ou à crença de que o triunfo autoriza fechar os olhos a erros comprovados. Da mesma forma, a advertência da oposição pode representar fiscalização responsável ou transformar-se em leitura incapaz de reconhecer fatos desfavoráveis à própria narrativa. As

situações devem ser distinguidas mediante ocorrências documentadas.

Os impactos econômicos precisam ser localizados no tempo e nas famílias concretas. O endividamento, a perda de renda e a fragilização do trabalho podem decorrer de decisões governamentais, eventos externos, condições de mercado e escolhas domésticas; o livro não poderá atribuir o sofrimento de um grupo automaticamente ao seu voto. A hipótese do retorno torna-se mais forte quando há relação causal plausível entre a ação defendida, os efeitos demonstrados e a recusa posterior de revê-la.

Segundo movimento — o irmão que ficou e os limites da ajuda

O irmão que permaneceu representa, na construção autoral, a perseverança, o trabalho e o cuidado com recursos que não foram dissipados. Seu esforço merece consideração. Não decorre disso, porém, licença para identificar um grupo político inteiro como produtivo e o outro como dependente. Ambas as egrégoras incluem trabalhadores, empreendedores, beneficiários de políticas sociais, contribuintes e pessoas vulneráveis.

É legítimo perguntar se determinada pessoa ou família possui condições de acolher outra sem comprometer sua subsistência. A ajuda privada tem limites materiais; a

reparação, quando cabível, depende do dano e da capacidade efetiva de quem o causou. O Estado, diversamente, deve cumprir suas obrigações públicas conforme a lei e o orçamento, sem condicionar proteção a retratação ideológica. A caridade educativa pode apoiar a formação, o trabalho e a autonomia, mas não converter o socorro vital em instrumento de punição.

Terceiro movimento — voltar sem pai não é voltar sem responsabilidade

Sem a figura paterna na metáfora, não existe um gesto pessoal único capaz de resolver a controvérsia. A convivência demanda instituições, garantias, mediação e escolhas particulares. O perdão não exclui prestação de contas; a sanção jurídica, quando devida, não dispensa o devido processo; a reconciliação não exige que se apaguem os danos efetivamente sofridos.

O retorno amadurecido se reconhece menos pela declaração de arrependimento do que pela disposição de assumir efeitos proporcionais, reconhecer fatos verificáveis e contribuir para reconstruir condições comuns. Mas também cabe ao irmão que permaneceu examinar seu próprio orgulho: a razão eventual numa divergência não lhe confere o direito moral de humilhar o outro.

7. Método de apuração e integração às matrizes anteriores

A investigação deverá operar em quatro níveis: (I) fatos e normas verificáveis; (II) comportamentos e depoimentos identificados como observações, não amostras representativas; (III) interpretações filosóficas e doutrinárias explicitamente atribuídas; (IV) hipóteses e cenários a testar. A matriz não substituirá o julgamento jurídico nem identificará automaticamente a intenção moral de pessoas a partir de sua filiação política.

Unidade de análise e limites de inferência

A Parte IV terá como unidade principal de análise a relação entre pessoas concretas, e não a egrégora tomada como personagem único. A escala coletiva fornece contexto histórico e possíveis influências; a escala interpessoal permite examinar ofensas, confiança, reconhecimento do dano, disposição para a reparação, capacidade de acolhimento e autonomia de cada envolvido. Resultados agregados de eleições ou avaliações de governos não autorizam sentenças morais individualizadas.

As situações serão descritas por critérios relacionais, sem impor um desfecho: natureza e comprovação do dano; necessidade e urgência da proteção; direitos indisponíveis; intenção e responsabilidade do agente quando cognoscíveis; condições materiais de reparar; segurança, reciprocidade e limites de quem recebe; e possibilidade de restabelecer vínculos. O perdão, a reconciliação, a reparação e a reinclusão serão tratados como processos distintos, que podem convergir, divergir ou permanecer em aberto.

Reprodução reduzida do quadro integral (ampliável no PDF; consultar o Volume II).

Caderno / matriz	Pergunta própria	Ponte com a Matriz IV
I — Egrégoras A e B	Quem se identifica com quais valores, narrativas e relações?	Origem dos vínculos, da rivalidade e das expectativas.
II — Poder e consequências	Que decisões foram tomadas e que efeitos produziram?	Condições materiais reais que tornam necessário o retorno ou a ajuda.
III — Orgulho e consciência	Como as pessoas interpretam escolhas e reconhecem contradições?	Disposição para reparar, mudar ou persistir sem aprendizagem.
IV — Retorno e reparação	Como a sociedade acolhe, delimita responsabilidades e reconstrói relações?	Resultados de convivência, assistência, autonomia e justiça.

Quadro IV.6 — Correspondências entre cadernos e matrizes. Ver Anexo IV.

Para aplicar as leis morais sem confundir coletividade e indivíduo, as fichas da Parte IV deverão distinguir cinco ordens de informação: (1) condições familiares, educativas e culturais verificáveis; (2) inclinações e atos observáveis na biografia; (3) interpretação doutrinária geral sobre reencarnação, missão e assistência espiritual; (4) hipótese autoral sobre preparo, inspiração e

oportunidade; (5) procedência espiritual particular, considerada indeterminada na ausência de documentação verificável. Não serão atribuídas notas de pureza moral, missão cumprida ou proteção espiritual a personagens históricos.

A pergunta metodológica não será “quem escolheu corretamente sua missão antes de nascer?”, mas “quais condições e decisões observáveis favoreceram ou dificultaram o serviço que essa pessoa prestou?”. Essa formulação mantém o horizonte espiritual do autor sem pretender saber aquilo que o esquecimento do passado e os limites das fontes não permitem apurar. A verificação dos efeitos históricos permanecerá separada do juízo íntimo sobre a condição do Espírito.

A etapa operacional seguinte é uma matriz de influência dirigida apenas às relações relevantes. Cada ligação deverá receber uma qualificação argumentada: sustentada por fontes; plausível mas não verificada; contrariada por evidências; ou indeterminada. Relações inexistentes não serão preenchidas para completar o quadro. Caso se utilizem escalas numéricas, elas exigirão definições, critérios replicáveis, dados e análise de sensibilidade; não serão apresentadas como medições da moralidade ou de influências espirituais.

Documentos a consultar quando o livro avançar para a análise histórica: séries do IBGE e do Banco Central,

auditorias do TCU e da CGU, decisões judiciais completas, legislação vigente, execução orçamentária, dados sobre trabalho e assistência social e estudos empíricos identificáveis. Essas fontes deverão sustentar cada afirmação factual relevante, sem a atribuição genérica de responsabilidades a partidos ou eleitores.

8. Conclusões provisórias e ajustes editoriais indispensáveis

As conversas reunidas alcançam uma formulação clara: não basta perguntar se uma pessoa necessitada deve ser acolhida; é preciso examinar como preservar sua dignidade, reconhecer danos efetivos, proteger quem oferece ajuda e criar condições reais de autonomia. A solidariedade que apenas transfere encargos pode ser insuficiente; a cobrança de responsabilidade que humilha ou nega direitos também não representa caridade educativa.

O filho pródigo sem pai constitui uma variação literária, não uma nova informação bíblica. O “irmão que ficou” simboliza perseverança e cuidado, mas não pode ser transformado em proprietário da nação ou em representante exclusivo do trabalho honesto. O regresso sem humildade é uma possibilidade moral; a adversidade material não prova que ela ocorreu.

Os textos de origem alternam hipóteses, juízos valorativos e recomendações operacionais. Corrigimos três pontos de fragilidade: a extrapolação da herança bíblica para o direito sucessório; a possibilidade de condicionar indevidamente direitos sociais a contrapartidas morais; e a generalização das qualidades e defeitos para coletividades inteiras. Não retiramos da obra a responsabilidade pelas escolhas nem a necessidade de reparação. Ao contrário, retiramos o que impediria demonstrá-las com credibilidade.

O possível compromisso espiritual anterior não absolve o indivíduo dos atos concretos nem autoriza responsabilizar seus familiares ou adversários por escolhas que não fizeram. A lei moral, compreendida como apelo à consciência, impede também transformar uma narrativa de missão em privilégio social ou exigência de obediência. A responsabilidade cresce com o conhecimento, a liberdade disponível e a capacidade efetiva de agir; não com rótulos de egrégora, reputação religiosa ou alegações de inspiração.

A pergunta decisiva da Matriz IV passa a ser: quando aqueles que divergiram ontem precisam cuidar uns dos outros hoje, quais compromissos tornam o acolhimento compatível com a justiça e o aprendizado? Sua resposta não está contida de antemão na vitória eleitoral, no sofrimento econômico ou na afinidade religiosa; deverá

emergir da análise de condutas, possibilidades e resultados.

Assim, ***VOLTAMOS*** deixa de ser apenas a imagem de um filho que retorna orgulhoso. Torna-se também a investigação de uma comunidade que precisa decidir como continuará sendo comunidade: com direitos que não se revogam pela divergência, responsabilidades que não desaparecem pelo perdão e solidariedade suficientemente lúcida para não substituir a autonomia.

Referencial teórico, evangélico e doutrinário da Parte IV

A parábola do filho pródigo (Lucas 15:11–32) fundamenta a imagem literária do retorno, mas a hipótese da morte anterior do pai é construção autoral, não episódio narrado por Jesus. Essa diferença exige que não se atribua ao Evangelho uma ordem para que o irmão acolha, dispense reparação ou restabeleça automaticamente a confiança. O acolhimento, o perdão, a reconciliação, a reparação e a reinclusão são processos distintos; o Estado democrático deve resguardar direitos e garantias, enquanto as pessoas, nas relações concretas, decidem como reconstruir laços sem renunciar à dignidade e à justiça.

Em *O Livro dos Espíritos*, as questões 614–648 tratam da lei divina ou natural; as 674–685, da lei do trabalho; a

766, da vida social; as 825–872, da liberdade; as 873–892, da justiça, do amor e da caridade; e a 919, do conhecimento de si. As questões 572–577 distinguem ocupação, missão, serviço útil e reconhecimento gradual de uma tarefa. O princípio de progresso moral deve permanecer vinculado ao exercício do livre-arbítrio e às consequências das escolhas, sem que a linguagem de merecimento se transforme em classificação espiritual presumida de pessoas públicas ou grupos eleitorais.

O Evangelho segundo o Espiritismo, capítulo XVII, item 3, descreve a conduta do homem de bem; o capítulo XX, itens 2–5, reúne a imagem dos trabalhadores da última hora, a “Missão dos espíritas” e os “Obreiros do Senhor”, com instruções datadas na própria obra. A primeira edição do Evangelho é de 1864, seguida de edição em 1865. O chamamento doutrinário não transforma automaticamente toda personalidade histórica em missionário espírita, nem autoriza conhecer a identidade de seus protetores. O Livro dos Médiuns, item 226, complementa essa cautela ao distinguir a faculdade mediúnica da qualidade moral de seu exercício.

A sustentação complementar encontra-se em *Obras Póstumas*, nos registros sobre a missão atribuída a **KARDEC**, e em Léon Denis, especialmente na reflexão sobre o serviço, a disciplina moral e a questão social.

Esses escritos devem ser identificados como fontes da tradição espírita e de autores posteriores à codificação, não como documentação histórica independente de decisões espirituais anteriores ao nascimento. O diálogo com os direitos sociais e com a legislação de assistência distingue proteção legal universal de acordos pessoais de confiança, reparação e ajuda educativa.

Referências de sustentação: BÍBLIA. Evangelho de Lucas 15:11–32; ***KARDEC****, Allan. O Livro dos Espíritos, questões 572–577, 614–648, 642, 674–685, 766, 825–892 e 919; O Evangelho segundo o Espiritismo, capítulos XVII e XX; O Livro dos Médiuns, item 226; Obras Póstumas, segunda parte, registros de 1856; DENIS, Léon. Socialismo e Espiritismo (artigos de 1924); BRASIL. Constituição Federal de 1988, arts. 5º, 6º, 203 e 205.*

Referências normativas e doutrinárias consultadas

BÍBLIA. Evangelho segundo Lucas, capítulo 15, versículos 11–32. Texto da parábola do filho pródigo. Sociedade Bíblica do Brasil. https://www.sbb.org.br/biblia/ARC/LUK.15.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Arts. 1º, 5º, 6º, 203 e 204. Texto atualizado da Câmara dos Deputados. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-normaatualizada-pl.html.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. Texto atualizado da Câmara dos Deputados. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1993/lei-8742-7-dezembro-1993-363163-normaatualizada-pl.html.

KARDEC, Allan. *O livro dos espíritos*. Questões 785, 795–797, 886 e 919. Consulta temática: KardecPedia. https://www.kardecpedia.com/roteiro-de-estudos/2/o-livro-dos-espiritos.

KARDEC, Allan. *O livro dos espíritos*. Parte segunda, questões 258–259 (escolha das provas), 489–498 (espíritos protetores), 572–573 e 576 (missão e encarnação). Referências doutrinárias para a hipótese sobre propósito espiritual e exercício do livre-arbítrio.

KARDEC, Allan. *O evangelho segundo o espiritismo*. Capítulo XV, itens 5–7. Consulta temática: KardecPedia. https://www.kardecpedia.com.br/roteiro-de-estudos/887/o-evangelho-segundo-o-espiritismo.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Benefícios eventuais. Atualizado em 27 jul. 2026. https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/SUAS/beneficios-assistenciais/beneficios-eventuais.

KARDEC, Allan. *O livro dos espíritos*. Parte segunda: questões 383, 459–461, 489–495 e 570–577; parte terceira: questões 614–648, 674–685, 766–780, 825–872, 873–892 e 893–919. Consulta: https://www.kardecpedia.com.br/roteiro-de-estudos/2/o-livro-dos-espiritos.

KARDEC, Allan. O livro dos médiuns. Segunda parte, capítulo XIV, item 159; capítulo XX, item 226. Consulta: https://kardecpedia.com.br/roteiro-de-estudos/884/o-livro-dos-mediuns-ou-guia-dos-mediuns-e-dos-evocadores.

KARDEC, Allan. *O evangelho segundo o espiritismo*. Capítulo X, item 4; capítulo XVII, item 4. Consulta: https://kardecpedia.com.br/roteiro-de-estudos/887/o-evangelho-segundo-o-espiritismo.

KARDEC, Allan. *Obras póstumas*. Segunda parte: “Primeira revelação da minha missão” (30 abr. 1856) e “Minha missão” (7 maio 1856).

Consulta: https://bibliadocaminho.com/ocaminho/TKp/Op/OpP2C04.htm.

DENIS, Léon. *No invisível*: espiritismo e mediunidade. Obra complementar posterior à codificação. Referência pós-kardequiana sobre o estudo e a disciplina no exercício mediúnico; citada por seu conteúdo doutrinário, sem atribuição de página ou edição não identificada.

ANDRÉ LUIZ (Espírito). *Missionários da luz*. Psicografia de Francisco Cândido Xavier. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 1945 [primeira edição]. Especialmente capítulos 13 a 15. Fonte mediúnica complementar, não comprovação histórica dos compromissos espirituais de pessoas identificáveis.

BÍBLIA. Evangelho segundo Mateus, 7:6 (imagem das pérolas); Evangelho segundo Lucas, 15:11–32 (parábola). As passagens são aqui utilizadas por referência temática, sem transcrição literal.

Esta relação identifica fontes de consulta por obra, norma, capítulo e questão, sem inventar páginas ou edições específicas. Citações literais em futura versão editorial deverão ser conferidas na edição efetivamente utilizada.

O que significa voltar quando houve violência, coerção ou domínio

A situação de quem abandona um agrupamento de convicções não pode ser equiparada à de quem tenta sair de uma organização criminosa, sobretudo quando existem ameaças, dívidas impostas, risco de retaliação ou conhecimentos que tornam a desvinculação perigosa. As condições de saída e proteção precisam ser

examinadas concretamente. Em ambos os casos pode existir reconstrução de vínculos, mas os instrumentos adequados diferem: diálogo e confiança num plano; proteção, responsabilização legal e políticas públicas noutro.

A família que recebe alguém novamente não é obrigada a ignorar violência anterior. A comunidade que deseja reincluir uma pessoa não pode exigir das vítimas perdão compulsório nem suprimir o direito ao devido processo legal. A compaixão evangélica, em nossa leitura, deve reconhecer a dignidade de todos sem retirar do dano a necessidade de resposta. Caridade e prudência são relações a discernir, não ordens incompatíveis.

Se alguma transformação coletiva vier a merecer o nome de regeneração, seus sinais não estarão apenas na quantidade de pessoas que mudam de partido ou de discurso. Estarão nas condições que tornam possível educar, proteger, responsabilizar, reparar e conviver. Assim, a pergunta que abriu o livro retorna modificada pela história que percorremos: como as consciências podem participar da construção de uma sociedade em que a liberdade não seja privilégio de poucos nem a responsabilidade mero instrumento de acusação do outro?

O retorno não exige uma única identidade moral ou política

O exame de séculos tão diversos permite abandonar uma falsa alternativa: ou toda a história seria conduzida por uma falange identificável de benfeitores, ou os acontecimentos nada teriam a oferecer à reflexão espiritual. Não estamos obrigados a escolher entre essas reduções. A história descreve pessoas, instituições, conflitos e obras; a doutrina permite pensar a continuidade do Espírito; e a avaliação moral exige considerar os frutos concretos, sem condenações por associação.

O filho que retorna na parábola, a pessoa que precisa reconstruir vínculos depois de uma ofensa, o trabalhador que funda uma escola e o pensador que publica um livro não são episódios idênticos. O que os comunica é a possibilidade de responder por um caminho percorrido e de tornar diferente o caminho que ainda resta. Um retorno pode ocorrer sem migração partidária, sem adesão religiosa e sem reconhecimento explícito de qualquer missão: pode começar quando alguém deixa de justificar a própria violência, reconhece o direito do outro e se dispõe a agir de outra maneira.

O retorno como terceira viagem: reparar e continuar aprendendo

A terceira viagem encontra na questão do retorno sua exigência mais concreta. Quando uma escolha prejudica alguém, conhecer a existência do dano não equivale a repará-lo. É preciso distinguir reconhecimento, possibilidade real de agir, responsabilidade jurídica quando existente e disposição moral de contribuir para a correção. O auxílio pode ser legítimo mesmo sem gratidão, mas não dispensa prudência, direitos e consideração pela autonomia de quem o recebe.

A parábola do filho pródigo conserva seu sentido evangélico; a ausência simbólica do pai na experiência social recorda, por sua vez, que não existe autoridade humana capaz de perdoar coletivamente em nome de milhões. A governança proporciona regras para convivência, reparação e proteção; a pedagogia das viagens convida cada pessoa a reconhecer limites, considerar o outro e responder pelos atos. O encontro entre ambas é possível, mas não autoriza substituir justiça por sentimento nem impor reconciliação como prova de virtude.

O Livro dos Espíritos, nas questões 779 e 780, situa o progresso intelectual e moral numa relação que não se resume à aquisição de informações. A leitura espírita

pode interpretar a continuidade das oportunidades de aprendizagem por meio da reencarnação. Contudo, a constatação de que alguém modificou sua conduta nesta vida não identifica suas existências anteriores, sua missão particular ou a procedência extrafísica de uma inspiração. O que podemos examinar são os efeitos presentes de suas decisões e a responsabilidade com que escolhe prosseguir.

Reflexão de passagem — Parte IV

Voltar não é necessariamente regressar ao ponto de partida. Pode ser rever uma crença, aceitar ajuda, reparar um dano, reconstruir confiança ou oferecer ao outro uma oportunidade que antes lhe foi negada. A parábola inspira a leitura moral, mas os conflitos sociais exigem discernir direitos, proteção e consentimento. Ninguém possui autoridade para impor perdão a quem sofreu uma ofensa, nem para transformar a ajuda em mecanismo de submissão.

As responsabilidades são diferentes quando se participa de uma decisão e quando se enfrenta uma consequência não escolhida; ambas as experiências podem convocar ao serviço e ao aprendizado. A lei moral, em nossa leitura espírita, não autoriza converter a votação em julgamento espiritual. O sentido mais fecundo do retorno talvez esteja na capacidade de reconhecer o

semelhante, fazer reparações proporcionais e construir instituições nas quais a dignidade não dependa de pertencimento ou vitória.

CONCLUSÃO GERAL — O RETORNO COMO EXERCÍCIO DA CONSCIÊNCIA

Ao longo das quatro partes, observamos que não há uma passagem automática das condições materiais para o caráter, da inteligência para a virtude, da escolarização para a autonomia ou do pertencimento político para a culpa individual. As trajetórias históricas dos séculos XIX e XX mostram diferentes concepções da existência e formas de atuar sobre a sociedade. A educação e a cultura permitem sua transmissão. As instituições podem ampliar a liberdade ou restringi-la. Em determinados territórios, a violência organizada intervém diretamente na vida cotidiana, comprimindo as oportunidades de formação e de escolha.

A visão espírita acrescenta um horizonte moral: o Espírito não se reduz à biografia de uma existência, e o progresso é inseparável do emprego responsável de sua liberdade. Essa convicção não dispensa o reconhecimento dos limites do que podemos saber. Não possuímos elementos para declarar quais dos 47 pensadores receberam missões específicas, quais foram

acompanhados por Espíritos superiores ou inferiores e quais experiências reencarnatórias explicariam suas escolhas. Podemos, porém, estudar suas obras, seus ambientes e seus frutos com a prudência que desejamos de uma fé raciocinada.

A sociedade não se regenera quando uma egrégora derrota definitivamente outra. Tampouco a consciência se transforma apenas porque troca o nome da liderança em que confia. O progresso moral exige que as pessoas se mostrem capazes de admitir limites, enfrentar consequências, reconhecer a dignidade do próximo e construir condições concretas de reparação e de serviço. O retorno que importa à nossa investigação é a passagem da identidade defensiva para a responsabilidade exercida na convivência, sem que isso obrigue todos a pensar do mesmo modo.

A pergunta permanece aberta, como convém a uma pesquisa honesta. Mas já permite reconhecer seu campo: formar consciências, proteger a liberdade em ambientes reais, examinar escolhas sem condenações coletivas e aprender a reconstruir vínculos quando a história comum se tornou difícil. Voltar, nesse sentido, não é apenas regressar ao lugar de origem. É recuperar a capacidade de reconhecer o outro e de responder pela parte que nos cabe na vida compartilhada.

A leitura pedagógica das três viagens permite reunir, sem confundi-las, as quatro escalas investigadas. No pertencimento político, reaparece a necessidade de reconhecer limites e confrontar expectativas com fatos. Na educação, a autonomia pede condições institucionais de pluralismo, proteção e dissenso. Na história dos saberes, as capacidades adquiridas encontram oportunidades de servir ou de dominar. Na experiência moral do retorno, o conhecimento passa a ser indagado por seus frutos, pela reparação e pelo respeito devido às demais consciências.

A governança é o parâmetro público dessa aprendizagem: não governa o íntimo de ninguém, mas pode estabelecer meios para que decisões sejam justificadas, examinadas e corrigidas. A metáfora das viagens oferece perguntas, não certificados de progresso espiritual; a matriz organiza variáveis, não distribui notas morais; e os registros históricos mostram acontecimentos, não destinos predeterminados. A pergunta que ***VOLTAMOS*** conserva é, por isso, mais exigente do que a simples expectativa de regressar: ao voltarmos à convivência, o que aprendemos a reconhecer, a modificar e a oferecer?